

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE
PRODUÇÃO**

ANA MARIA DE LIMA

**ANÁLISE DA TRANSIÇÃO DO TRABALHO INDIVIDUAL PARA O
TRABALHO COLETIVO EM COOPERATIVAS DE RECICLAGEM DE
RESÍDUOS: um estudo de caso da Coopertan de Tangará da Serra-MT**

**SÃO CARLOS-SP
2010**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE
PRODUÇÃO

ANA MARIA DE LIMA

ANÁLISE DA TRANSIÇÃO DO TRABALHO INDIVIDUAL PARA O
TRABALHO COLETIVO EM COOPERATIVAS DE RECICLAGEM DE
RESÍDUOS: um estudo de caso da Coopertan de Tangará da Serra-MT

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção do Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção, na área de concentração Gestão da Produção.

Orientador: Prof. Dr. Farid Eid

Co-orientador: Prof. Dr. Gilmar Laforga

São Carlos
2010

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

L732at

Lima, Ana Maria de.

Análise da transição do trabalho individual para o trabalho coletivo em cooperativas de reciclagem de resíduos : um estudo de caso da Coopertan de Tangará da Serra-MT / Ana Maria de Lima. -- São Carlos : UFSCar, 2010.
160 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2010.

1. Trabalho (Organização). 2. Economia solidária. 3. Empreendimentos sociais. 4. Gestão de resíduos sólidos. 5. Cooperativismo. 6. Coleta de resíduos sólidos. I. Título.

CDD: 658.3 (20^a)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
 DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
 Rod. Washington Luís, Km. 235 - CEP. 13506-908 - São Carlos - SP - Brasil
 Fone/Fax: (016) 3351-8236 / 3351-8237 / 3351-8238 (atendimento)
 E-mail: ppgep@dep.ufscar.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aluno(a): Ana Maria de Lima

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DEFENDIDA E APROVADA EM 15/04/2010 PELA
 COMISSÃO JULGADORA:

Prof. Dr. Farid Eid
 Orientador(a) PPGE/UFSCar

Prof. Dr. Gilmar Laforga
 Dep. Agronomia/UNEMAT

Prof. Dr. Paulo Eduardo Gomes Bento
 PPGE/UFSCar

Prof. Dr. Fernando César Almada Santos
 EESC/USP

Prof. Dr. Roberto Antonio Martins
 Coordenador do PPGE

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha mãe, meu pai (em memória), aos meus filhos e a todos os catadores de resíduos sólidos, que com seu trabalho contribuem para maior sustentabilidade do nosso planeta.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que me deu forças e sabedoria para conduzir esse trabalho até seu término.

Meus pais que me ensinaram valores importantes como: respeito, humildade, responsabilidade, comprometimento e amor aquilo que se propõe a fazer.

Três pessoas muito importantes que não poderia deixar de citar, minha mana maravilhosa Cida, Carlos Ednei e Heliete Rosa, foram pessoas que me deram uma oportunidade quando passava por uma situação muito difícil, e essa oportunidade me abriu horizontes para entrar na vida acadêmica.

A todos meus irmãos e amigos que me socorreram quando precisei me ausentar, auxiliando nos cuidados com meus filhos, ou favores diversos.

Aos avós, tios e pai dos meus filhotes que sempre que precisei de apoio com meus filhos estiveram a disposição. Dona Maria a senhora é uma vó/mãe muito especial.

Meus filhos, meus lindos filhos Ana Julia e José Lino, vocês são minha inspiração, agradeço por fazerem parte de minha vida, agirem com tanta responsabilidade, maturidade, carinho e compreensão nessa fase tão conturbada.

Ao professor Farid por aceitar o desafio de me orientar e fazê-lo com tanta competência.

Ao professor Gilmar Laforga que acreditou em meu potencial desde a primeira banca de seleção para professora interina na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

Ao professor e amigo Sandro que me acolheu no Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade do Mundo do Trabalho (NECOMT), o que me deu a oportunidade de conhecer a Coopertan.

A todos meus colegas de curso, um agradecimento especial a amiga Adelice, me ensinou muito nesse percurso, principalmente me mostrou que quando a gente quer algo do fundo do coração se é possível alcançar, além de me socorrer tantas vezes é alguém que respeito e admiro, a minha amiga Camyla que com sua impulsividade me ensinou a ser mais cautelosa e ver outros valores, a minha amiga Salli que com sua racionalidade me ensinou a falar mais vezes “não” quando necessário, isso tem me ajudado a crescer, a Regina que me ajudou a ver o mundo espiritual com mais atenção. A Elaine e Rodrigo que estiveram comigo na busca do aprendizado do inglês.

Minha amiga Elo, que sempre me deu apoio, ajudou em algumas situações difíceis e me ajudou algumas vezes na formatação do trabalho, amiga você é uma pessoa especial.

Aos acadêmicos Noeli e Marcio José do 4º e 2º semestre respectivamente 2009/1 do curso de Administração da UNEMAT campus Tangará da Serra-MT, que participaram da realização da pesquisa de campo com os catadores de resíduos sólidos individuais.

A minha amiga/irmã de infância Esmarilda, que em momentos de necessidade de inspiração me cedeu sua casa para me isolar e me concentrar nas atividades do mestrado.

A Andréia do Núcleo de Participação Social e Economia Solidária (NUPES), pela atenção e carinho.

A todos os cooperados da Coopertan e aos catadores de resíduos sólidos individuais, pessoas vitoriosas que cumprem a missão de limpeza do nosso meio ambiente. Missão essa que deveria ser mais valorizada por toda a sociedade civil e fomentada de forma digna pelo poder público.

Ao Hildo, Raquel e Robson, que sempre estiveram disponíveis para nos ajudar com os processos burocráticos e informativos sobre o programa MINTER.

As instituições que promoveram esse curso UNEMAT, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT) que me proporcionou bolsa de estudo para auxiliar nos custos durante os períodos de estágio.

A todos meu muito obrigado!

RESUMO

O trabalho de separação de materiais recicláveis no município de Tangará da Serra é uma prática que acompanhou o nascimento e desenvolvimento da cidade. Com o passar dos anos percebe-se a presença do interesse do poder público e da comunidade em relação a importância do trabalho de reciclagem desenvolvido no município nos aspectos sociais, ambientais e de geração de renda. A partir da necessidade da construção do Aterro Sanitário Municipal, o interesse quanto aos trabalhadores que faziam a separação do lixo doméstico, ainda individualmente, ficou mais evidente. Nesse sentido, o objetivo geral do trabalho foi: contribuir para a construção do conhecimento sobre o processo de transição do trabalho individual para o trabalho coletivo no segmento de coleta de resíduos sólidos. Os objetivos específicos foram: entender como ocorreu a criação e o desenvolvimento da COOPERTAN no município de Tangará da Serra-MT; analisar o desenvolvimento do processo de trabalho coletivo na COOPERTAN; fazer um comparativo entre o trabalho individual e o trabalho coletivo no município; compreender como os trabalhadores da COOPERTAN percebem as diferenças entre o trabalho individual e o trabalho coletivo após a formalização da cooperativa, identificar os pontos fortes e os desafios para a cooperativa. A metodologia utilizada foi a pesquisa participante e estudo de caso, através de acompanhamento do trabalho, reuniões, assembleias e a formação do grupo nas temáticas de cooperativismo em coleta seletiva do lixo doméstico e organização do trabalho. A pesquisa demonstrou fragilidade e dificuldade da organização coletiva e falta de formação técnica do coletivo. Notou-se também dificuldades das instituições apoiadoras agirem com coerência, conforme as necessidades e as especificidades do grupo analisado. Vale ressaltar que, apesar de tantas dificuldades nesse percurso, a grande maioria dos cooperados principalmente os fundadores que continuam no grupo gostam do que fazem, sentem orgulho do trabalho e apresentam grande expectativa e persistência na busca da autonomia e de bons resultados do empreendimento.

Palavras-Chave: Economia Solidária. Empreendimento Popular. Gestão e Tratamento de Resíduos Sólidos. Cooperativismo Popular. Catadores de Resíduos Sólidos.

ABSTRACT

The work of separation of recycled materials in the district of Tangará da Serra is a practice that accompanied the birth and development of the city. With passing of the years it is noticed the presence of the interest of the public power and the community in relation to the importance of the recycling work developed in the municipal district in the social aspects, environmental and generation of income. Starting from the need of the construction of the Municipal Sanitary Embankment, the interest with relationship to the workers that made the separation of the domestic garbage, was still individually more evident. In that sense, the general objective of the work was: contribute to building knowledge about the process of transition from individual work to the collective work in the sector of solid waste collection. The specific objectives were: understand the creation and the development of COOPERTAN in the district of Tangará da Serra-MT, analyze the development of the collective work process in COOPERTAN, make a comparative between the individual work and the collective work in the district, understand how the workers of COOPERTAN notice the differences between the individual work and the collective work after the formalization of the cooperative and to identify the strong points and the challenges for the cooperative. The used methodology was the participant research, through accompaniment of the work, meetings, assemblies and the formation of the group in the thematic of cooperatives in selective collection of the domestic garbage and organization of the work. The research demonstrated fragility and difficulty of collective organization and lack of technical formation of the workers. It was also noticed difficulties of the supporting institutions act with coherence, according to the needs and the specificities of the analyzed group. It is worth to point out that, in spite of so many difficulties in that resource, the great majority of those cooperated, mainly the founders that continue in the group, like what they do, they feel pride of the work and they present great expectation and persistence in the search of the autonomy and good results of the enterprise.

Key words: Solidary Economy, Popular Enterprise, Administration and Treatment of Solid Residues, Popular Cooperatives, Workers of Solid Residues.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- O antigo “Lixão” de Tangará da Serra-MT.....	77
Figura 2 - Imagens do antigo lixão de Tangará da Serra-MT em agosto de 2009	78
Figura 3 - Imagens da Infra estrutura do Aterro Sanitário de Tangará da Serra-MT em agosto de 2009.....	79
Figura 4 - Imagens da Central de Materiais Recicláveis da Coleta Seletiva em Tangará da Serra-MT.....	85
Figura 5 - Imagens do desembarque da coleta seletiva no Centro de Reciclagem em agosto de 2009	86
Figura 6 - Imagens dos cooperados da Coopertan pegando carona para o trabalho em agosto de 2009.....	88

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Percentual de assalariados que trabalham mais que a jornada legal dos anos 2005 e 2006	51
Tabela 2 - Taxa de desemprego aberto na América Latina 1996/2005 em %	52
Tabela 3 -Evolução da inserção de apoiadores na criação e desenvolvimento da Coopertan	82
Tabela 4 - orçamento inicial para coleta seletiva município de até 80.000 habitantes.....	130
Tabela 5 - Orçamento do investimento de um ano para coleta seletiva 100 % município....	132
Quadro 1- Parceria com Ministério do Trabalho e Emprego	57
Quadro 2- Demonstrativos de algumas parcerias oferecidas pela OIT	57
Quadro 3- Programa Economia Solidária em Desenvolvimento.....	61
Quadro 4- Mapa de Risco da Coopertan.....	90
Quadro 5- Fluxograma das atividades dos catadores de resíduos sólidos da Coopertan.....	93
Quadro 6- Comparativo do perfil dos catadores de resíduos sólidos de Tangará da Serra-MT em agosto de 2009.....	99
Quadro 7- Comparativo das condições sócio-econômicas dos catadores de resíduos sólidos de Tangará da Serra-MT em agosto de 2009.....	100
Quadro 8- Comparativo da autonomia no trabalho dos catadores de resíduos sólidos em de Tangará da Serra-MT em agosto de 2009.....	102
Quadro 9 - Ficha de Controle de diárias elaboradas pelos cooperados da Coopertan em agosto de 2009.....	104

LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

ANCT - Associação Nacional das Cooperativas de Trabalho

ANTEAG - Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão e participação Acionária

ARPA - Associação Regional de Produtores Agroecológicos

ASCAMARTAS - Associação de Catadores de Material Reciclável de Tangará da Serra

BB - Banco do Brasil

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

COOPERAT- Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis

COOPERTAN - Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra

CPS - Cadeias Produtivas Solidárias

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos

DRS - Desenvolvimento Regional Sustentável

DRT - Delegacia Regional do Trabalho

EES - Empreendimentos Econômicos Solidários

EMESOL - Encontro Matogrossense de Educação e Sócio Economia Solidária

ES- Economia Solidária

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FINEP- Financiadora de Estudos e Projetos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS- Instituto Nacional de Seguridade Social

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NECOMT- Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade do Mundo do Trabalho

NUPES - Núcleo de Participação Social e Economia Solidária

OCB - Organização das Cooperativas do Brasil

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIT- Organização Internacional do trabalho

ONG'S - Organizações não Governamentais

REMSOL - Rede Matogrossense de Educação e Sócio Economia Solidária

SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SINTEP - Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso

SNSA - Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental

UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso

UNISOL - União e Solidariedade das Cooperativas do estado de São Paulo

UNITRABALHO - Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Objetivos.....	18
1.1.2 Geral	18
1.1.3 Específicos.....	18
1.3 Estrutura da dissertação	19
2. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO CONTEXTO CAPITALISTA	22
2.1 Introdução.....	22
2.2 O Trabalho e o processo de trabalho	22
2.3 Organização do Trabalho na ótica taylorista	28
2.4 Organização do trabalho na ótica fordista	32
2.5 Flexibilização na organização do trabalho	35
2.6 Considerações Finais	40
3. ECONOMIA SOLIDÁRIA	43
3.1 Introdução.....	43
3.2 Referencial teórico em construção	44
3.3 Políticas Públicas no Brasil para desenvolvimento da ES.....	53
3.3.1 DIEESE	56
3.3.2 A SENAES	58
3.4 Cooperativismo de produção em uma perspectiva de cooperação popular.....	62
3.5 Cooperativismo de trabalho.....	66
3.6 Cooperativismo na coleta seletiva de resíduos sólidos.....	68
3.7 Considerações finais	72
4. COOPERTAN : um estudo de caso.....	74
4.1- Introdução	74
4.2 Metodologia do Estudo de Caso.....	74
4.3 Do “Lixão” ao Centro de Reciclagem	76
4.4 A organização do trabalho na Coopertan	87
4.5 O empreendimento	95
4.6 O trabalho individual versus trabalho coletivo.....	98
4.7 Considerações finais	105
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	106

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111
APÊNDICES	119
Apêndice A- Questionário aplicado aos proprietários de empresas de reciclagem.....	119
Apêndice B - Roteiro de observação na Coopertan.....	120
Apêndice C - Questionário aplicado aos cooperados da Coopertan.....	121
Apêndice D - Questionário aplicado aos catadores de resíduos sólidos individuais de Tangará da Serra-MT.....	124
Apêndice E – Imagens dos catadores de resíduos sólidos na Coopertan	127
Apêndice F – Imagens dos mini-cursos trabalhados em agosto e outubro de 2009 com os cooperados da Coopertan	128
Apêndice G – Proposta de roteiro para instalação de coleta seletiva	129
ANEXOS	134
Anexo A - Notícia da aquisição do terreno para construção do aterro sanitário de Tangará da Serra-MT	134
Anexo B - Jornal Diário de Cuiabá: anúncio da regularidade do aterro sanitário de Tangará da Serra-MT	135
Anexo C- Jornal Diário da Serra: anúncio da responsabilidade dos municípios segundo a lei 7862/2002	136
Anexo D – Lei nº 2460/2005: política municipal de fomento a economia solidária em Tangará da Serra- MT.....	139
Anexo E- Anuncio da intenção de organização da cooperativa	142
Anexo F – Edital de convocação de assembléia geral.....	143
Anexo G –Jornal Diário da Serra: notícia sobre a cooperativa	144
Anexo H – Página municipal: notícia da associação de catadores de resíduos sólidos.....	145
Anexo I – Primeira registro de reunião dos apoiadores da cooperativa	146
Anexo J –Jornal Diário da Serra: assinatura de termo de compromisso interinstitucional	149
Anexo K – Jornal Diário da Serra: Coopertan como empreendimento de utilidade pública .	150
Anexo L – Lei nº 3015/2008: lei municipal que declara a Coopertan como empreendimento de utilidade pública.....	151
Anexo M – Lei nº 2752/2007: criação do NUPES	152
Anexo N- Jornal Diário da Serra: expansão do projeto recicla tangará	155
Anexo O: relatório apresentado ao curso de formação para formadores em economia solidária	156

1. INTRODUÇÃO

Os componentes fundamentais da Economia Solidária são: cooperação, autogestão, solidariedade, democracia e movimentos sociais. Outro fator é a geração de trabalho e renda, que é um componente econômico fundamental da Economia Solidária. Assim, os empreendimentos solidários, em princípio, orientam-se para a solidariedade e geração de trabalho e renda, via obtenção de excedente econômico de forma coletiva, e não para o lucro.

Um dos fatores que estimulam o surgimento dos empreendimentos solidários é a baixa oferta de postos de trabalho. Nesse contexto, recentemente surge o cooperativismo solidário, empreendimentos que buscam adotar em sua formação a cooperação e solidariedade para vencer as dificuldades presentes no modo de produção capitalista, entre esses problemas pode-se citar principalmente a retração e precarização do trabalho.

É neste sentido que nos empreendimentos solidários as retiradas mensais, divisões de responsabilidades, escolha de gestores e outras decisões que podem alterar a posição de cada trabalhador no coletivo, são tomadas em conjunto, em prol do coletivo. Ou seja, para se tomar decisões é preciso pensar no bem do grupo incluindo a individualidade das pessoas, todavia buscando reduzir o individualismo das mesmas. Assim, nos processos de qualificação recomenda-se que cada trabalhador seja responsável por si e também pelos demais trabalhadores do grupo, aumentando, desta forma, o conhecimento mútuo dos sócios e a importância do relacionamento interpessoal. O empreendimento solidário compartilha com características de grupos familiares e comunitários.

A Economia Solidária envolve diversas categorias sociais e comporta várias formas de organização, instituições de apoio, políticas públicas, grupos informais, pequenas associações, cooperativas e microempresas. O que propicia a particularidade desses empreendimentos são suas experiências que buscam eliminar o mecanismo estrutural que separa e contrapõe os processos de gestão, produção e apropriação de resultados positivos, explícitos no modo de produção capitalista. Assim, nos empreendimentos solidários, o trabalho e o capital social estão vinculados aos associados (GAIGER, 2008).

As iniciativas de Economia Solidária e empreendimentos autogestionários podem contribuir para a constituição de referências ou modelos de produção e distribuições alternativas, mesmo sujeito às contradições do modo de produção capitalista,

estes empreendimentos são criados e recriados periodicamente com a participação de homens e mulheres.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) vem fazendo, desde 2005, um levantamento do número de empreendimentos solidários existentes no território nacional. O número de empreendimentos mapeados e apresentados no Relatório Nacional é de 21.859 empreendimentos (SENAES, 2007).

O trabalho cooperado é uma das modalidades desenvolvidas nos Empreendimentos Solidários, que surgiu junto ao sistema de trabalho capitalista, mas se contrapõe ao formato de organização e dinâmica de trabalho realizada comumente em organizações capitalistas. Ele busca contribuir com a perspectiva de desenvolvimento do ser humano através do fomento à cidadania no formato de construção, objetivo, organização e divisão do trabalho e da renda gerada no empreendimento. Em síntese, surge como uma alternativa à precarização da vida, produzida e reproduzida historicamente pelo sistema capitalista.

Ao longo da última década, as formas comunitárias, autogestionárias de cooperativas de produção, consumo e crédito vêm se constituindo numa das principais respostas para a crise da sociedade salarial, perfazendo um amplo leque de iniciativas que alguns denominam Economia Solidária ou Social, que diante de um quadro de crescente desemprego estrutural, torna-se evidente alternativa de inclusão social (LISBOA, 2003).

Os empreendimentos cooperativos geridos pelos trabalhadores estão se constituindo de forma cada vez mais freqüente como alternativas de geração de trabalho e renda para milhares de brasileiros. Portanto, pode ser uma estratégia alternativa à precarização do trabalho. Isso porque a realidade atual do mercado de trabalho é de escassez de postos de trabalho ou atividades que submetem homens e mulheres para uma condição de inexistência de dignidade. Com isso, no cenário de desenvolvimento dos empreendimentos solidários, políticas públicas federais, estaduais, municipais são cobradas e as organizações não-governamentais também vêm nos empreendimentos solidários uma alternativa de geração de emprego e renda.

O estado do Mato Grosso está inserido nessa realidade, no entanto, as pesquisas no campo da Economia Solidária são poucas, o conhecimento sobre a dinâmica organizacional da gestão do trabalho em empreendimentos solidários é ainda pouco discutido. Nesse sentido, pode-se propiciar a potencialização do conhecimento científico nas diversas possibilidades de dinâmicas organizacionais dos empreendimentos solidários que trabalham

de maneira cooperada. Conforme relato do professor Clóvis Vailant, “o movimento de articulação da Economia Solidária está presente em Mato Grosso através do Fórum Estadual de Economia Solidária, criado em 2004 por iniciativa da Delegacia Regional do Trabalho (DRT)” (SENGER, 2008, p. 29). Contudo, foi no I EMESOL - Encontro Matogrossense de Educação e Sócio-Economia Solidária, realizado em agosto de 2003, que nasce a REMSOL- Rede Matogrossense de Educação e Sócio-Economia Solidária, com a participação da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso - SINTEP-MT, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional FASE-MT, Associação Regional de Produtores Agroecológicos - ARPA, as tribos Myku e Irantxe, MPA - Movimentos dos Pequenos Agricultores.¹

A partir da realização do REMSOL, o Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade do Mundo do Trabalho (NECOMT) participa ativamente do desenvolvimento da ES no município de Tangará da Serra com projetos de pesquisa e extensão na área urbana e rural. Após o desenvolvimento de alguns projetos de pesquisa, extensão e eventos, surge a Lei de Economia Solidária de Tangará da Serra, Lei 2.460, de 16 de dezembro de 2005. Com a parceria entre a UNEMAT e a prefeitura municipal de Tangará da Serra foi possível implantar um curso de Pós Graduação (*lato sensu*) de Capacitação de Lideranças em Economia Solidária em 2006. Em 2007 foi criado o Núcleo de Participação Social e Economia Solidária (NUPES), através da Lei Municipal 2.752, de 13 de agosto de 2007. O objetivo deste órgão é articular a política social e de economia solidária no município, criando espaços de referência social e de economia solidária. (SENGER, 2008).

A Cooperativa de Produção de Resíduos Sólidos de Tangará da Serra-MT (COOPERTAN), foco do presente estudo, localiza-se em Tangará da Serra, cidade do interior do Estado de Mato Grosso, com população de 76.657 habitantes (IBGE, 2007). O processo de colonização do território tangaraense ocorreu de forma mais contundente entre 1959 e 1963, quando na região constava a existência das glebas: Juntinho, Santa Fé e Santa Cândida, tendo sua emancipação em 13 de maio de 1976. A Coopertan, que gera trabalho e renda em Tangará da Serra, ajuda a diminuir o impacto ambiental causado por resíduos sólidos e, neste sentido, atua como agente de saúde pública junto à população da cidade, a qual está inserida em um

¹¹ Caderno “Economia Solidária Mato Grosso, é resultado do mapeamento nacional realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/TEM), em convênio firmado entre UNITRABALHO E FINEP, Ref: 2297/06- nº 01.06.0547.00.

dos empreendimentos assistido pelo NECOMT e pela prefeitura municipal com intuito do desenvolvimento da ES no município.

A atividade de coleta de resíduos sólidos ocorre no município há aproximadamente 20 anos e já foi desenvolvida em caráter informal em todos os locais que o lixo doméstico foi destinado na cidade. Isso demonstra o quanto se torna importante a organização de um empreendimento que possa atuar na atividade de forma organizada e que propicie condições de vida e de trabalho adequadas a esses trabalhadores. Dessa forma, a COOPERTAN é um empreendimento de relevância no sentido econômico, social, ambiental e de saúde pública.

1.1 Objetivos

Para realizar o presente estudo elencou-se objetivo geral e objetivos específicos.

1.1.2 Geral

Contribuir para a construção do conhecimento sobre o processo de transição do trabalho individual para o trabalho coletivo no segmento de coleta de resíduos sólidos.

1.1.3 Específicos

Os objetivos específicos são direcionadores que ajudam na compreensão do contexto do estudo para alcançar o objetivo geral traçado, assim foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- Entender como ocorreu a criação e o desenvolvimento da COOPERTAN no município de Tangará da Serra-MT;
- Analisar o desenvolvimento do processo de trabalho coletivo na COOPERTAN;
- Fazer um comparativo entre o trabalho individual e o trabalho coletivo dos catadores de resíduos sólidos no município de Tangará da Serra-MT;

- Compreender como os trabalhadores da COOPERTAN percebem as diferenças entre o trabalho individual e o trabalho coletivo após a formalização da cooperativa;
- Identificar os pontos fortes e os desafios para a cooperativa.

Para alcançar os objetivos traçados foi necessário planejar uma metodologia de pesquisa adequada ao estudo proposto.

A metodologia para a construção da dissertação pode ser classificada como qualitativa e descritiva. Na pesquisa qualitativa o pesquisador interasse-se mais pelo processo do que pelos resultados, examina os dados de maneira intuitiva e privilegia o significado. Esses dados são complexos de tratamento estatístico e as questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, sendo formuladas com o objetivo de investigar os fenômenos de toda a sua complexidade e em contexto natural (BODGAN; BIKLEN, 1994, p. 16 citado por BOAVENTURA, 2004, p. 56-57). Nesse sentido, buscou-se entender como se constitui o processo de trabalho nas organizações dentro dos modelos constituídos no modo de produção capitalista, como acontece a organização do trabalho em empreendimentos econômicos solidários, através de revisão da literatura. Assim, buscou transpor o conhecimento teórico analisado para a realidade do estudo de caso na Coopertan. Os bancos de dados foram: literatura básica para o entendimento da constituição e evolução das discussões sobre organização do trabalho; literatura e artigos científicos produzidos sobre a temática ES, produção científica no segmento de mercado similar ao analisado, os sites oficiais mais utilizados foram Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), SENAES e IBGE.

Já a pesquisa descritiva se interessa em analisar e observar o fenômeno, procurando descrevê-lo, classificá-lo e interpretá-lo. Ela objetiva conhecer a natureza do fenômeno, sua composição, processos que o constituem ou nele se realizam (RUDIO, 1986, p. 56-57). Após o entendimento da literatura realizou-se a sistematização e análise dos dados coletados, buscando entender como se constitui a formação e o desenvolvimento da Coopertan.

1.3 Estrutura da dissertação

A dissertação está estruturada em cinco capítulos. O primeiro capítulo traz uma síntese sobre o panorama da realidade da Economia Solidária no município, sua relevância na

geração de trabalho e renda, apresenta os objetivos, a metodologia da construção da dissertação e a estrutura do trabalho de pesquisa.

O segundo capítulo apresenta como a organização do trabalho se constitui com bases tayloristas do início do século XX até a década de 1980, onde a partir desta, ocorre gradativamente o emprego intensivo da flexibilização do trabalho e o aprofundamento da sua precarização. E nesse cenário, analisa como todos esses acontecimentos tornam-se fundamentais para que, a partir da década de XX, a Economia Popular e Solidária tenha um tratamento de incentivo por parte de políticas públicas e instituições que buscam trabalhar o social de forma humanizada. Assim, em um primeiro momento será discorrido o que é trabalho e como ele se constitui. Posteriormente será analisado o processo de introdução da Administração Científica na empresa capitalista, sua aplicabilidade através do fordismo, a flexibilização e a precarização do trabalho.

O terceiro capítulo tem como objetivo analisar o processo histórico do surgimento e desenvolvimento da ES, com ênfase para o estado de Mato Grosso. Para isso, serão observados os elementos explicativos que proporcionaram seu desenvolvimento e as políticas públicas direcionadas para o engajamento dessa nova alternativa de modelo de produção. Assim, busca-se relatar como ocorreu a construção histórica dos ideais e ações que direcionaram a construção da ES, relacionando com o referencial teórico que se encontra em construção. Busca-se relatar os principais fatores que levam ao desenvolvimento da ES, as políticas públicas desenvolvidas no Brasil, no âmbito de organizações não-governamentais, como pelo Governo Federal. Para exemplificar é analisada a relevância da SENAES e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) nesse cenário. Por último, procura-se discutir a formação de empreendimentos cooperativos populares. Para isto, foi feito um recorte no tema tratado, focando a análise em cooperativas de produção com objetivo de apresentar um entendimento do que é uma cooperativa de produção, como surgem, seus princípios ideológicos, desafios, limites e possibilidades.

O quarto capítulo apresenta os resultados da pesquisa, observando a organização do trabalho da Coopertan e de catadores que trabalham no município de forma individual. Foi possível descrever a forma organizativa, as potencialidades e dificuldades do empreendimento, assim como as instituições de apoio que estão inseridas nesse contexto.

O quinto capítulo sintetiza a resposta ao problema de pesquisa elencado, relata a cerca dos objetivos traçados e a partir da realidade vivenciada, apresenta uma sugestão de

roteiro para as prefeituras e instituições que queiram trabalhar a implantação da coleta seletiva com o trabalho de um empreendimento popular.

2. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO CONTEXTO CAPITALISTA

2.1 Introdução

A temática “trabalho” é capaz de fomentar diversas discussões nas mais variadas áreas de formação do conhecimento, entre elas na dimensão política, social, econômica e acadêmica.

Por ser uma atividade da natureza humana, o trabalho é racionalizado com objetivos determinados, seja pela busca da sobrevivência, para conquista de bens, para sanar o próprio orgulho, por satisfação pessoal, enfim é diferente do animal irracional que o faz por instinto de sobrevivência.

Torna-se fundamental entender como ocorrem as evoluções das organizações nos diversos processos de trabalho. A partir desse entendimento pode-se compreender como o trabalho é um fator fundamental na construção da humanidade, em seu processo evolutivo e na construção de ideais para que essa força fundamental para a vida se constitua de forma digna.

O objetivo desse capítulo é compreender como a organização do trabalho se constitui do período Taylorista até a década de 1980, e a intensificação da flexibilização e precarização do trabalho nesse cenário, e como todos esses acontecimentos tornam-se fundamentais para que, em meados da década de 1980, a Economia Solidária seja tratada com ênfase para o desenvolvimento da nação através da inserção de pessoas excluídas do mercado de trabalho, através de uma maneira diferente de geração de trabalho e renda, apresentando-se como debates de possibilidades de surgir uma outra economia.

Em um primeiro momento será discorrido o que é o trabalho e como ele se constitui. Posteriormente será apresentada a concepção da Administração Científica acerca da gestão do trabalho, sua aplicabilidade através do Fordismo, a flexibilização e a precarização do trabalho como fator propulsor para o surgimento da Economia Solidária.

2.2 O Trabalho e o processo de trabalho

O trabalho pode ter diversos significados, para uns pode ser o essencial, para outros o “poder”, outrossim pode significar apenas a labuta do dia-a-dia, algo penoso, mas

necessário para a continuidade da espécie humana. É um tema com diversas controversas, no entanto, é inquestionável que é a força de trabalho de homens e mulheres que propicia a manutenção da vida humana. Fato que todos os homens e/ou mulheres, de alguma forma, estão inseridos ou querem estar inseridos em atividades que possam dar condições de se manterem vivos, de realizar sonhos. Pode-se fazer uma análise de que a sociedade atual visualiza o resultado do trabalho como propulsor para condições da sobrevivência humana, seja uma sobrevivência digna ou indigna. Todas as formas de sociedade humana conjecturam uma divisão rudimentar do trabalho. No entanto na sociedade mais simples, a tribal, a divisão de trabalho é mínima, deste modo, o ser humano tem uma organização comunitária.

Quando se analisa a centralidade do trabalho na vida das pessoas, torna-se fundamental entender como ocorre esse fenômeno em nossa sociedade, como é composto, de que maneira está na vida de cada um de nós, como é constituído no tempo, as tendências e as necessidades atuais. Assim, o “trabalho” torna-se um objeto de estudo necessário por sua complexidade.

No período das tribos migratórias, ao esgotar os recursos de um determinado lugar, elas se mudavam e ainda continuam em muitas regiões do planeta (nômades). O que indica o respeito que essas tribos tinham para com a natureza, ou seja, ao perceber a escassez de recursos a serem transformados, procuravam outro lugar propício à sua sobrevivência, o que proporcionava a reconstituição natural desses recursos em seus respectivos ambientes.

Esse período mudou de configuração quando essas tribos migratórias se transformaram em comunidades agrícolas estáveis. Com o aumento populacional, e diversas outras variáveis como conflitos entre tribos e a subjugação de tribos por outras, torna-se mais complexa a divisão do trabalho. Contudo é preciso deixar claro os conceitos que nos norteiam para entender o trabalho.

Para entendermos mais claramente como ocorre a lógica do trabalho em um determinado contexto social, precisa-se compreender o que é modo de produção, modelo de produção e processo de trabalho.

O modo de produção diz respeito como as pessoas de uma determinada sociedade organizam a produção, distribuição e o consumo dos bens materiais necessários à sua subsistência, levando em consideração a história do desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção, ou seja, representa como a sociedade se estrutura em sua totalidade. O modelo de produção se constitui como os elementos materiais que compreendem: matérias-primas, meios de trabalho utilizados, as capacidades físicas e

intelectuais requeridas, as operações e procedimentos e as combinações entre esses elementos, que resultam variadas formas de apropriação da natureza (GAIGER, 2003). O processo de trabalho pode ser entendido como a forma pela qual matérias-primas ou outros insumos são transformados em produtos com valor de uso, de maneira a combinar: força de trabalho (atividade humana); o objeto (matérias-primas, produtos não acabados, etc) e os meios (que podem ser ferramentas e ou maquinarias) (PALLOIX, 1982).

O trabalho é realizado de forma racional, com objetividade determinada, tendo uma relação direta entre o homem e a natureza. Seu processo de execução é constituído a partir da capacidade de trabalho ou a força de trabalho transforma um determinado objeto, com uso direto ou indireto de instrumentos de trabalho (ferramentas), resultando um determinado produto. A organização desse processo se constitui como um conjunto de práticas articuladoras de complexos processos de trabalho historicamente determinados, associados à incorporação da força de trabalho ao capital, de forma a especificar os conteúdos de trabalho, métodos de trabalho e a relação entre os trabalhadores de cada cargo no sistema de produção, de maneira que possa satisfazer diversos requisitos como: tecnológicos, organizacionais, sociais e do trabalho.²

O que difere uma sociedade da outra em relação ao trabalho, pode estar ligado ao desenho de como é organizado o processo de produção, é o feitio organizacional que diferencia se o trabalho está em uma realidade de escravidão, capitalista, cooperativada ou outras. Essa realidade demonstra como o trabalho interfere na vida do ser humano, de maneira a direcionar quem somos a partir do que fazemos.

Faz-se necessário entender a relação entre o sistema produtivo e o movimento do capital, sendo que o sistema produtivo pode ser definido como: “as formas pelas quais a produção de valores de uso e de mercadorias é organizada”. Contudo, ocorre a organização do sistema produtivo em um contexto de forças e relações de produção as quais consideram a divisão de categorias, sendo uma nos diferentes departamentos da produção e a outra nos diferentes ramos da indústria (PALLOIX, 1982, p. 70).

Para Marx (1985), o modo de produção da vida material é um fator condicionante ao processo social, político e espiritual na vida das pessoas. Desta forma, não é

² EID, Farid. Notas de aula a partir da leitura da apostila Organização do trabalho no Capitalismo. Centro de Ciências Exatas e Tecnologia. Programa de pós-graduação em Engenharia de Produção – Departamento de Engenharia de Produção - UFSCar – Universidade Federal de São Carlos.

a consciência dos homens que determinam seu ser, e sim o seu ser social que determina sua consciência.

Os diferentes processos de trabalho são marcos na história do capitalismo da seguinte maneira: - A cooperação simples é baseada no trabalho de ofício, apresenta a característica que o trabalhador é dono do capital e tem total controle da coordenação dos processos; - A manufatura é tida como momento pelo qual as diversas atividades de trabalhos que eram centralizadas no ofício decompõem-se e são reorganizadas de forma que ocorre uma divisão de trabalho e uma fragmentação de tarefas, embora o artesanato continue sendo a base do trabalho (PALLOIX, 1982).

O autor referenciado cita mais dois momentos de mudanças nos processos de trabalho:

- O trabalho coletivo: a mecanização e a fábrica. Nesse momento, ocorre a ampliação da base produtiva e a erosão da autonomia da reprodução da força de trabalho que fica sujeita ao capital. O desenvolvimento da maquinaria contribui em duas frentes: uma desqualificação maciça dos trabalhadores na produção, e uma perda da autonomia na reprodução da força de trabalho e, por outro lado, uma grande qualificação de um pequeno número de trabalhadores, os quais são responsáveis pela inovação, organização e reparo;
- O trabalho coletivo e a automação: ao trabalhar na máquina o operador tem que fazer diversas outras funções como: preparo da tarefa, a alimentação da máquina, a regulação de sua operação e a verificação do produto. Essa automação no uso capitalista tem como objetivo eliminar a intervenção manual do trabalhador, utilizando-se de técnicas eletrônicas, tornando o operário um mero supervisor do controle geral.

Nesse processo ocorrem dois tipos de aplicação: a forma descontínua e a contínua. Na primeira ocorrem dois tipos de aplicação de automação, a generalização de máquinas *transfer* (realizam uma série de operações especializadas, a um todo automatizado, o que faz com que o movimento do produto não-acabado para uma máquina ferramenta torne-se automatizado) de maneira a desenvolver-se a produção em massa. A segunda aplicação foi desenvolvida na produção de bens intermediários, e que os processos de transformação são predominantemente físico-químicos e não-mecânico. Tem-se uma tendência da produção ser simplesmente um sistema integrado e automatizado, assim, os trabalhadores tornam-se limitados a manutenção e controle geral.

A riqueza da sociedade em que predomina o modo de produção capitalista surge com um grandioso acúmulo de mercadorias, o que foi adotado pelos clássicos como

teoria de valor, no qual o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. A partir desse entendimento, a mercadoria passa a ser vista como objeto útil (valor de uso e valor de troca), o que torna a mercadoria dinheiro, que passa ter a capacidade de criar mais dinheiro (MARX, 1985). “Assim como a mercadoria é a unidade imediata do valor de uso e do valor de troca, o processo de produção que é o processo de produção de mercadorias é a unidade imediata do processo de trabalho e do processo de valorização” (MARX, 1985, p. 43).

O processo de trabalho ocorre na economia capitalista de forma a ser possível verificar a apropriação da valorização do trabalho subordinado ao capital. Assim, há uma tendência de atingir seu limite máximo. Esta valorização do trabalho é intensificada a ponto de se transformar numa exploração cada vez maior para o trabalhador por parte do empresário capitalista. Isso porque ao transformar o trabalhador em mercadoria, dá-se um valor de troca pelo trabalho, e o mesmo é pago por uma quantia que seja suficiente para a subsistência do trabalhador (SEVERINO, 2006).

Na economia capitalista os empresários buscam a elevação máxima de rendimentos, empenhando-se para gerar excedentes, mais valia, através da exploração do trabalho operário. Para Marx (1985), o excedente pode ser obtido de duas formas, através da mais valia absoluta (via prolongação da duração do trabalho) que é extrair do operário, num tempo dado, o maior trabalho possível, pois que a intensificação do trabalho até um grau superior à média, e da mais valia relativa (pela intensificação do trabalho), na qual o capitalista *força* o operário a dar ao seu trabalho o grau normal e, se possível, um grau superior de intensidade e força.

O processo de valorização, que é a combinação dos elementos que constituem o capital (relação entre produtividade e lucratividade e o processo de acumulação; produzir condições para gerar excedentes), dá sustentação ao modo de produção capitalista. Deste modo, pode-se entender que no sistema de produção capitalista, o capital é constituído a partir da propriedade de um montante de dinheiro, que com o trabalho do operário, que é remunerado por sua força de trabalho, alimenta o capitalista com o excedente, o qual se constitui com a comercialização dessas mercadorias, as quais são consumidas pelos próprios operários, que as obtêm com um valor agregado maior que sua força de trabalho. Marx (1985, p. 141) apresenta que “a mercadoria nelas surge como condição de existência e pressuposto elementar do capital e simultaneamente como resultado imediato do modo de produção capitalista.”

O excedente de trabalho é explicitado pela diferença entre o tempo de trabalho social abstrato dedicado à produção e o tempo necessário à reconstituição da força de trabalho. A diferença entre o tempo total gasto na produção e o tempo de trabalho social abstrato dedicado à produção, mostra a porosidade existente no processo de produção. Atualmente, para minimizar essa porosidade, o trabalho está sendo organizado de forma a alcançar maior intensificação do trabalho, o que implica “a subordinação das forças de trabalho ao *movimento* mais ou menos contínuo dos sistemas de maquinaria, seja pela organização fordista da produção em massa e sua evolução contemporânea (recomposição do trabalho industrial) ou pela produção automatizada em massa” (PALLOIX, 1982, p. 75).

A mercadoria como um produto do capital apresenta em parte trabalho pago e em parte trabalho não pago, porque o trabalho objetivado é diferente do realizado. Como o resultado do processo produtivo não se apresenta como mercadorias isoladas, mas sim em massa na qual apresenta o valor do capital adiantado, contendo a mais-valia advinda sobre o trabalho usurpado. A mercadoria apresenta-se no volume e nas dimensões da venda para que se possa realizar o valor primitivo do capital e o da mais-valia por ele produzida (MARX, 1985).

Gaiger (2003) apresenta que o modo de produção capitalista esteve e está presente no processo evolutivo da história. Desenvolveu-se mais nos dois últimos séculos como forças produtivas de forma artesanal, manufatura, mecanizada e automação/informatização. Esse modo de produção tornou-se hegemônico após a formação dos mercados da terra, moeda e trabalho, e acompanhados pela primeira e segunda revolução industrial, que acontece respectivamente no final dos séculos XVIII e XIX. O modo de produção capitalista nasce da reunião de quatro características da vida econômica, até então separadas: a) um regime de produção de mercadorias, de produtos que não visam senão ao mercado; b) a separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, desprovidos e objetivamente apartados daqueles meios; c) a conversão da força-de-trabalho igualmente em mercadoria, sob forma de trabalho assalariado; d) a extração da mais-valia sobre o trabalho assim cedido ao detentor dos meios de produção, como meio para a ampliação incessante do valor investido na produção.

Homens e mulheres tornam-se meios de transformação do dinheiro em capital, de forma que “a propriedade privada transforma os meios de produção de simples instrumentos e materiais da atividade produtiva humana em fins a que fica subordinada ao próprio homem” (MARX, 1985, p. 9). Sem o trabalho assalariado não é possível a

manutenção de uma economia capitalista, ou vice-versa, não é possível a existência do modo de produção capitalista sem o trabalho assalariado.

O capital enquanto valor de uso se decompõe da seguinte forma: primeiro em meios de produção; segundo em uma concepção diferenciada da natureza do processo de trabalho, a qual as condições subjetivas de trabalho, a capacidade de trabalho é orientada para um fim, o próprio trabalho; e por último, o valor de uso do capital apresenta-se como processo produtor de valor de uso. No processo produtor do valor de uso os meios de produção com respeito a essa determinação específica operam como meios de produção da capacidade específica do trabalho. Há uma interação viva entre os elementos objetivos e subjetivos, de forma a apresentar como forma real do capital no processo de produção. Assim, o processo de produção do capital é antes de qualquer coisa um processo *real de trabalho* (MARX, 1985).

O capital torna-se um elemento necessário ao processo de trabalho, ao passo que o processo de trabalho, em todas as formas sociais, torna-se necessário ao processo do capital. Nesse aspecto, o modo de produção capitalista apresenta formas diferentes no tratamento da organização do trabalho. É possível evidenciar diferentes fases na estrutura organizacional do trabalho, os clássicos aqui apresentados são: taylorismo, fordismo, a flexibilização a qual gerou a precarização do trabalho que está inserida em nosso cotidiano.

2.3 Organização do Trabalho na ótica taylorista

Moraes (1989) caracteriza o taylorismo como uma forma de controlar o trabalho a partir das decisões que são tomadas durante o processo de trabalho. Assim, a gerência científica pressupõe que haja um departamento que faça o planejamento do pensamento dos homens.

O referido autor apresenta argumentos que buscam diferenciar o movimento conjecturado por Marx e o taylorismo. Sua reflexão deixa claro que há uma hierarquia nesses dois elementos. O capital apresenta uma dinâmica com a produção de mais-valia, a obtenção de lucro, sendo essa a lei absoluta deste modo de produção. O processo de valorização é dominante ao processo de trabalho. Desta forma, fica claro que o capital necessita ter um processo de trabalho capitalista, nesse caso o taylorismo se apresenta como uma forma de organização da produção que satisfaz o objetivo do capital.

O taylorismo se apresenta como um movimento de organização do trabalho que ocasiona maior fragmentação e divisão de tarefas no processo de trabalho, destituindo o ‘saber fazer’ que antes era realizado na manufatura. O principal fator que ocasionou o desenvolvimento do taylorismo foi a inserção da maquinaria no processo de trabalho. A manufatura estava constituída por base técnica artesanal, ao passo que com a maquinaria convertem-se as tarefas em partes e especificidades dessas partes, hierarquizando os trabalhadores. “Com a maquinaria o processo de trabalho torna-se cientificado, ocorre uma análise do processo de produção de tal forma que há uma decomposição dos movimentos, recompondo-se em operações mecânicas, transferidas para as máquinas” (NETO, 1989, p. 25 a 26).

Isso propicia que a administração científica se insira na organização do trabalho através da matriz ideológica do movimento de racionalização industrial das primeiras décadas do século, contidas na obra ‘Princípios da Administração Científica de Taylor’.

Lopes (2002) apresenta dois elementos para este marco:

- a situação política;
- a situação econômica/social que os EUA atravessava no século XIX.

O primeiro elemento refere-se de forma objetiva a composição técnica dos trabalhadores. Havia um grande número de trabalhadores desqualificados e poucos trabalhadores de ofício, o que gerava um desequilíbrio na produção e consumo. Os herdeiros dos ofícios eram um obstáculo à acumulação e valorização do capital. Outro problema era a falta de zelo, os boicotes na produção. Havia também forte corporação e redes de solidariedade entre os trabalhadores de ofício, o que era uma arma importante contra as investidas patronal. Nesse cenário conflituoso, Taylor apresentou seus métodos e princípios.

O segundo elemento caracteriza o movimento da época, na qual as indústrias estavam objetivando modernizar-se. “O desenvolvimento da indústria americana, através da introdução das técnicas de racionalização do trabalho, encontrou no clima econômico (intensa concorrência intracapitalista) e política da época (Primeira Guerra Mundial) um ambiente bastante favorável para sua disseminação” (LOPES, 2002, p. 38).

Zarifian (1990) demonstra que Taylor propôs uma autêntica ciência do trabalho, a qual representava um meio de conduzir de maneira científica a organização das empresas. Ocorreu com a oposição da forma de remuneração que dominava na época: a remuneração por tarefa, ou seja, os trabalhadores eram remunerados em função do produto de seu trabalho, não havendo controle sobre o modo como os operários obtinham esse produto.

Para Fleury e Vargas (1983), Taylor justificava os princípios apresentados em sua obra a partir da crítica sobre o sistema de “iniciativa e incentivo” que existia na época. Nesse sistema, o administrador mais experiente dava livre arbítrio para o operário escolher o método mais adequado e eficiente para realizar o trabalho. Nessa administração tradicional, acredita-se que a função do administrador era a de induzir o trabalhador a usar a atividade, esforçar-se da melhor forma, usar seus conhecimentos tradicionais, suas habilidades, inteligência e boa vontade para terem iniciativas, que gerenciavam maior rendimento ao empregador.

A crítica de Taylor sobre o sistema ‘iniciativa e incentivo’ estava fundamentada no fato de que a persuasão (incentivo) do operário só poderia ter efeito quando se tivesse o controle do trabalho. Em outras palavras, a administração não poderia depender da iniciativa operária, mesmo porque os métodos de trabalho ainda guardavam algumas tradições das corporações de ofício e, portanto eram obsoletos em face as necessidades econômicas de aumentar o excedente naquele momento histórico (FLEURY e VARGAS, 1983, p. 19).

Zarifian (1990) apresenta que o objetivo de Taylor era de acabar com a forma de remuneração por tarefas e os métodos de direção ineficazes. Alguns pontos que particularizam a abordagem taylorista da produtividade estão presentes em nossos dias atuais:

- 1) Definiu que a produtividade era própria das operações concretas de trabalho, de forma que o incremento da produtividade era representado pelo encolhimento do tempo necessário para execução das operações de trabalho contidas no processo real de produção;
- 2) A racionalização do trabalho materializar-se-ia com a criação dos departamentos de organização e métodos (O&M), apresentando os seguintes ciclos de atividades: análise metódica dos atos e a combinação desses atos com os movimentos efetuados pelas máquinas em cada posto de trabalho, de maneira a associar a mecânica dos gestos e a dos meios de trabalho; definição e prescrição das rotinas operacionais e dos operários, de forma a ligar a cálculos de tempo e velocidade, sob o controle de chefia imediata;
- 3) O propósito central de Taylor não era de apropriar-se do saber fazer do operário, e sim acabar com o monopólio detido pelos operários em relação a definição de como agir no trabalho;
- 4) Redefinição do relacionamento entre gerência e operações, assim, de um lado os operários aceitavam a prescrição e controle do trabalho e em troca o patronato garantia o crescimento regular dos salários, bem como dava-lhes o direito de gastar como queriam;

- 5) Com a divisão do trabalho em partes, dividiu-se as atividades dos postos de trabalho e isso permitiu que a produção industrial acolhesse mão-de-obra advinda de diversos setores como: do campesinato, da imigração, da atividade doméstica sem experiência industrial;
- 6) O taylorismo interfere nos condicionantes da produtividade de duas formas: define de maneira dinâmica a natureza dos gestos humanos, de forma a combinar os movimentos com os instrumentos de trabalho, o que permite o desenvolvimento do progresso técnico; e promove a partir de uma seqüência de operações uma intensificação dos esforços dos operários no ritmo de trabalho.

Era preciso ter controle sobre os métodos de trabalho, no sentido de que as indústrias precisavam apoderar-se das tradições guardadas pelas corporações de ofícios que tinham o conhecimento de todo processo produtivo. Assim, poder-se-ia criar mecanismos de trabalhos mais eficientes para atender as necessidades econômicas da época, e mensurar com maior clareza se o operário realmente estava oferecendo toda sua força nas tarefas que propunha fazer. Essa visão torna-se mais lógica que persuadir os trabalhadores sem ter clareza de qual potencial pode-se alcançar através do trabalho dos mesmos.

Os princípios da administração científica apresentados em Fleury e Vargas (1983) são:

- O comando da gerência sobre a disciplina e o conhecimento operário: faz-se um estudo minucioso da gerência em relação a todos os movimentos dos operários, com o intuito de conhecer o que e como realizam suas tarefas, tornando-se possível disciplinar e controlar cada atividade, para que a mesma seja realizada da melhor forma possível;
- Seleção e treinamento: após conhecer como se realiza o trabalho, torna-se mais fácil simplificá-lo para ser dominado pela gerência. Assim, fica mais fácil adequar o trabalhador a cada tarefa específica, levando-se em consideração as aptidões físicas e habilidades para cada tarefa. “Não há necessidade de homens extraordinários. Não se desejam qualidades profissionais, mas habilidades pessoais específicas para atender à exigência do trabalho” (FLEURY e VARGAS, 1983, p. 21).
- O planejamento e controle do trabalho: depois de conhecer o trabalho e fragmentá-lo, precisa-se treinar e selecionar os operários adequados a cada tarefa para planejar e controlar todas as etapas anteriores.

Os autores salientam que o taylorismo não deve ser visto como um simples estudo de tempos e movimentos, porque a administração científica de Taylor é orientadora de muitas outras técnicas de gestão.

Os três princípios contidos em Fleury e Vargas falam basicamente de três características: divisão do trabalho, comando e poder da gerência.

O trabalhador deixou de ser dono do seu saber, fragmentou suas atividades de tal forma que qualquer pessoa com o mínimo de treino, regras e disciplina pode fazê-lo. Por último, as organizações passaram a ter o poder de acompanhar e comandar as diversas tarefas, tendo como objetivo a produção em grande escala.

O taylorismo pode ser entendido como uma variedade de elementos e princípios que são perfeitamente ajustáveis a diversas configurações do processo produtivo. Para processos em que há interfaces com o maquinismo e dispositivos automáticos, o taylorismo continua sendo um método completamente eficiente.

A variável de ociosidade nas interfaces produtivas tornava-se comum nesse cenário. A dependência do término de um determinado processo para iniciar outro, gerava espaços de trabalho “morto”. Para amenizar essa situação, Ford introduz a linha de montagem, que veio propiciar a fixação de tempos e movimentos no próprio fluxo da máquina, proporcionando maior fragmentação dos movimentos requeridos no trabalho individual.

2.4 Organização do trabalho na ótica fordista

A Ford Motor Company foi inaugurada em 1903. A fabricação de automóveis era função reservada aos profissionais que tinham formação nas oficinas de bicicletas e viaturas de Michigan e Ohio.

Dez anos mais tarde, a Ford aplicaria plenamente os princípios da administração científica na linha de montagem. “Subtrair a idéia do sistema de carretilhas aéreas usado nos matadouros de Chicago para esquartejar reses” (FLEURY e VARGAS, 1983 p. 23). “[...] o fordismo não se restringia somente a disciplina no interior da fábrica. Ford liderou o movimento de adequação da força de trabalho as novas exigências de produção” (VARGAS, 1985, p. 156-157).

Os princípios de Ford eram:

- 1-Sempre que for possível, o trabalhador não dará um passo supérfluo;
- 2-Não permitir, em caso algum, que ele se canse inutilmente, com movimentos à direita ou esquerda, sem proveito algum. As regras gerais que nos levam a conseguí-los são as seguintes: - tanto os trabalhadores como as peças devem ser dispostos na ordem natural das operações, de modo que toda peça ou aparelho percorra o menor caminho possível durante a montagem; - empreguem-se planos inclinados ou aparelhos similares, de modo que o operário sempre possa colocar no mesmo lugar as peças que trabalhou, e sempre ao seu alcance. Todas as vezes que for possível deve-se usar a gravitação como meio de transporte, para chegar às mãos do operário próximo a peça do trabalho;
- 3-Constituir-se uma rede auxiliar para a montagem dos carros, pela qual, deslizando as peças que devem ser ajustadas, cheguem a ponto exato onde são necessárias.³

As aplicações dos princípios de Ford determinaram significativos resultados de produção. Pode-se citar como exemplos: o tempo utilizado para montar um chassi reduziu de 12 horas e 8 minutos, para 1 hora e 33 minutos, resumindo a atividade em 45 operações simplificadas; na linha de montagem, as operações foram parceladas nas mesmas proporções, o que era realizado por uma única pessoa, passou ser realizado por 84 operários (FLEURY e VARGAS, 1983).

Para Lopes (2002), o modelo fordista de produção pode ser definido como uma forma particular do processo de trabalho. Nesse processo, o fluxo das partes e dos produtos intermediários passou a ser realizado por máquinas, diante das quais os trabalhadores de montagem ficam distribuídos em postos fixos.

Essa sistemática de organizar a produção trouxe como resultado a desqualificação operária e a intensificação do trabalho (FLEURY e VARGAS, 1983).

Na visão de Coriat (1985) apresentada por Severino (2006), com a introdução da linha de montagem, Ford realiza um desenvolvimento da criação de Taylor, que do ponto de vista do capital, o conduz para uma espécie de aperfeiçoamento. Esse aprimoramento das idéias de Taylor através de Ford veio possibilitar:

- incorporar os tempo e movimentos ao maquinismo;
- os gestos requeridos pelo lado do trabalho vivo, são fragmentados de maneira nunca atingidos anteriormente;
- possibilita maior intensificação do trabalho, de maneira a conduzir o operário a acompanhar o ritmo determinado pela linha de produção;
- o desenvolvimento de máquinas específicas, conforme o ramo de atividades;

³ FLEURY e VARGAS citando BRAVERSON, Harry. Trabalho e capitalismo monopolista. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p. 130.

- expansão do uso de ferramentas uniformes nas ocasiões em que o trabalho complexo tenha sido separado em trabalho particular;
- intercambiar peças, ferramentas, produtos, homens e máquinas.

No processo de mudanças na organização do trabalho ocorre a insatisfação dos trabalhadores e oposições aos modelos taylorista e fordista. Isso se dá por que o modo de produção capitalista buscava separar o conhecimento acumulado pelos trabalhadores nos ofícios, dando lugar às organizações pormenorizadas e repetitivas, o que propiciava baixar salários de maneira padronizada (VAZZOLER, 2004).

[...] a partir da década de 1970 há uma mudança no padrão de industrialização e da gestão da força de trabalho. Ocorrem manifestações, organizadas ou não, de recusa, por parte dos trabalhadores, à força clássica de organização do trabalho. Além disso, os mercados em franco crescimento, com baixo nível de competitividade, produtos estáveis, tecnologias consolidadas desde o início do século e pouco dinâmicas, pela constante incorporação de novos contingentes de mão-de-obra e expansão dos mercados e dos salários, ou seja, o ciclo virtuoso do fordismo começa a desaparecer. Os mercados se tornam altamente competitivos, de qualidade, de flexibilidade, de novo compromisso com a força do trabalho, de redução de custos (SEVERINO, 2006, p. 52 citando ZILBOVICIUS, 1997).

Essa situação de revolta provocou formas de coerção do capital sobre o trabalho, criando focos de resistência operária, que colocam em questão o controle dos trabalhadores sobre a gestão da empresa, funcionando como limitadores do próprio desenvolvimento capitalista.

Entre estas formas de resistência, pode-se citar o aumento significativo do absenteísmo dos trabalhadores que buscam melhores condições de trabalho, a queda dos níveis de produtividade devido à quebra do ritmo de trabalho, sabotagem, baixa qualidade de produtos e acidentes de trabalho (VAZZOLER, 2004).

Após 1950 surge como alternativa ao modelo taylorista/fordista a escola de relações humanas e a escola sociotécnica de organização do trabalho. Limitava-se a recomendar mudanças que significavam apenas alterações incrementais ao modelo taylorista/fordista. Isso se explica porque de um lado estava a insatisfação dos operários com o modelo posto e de outro lado a necessidade de volume de trabalho, o que ocasionou a introdução de equipamentos de base automatizada (NEVES, 1999).

Compreende-se como semi-autônomos, grupos que podem tomar decisões parciais, em relação ao trabalho. Os gerentes e diretores continuam responsáveis pelas decisões estratégicas relativas às políticas de produção.

A partir das discussões acerca das melhores práticas para se organizar o trabalho, atreladas à políticas públicas que são constituídas nesse processo, surgem os modelos flexíveis de organização do trabalho.

2.5 Flexibilização na organização do trabalho

Com o acirramento da competitividade, as disputas passaram a ocorrer na esfera mundial. Está predominantemente entre blocos políticos, o que marca uma nova realidade industrial. A flexibilização do uso da mão-de-obra surgiu na Europa em circunstâncias especiais. Isso ocorreu porque os modelos como estavam regulados os contratos de trabalho na década de 50 e 60 tinham como características centrais a manutenção dos empregos, moderação dos aumentos de preços e aumentos salariais que acompanhavam a elevação da produtividade. Houve o aumento da instabilidade econômica, tendendo a estagnação, inflação e desemprego (BALTAR e PRONI, 1996).

Nesse cenário, a organização do trabalho no modo de produção capitalista se caracteriza por precarizar o trabalho através da flexibilização e desregulação do trabalho (VASAPOLLO, 2006).

Flexibilização do trabalho pode se entendida como:

- liberdade da empresa para despedir parte de seus empregados, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem;
- liberdade da empresa para reduzir ou aumentar o horário de trabalho, repentinamente e sem aviso prévio, quando a produção necessite;
- faculdade da empresa pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho, seja para solucionar negociações salariais, seja para poder participar de uma concorrência internacional;
- possibilidade de a empresa subsidiar a jornada de trabalho em dia e semana de sua conveniência, mudando os horários e as características (trabalho por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível, etc);
- liberdade para destinar parte de sua atividade a empresa externa;
- possibilidade de contratar trabalhadores em regime de trabalho temporário, de fazer contratos por tempo parcial, de um técnico assumir um trabalho por tempo determinado, subcontratado, entre outras figuras emergentes do trabalho atípico, diminuindo o pessoal efetivo a índices inferiores a 20% do total da empresa (VASAPOLLO, 2006, p. 45-46).

Levando em consideração o texto acima citado, pode-se dizer que a flexibilização não é um meio de aumentar os índices de ocupações de postos de trabalho e sim

uma imposição que precariza o trabalho. Deste modo, as ofertas de trabalhos existentes forçam homens e mulheres a buscar novos meios de sobreviver no mercado informal, na prestação de serviços autônomos ou em grupos, trabalhando de maneira irregular, sem garantias e em muitos casos, com precaridade ou insalubridade.

Severino (2006, p. 58) citando Marx (1997) discorre que ao estudar os grupos semi-autônomos no Brasil é preciso elencar alguns critérios para que ocorra essa autonomia:

a) formação de grupos pequenos de trabalhadores polivalentes, coordenado por um líder, no qual o treinamento é feito *on-the-job*, onde os trabalhadores mais experientes repassam seus conhecimentos para os demais; b) os grupos recebem, discutem e negociam metas semanais, sendo parte do salário dependente do cumprimento de metas; c) o objetivo é transferir o poder decisório para os grupos, cobrando-se quantidade e qualidade; d) cada grupo possui um terminal de computador integrado a planta, onde é possível ter informações sobre o andamento da produção de cada grupo e enviar ordens de compra para o almoxarifado; e) estudos de tempos e métodos para definição de como a empresa vai se organizar para produzir, dimensionamento dos grupos e do número de equipamentos, porém não há controle de tempos ao longo do processo produtivo.

As limitações apresentadas pelo autor são:

- tecnológicas: sistemas produtivos normalmente projetados para permitir máxima divisão do trabalho, o que cria postos de trabalho simples e repetitivos, que requerem o mínimo de treinamento e iniciativa do trabalhador;
- motivação: é preciso trabalhar competências necessárias para garantir produtividade e qualidade;
- postura autoritária da gerência: precisa-se romper para criar uma nova cultura organizacional.

No que refere ao modelo japonês, pode-se dizer que trouxe consigo formas de trabalho participativo por parte dos operários. Nesse sentido, propiciou a valorização do conhecimento do trabalhador no processo de trabalho, tornou-se o alicerce dos processos de reestruturação produtiva. As referências dessa reestruturação é a flexibilidade da produção, dos produtos, dos mercados e do uso do trabalho.

O modelo japonês tem ênfase fundamental na redução de custos, assim todas as fontes de desperdício devem ser eliminadas, tais como: uso inadequado de mão-de-obra, capital empatado em estoques, tempos de preparação de máquinas (*set up*), *lead time* de produção, paradas na produção e falta de padronização e métodos, entre outros. Por esta característica de eliminar toda e qualquer forma de desperdício o modelo também é conhecido como Produção Enxuta ou *Lean Production* (SEVERINO, 2006, p. 59).

Os princípios para o trabalho com produção enxuta são justificados em razão das características do mercado japonês no período pós-guerra (mercado local e pequeno, demanda de grande variedade de produtos e grande número de empresas competindo), isso propiciava que as empresas necessitassem de um sistema de produção que possibilitasse um uso eficiente e eficaz dos recursos existentes, o que se torna economicamente eficiente na produção de uma linha diversificada de produtos em baixa escala (SEVERINO, 2006).

O modelo japonês de gestão com suas formas participativas e valorização do conhecimento do trabalhador no processo de trabalho, constitui-se no cerne dos processos de reestruturação produtiva. Esses processos têm como referência a flexibilidade da produção, dos produtos, dos mercados e do uso do trabalho (LIMA, 2007, p. 132).

Esse modelo de gestão resulta na utilização diferenciada do tempo do trabalho, nas diferentes formas de contratar ou institucionalizar o uso do trabalho, na qualificação dos trabalhadores, de maneira a desejar que os mesmos sejam multifuncionais e polivalentes.

Em traços mais gerais, o toyotismo pode ser entendido como uma forma de organização do trabalho que nasce a partir da fábrica Toyota, no Japão e se expande pelo ocidente capitalista, tanto nos países avançados quanto naqueles que se encontram subordinados. Suas características básicas, que fazem contraposição ao taylorismo/fordismo são: 1) produção vinculada à demanda; 2) produção variada e bastante heterogênea; 3) fundamenta-se no trabalho em equipe, com multivariabilidade de funções; 4) tem como princípio o *just in time*, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção e funciona segundo o sistema *kanban*, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque que devem ser mínimos. Enquanto na fábrica fordista cerca de 75% dos produtos eram produzidos no interior das fábricas, na fábrica toyorista somente cerca de 25% é produzido no seu interior. Além de horizontalizar o processo produtivo, transfere a “terceiros” grande parte do que anteriormente era produzido dentro dela. O processo de implantação dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ) proliferou, constituindo-se a partir de grupos de trabalhadores incentivados pelo capital para discutir o trabalho e desempenho, com objetivo de melhorar a produtividade da empresa, ou seja, a uma apropriação do conhecimento do operário. Essa nova forma de visualizar e trabalhar a estrutura organizacional e operacional das organizações é uma forma flexibilizada, que baseia-se na reengenharia, na visão de empresa enxuta (ANTUNES, 2001).

A tecnologia tem um papel fundamental nesse processo, amplia o controle humano sobre o processo de produção, o que favorece a substituição da rigidez da linha de montagem pelas equipes autônomas, promovendo maior satisfação do trabalhador e maior envolvimento no trabalho. “Entretanto, os processos de ‘flexibilização’ presentes na empresa reestruturada enxuta, não favorecem essa percepção ‘virtuosa’. O enxugamento da produção tem significado redução da força de trabalho utilizada e desemprego” (LIMA, 2007, p. 133).

Contudo, esse quadro é difuso e complexo. Ao passo que ocorre a precarização e o desemprego para grande massa de trabalhadores, cria-se outros empregos no mesmo local ou em outras regiões, o que resulta que o que é emprego precário para uns é o único emprego para outros (LIMA, 2007 citando RAMALHO, 2000).

Antunes (2001) apresenta que nas últimas décadas o capitalismo vem assumindo uma configuração que demonstra acentuar-se a lógica destrutiva. Nesse contexto de crise estrutural do capitalismo, algumas tendências podem ser demonstradas como:

- o padrão produtivo taylorista e fordista vem sendo crescentemente substituído ou alterado pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, das quais a chamada acumulação flexível e o modelo japonês ou toyotismo são exemplos;
- o modelo de regulação social-democrático, que deu sustentação ao chamado estado de bem estar social, em vários países centrais, vêm também sendo minado pela (des)regulação neoliberal, privatizante e anti-social. Apresenta-se a desregulamentação, flexibilização, terceirização, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo empresariado em geral, como expressões de uma lógica onde o capital vale e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução deste mesmo capital. Isso porque o capital não é capaz de eliminar a mão-de-obra, pode diminuí-la cada vez mais, mas não pode excluí-la.

A estagnação e vulnerabilidade externa afeta diretamente os países periféricos. Para compreender o contexto de estagnação que o capitalismo sofreu a partir da década de 70, basta visualizarmos a tendência de declínio da economia, comparando o PNB dos sete países mais ricos do mundo, que entre 1960 e 1973 cresceu 4,8%, entre 1972 e 1979 2,8% de 1979 a 1990 2,5% e de 1990 a 1996 1,6% (CORSI, 2003 citando FIORI, 1999 p. 12-13 e CARNEIRO, 2002, p. 30).

Essa queda nas taxas de crescimento do PNB propiciou o surgimento de pobreza nas regiões subdesenvolvidas, colocando em cheque-mate os defensores que o capitalismo é capaz de viabilizar o pleno emprego e a superação da miséria (CORSI, 2003). Contudo, os países subdesenvolvidos acompanham esse declínio, de modo que o PIB latino cresceu em média 5,5% na década de 1960, 5,6% na década de 1970, nos anos de 1980 0,9% e entre 1990 e 1997 3,3% (CORSI, 2003 citando CANO, 1999, p. 294-311).

As principais causas da estagnação foram os oligopólios que se formaram, o aumento da capacidade produtiva em escala mundial, mobilizações sindicais, contestações sociais (que ocorreram em todo mundo) e crise no sistema monetário mundial que resultou em redirecionamento dos fundos públicos. Esses fatores refletiram nos países subdesenvolvidos, principalmente com a crise da dívida externa e a não integração no processo de globalização. Deste modo, a situação da América Latina teve mudanças no início da década de 1990, com a crise do Japão, Europa Ocidental e EUA, dando a entender que a dependência financeira foi determinante na estagnação econômica de muitos países subdesenvolvidos, os projetos que almejavam desenvolvimento e autonomia nacional até a década de 70 tiveram fim. O aumento da crise está relacionado com a predominância do capital financeiro na atual fase do capitalismo. A estagnação se confirma na década de 90 com a abertura de várias economias, de modo que reduz o otimismo com a integração de países subdesenvolvidos à economia mundial (CORSI, 2003).

As soluções propostas para o desemprego no Brasil estão se limitando à oferta de treinamento profissional e alguns financiamentos para pessoas que querem iniciar seu negócio próprio. No entanto, só a qualificação dos trabalhadores não representa a solução do desemprego (EID; GALLO; PIMENTEL, 2001).

Baltar e Proni (1996) fazem uma análise da dinâmica do trabalho urbano no Estado de São Paulo. Suas conclusões apontam que o vínculo empregatício formal tem pouca duração, não há estabilidade no emprego, o que permite alta flexibilidade para que o empregador contrate, use a mão-de-obra, remunere e dispense os trabalhadores. Esses vínculos de alta rotatividade apresentam remunerações baixas. Na década de 80 o Brasil apresentou um grande aumento de trabalho em estabelecimentos organizados e sem carteira de trabalho assinada. Na década de 90 a situação se agravou, a abertura da economia favoreceu uma redução absoluta do emprego formal na indústria de transformação e construção civil. Ocorre uma reestruturação da economia que afeta diretamente a capacidade de geração de empregos.

Pochmann (2006) faz uma pesquisa com o objetivo de identificar a natureza da manifestação do desemprego no Brasil. Em seu estudo conclui que o desemprego é maior nas faixas de baixa renda. A escolaridade se demonstrou insuficiente para impedir o aumento do índice de desemprego. Os postos de trabalho para as classes mais pobres estão se apresentando de forma mais escassa. Para a população negra, quanto mais elevada a renda, mais ocorre o desemprego. As políticas públicas de emprego precisam ser reformuladas para que se adequem ao quadro nacional. Não é possível homogeneizar o país, há uma insuficiência de recursos para dar conta da situação geral dos desempregados. É preciso constituir políticas públicas que considerem as especificidades dos diversos grupos sociais e sua relação com o mercado de trabalho.

Toda essa situação de desemprego, precarização e flexibilização do trabalho, faz com que a partir dos anos 80 surjam empreendimentos econômicos solidários e de economia solidária, conforme apresentamos no capítulo seguinte.

2.6 Considerações Finais

O trabalho acompanha o homem em toda sua existência. Durante o processo de evolução humana ele foi se tornando cada vez mais complexo em todos seus aspectos. Até o séc. XVII o processo de trabalho era artesanal, o homem era proprietário do planejamento, execução e comercialização de seus produtos. Posteriormente Taylor insere a administração científica através dos estudos de tempos e movimentos. Em 1903, Henry Ford coloca em prática o estudo discorrido por Taylor inserindo na manufatura a esteira rolante, isso ocasiona a especialização de pequenas partes do trabalho. O homem perdeu seu poder sobre todas as operações do processo de trabalho, fragmentando seu conhecimento.

Posterior a esse processo histórico de evolução da forma organizacional do trabalho, os modelos taylorista e fordista sofrem duas grandes crises: a primeira acontece no final da década 60 e início da década de 70, é uma crise interna. A crise se dá no chão de fábrica após um longo período de acumulação interna do capital. É marcada pelo elevado nível de defeitos na produção, absenteísmo, falta de zelo na produção. Nesse período se insere programas de qualidade. A segunda crise é externa e se inicia a partir dos anos 80. Ocorre em

função da globalização de mercado, na qual a concorrência entre empresas é mais acirrada e a exigência do consumidor é um fator determinante nessa competitividade.

Atualmente a direção organizacional passa a impulsionar a necessidade de flexibilizar e integrar os processos de trabalho para se manter competitiva, no entanto, torna-se insuficiente a oferta de emprego e renda, o que coloca em dúvida a eficiência do modo de produção atual.

O progresso técnico é um fator que impulsiona a flexibilização do trabalho, mas isso não necessariamente se reflete no progresso social, depende da forma como a tecnologia e a informatização são utilizadas.

No atual estágio do modo de produção capitalista rege a lógica da desvalorização do trabalhador, do individualismo e da competição, fazendo com que haja um aumento do processo de exclusão de grande parcela da sociedade ao trabalho formal, o que o limita a não usufruir de seus direitos básicos, propiciando o distanciamento entre as classes pobres e ricas.

Todo esse contexto de evolução do trabalho, levando em consideração a acumulação de capital, mostra que o progresso técnico não está sendo utilizado visando alcançar o progresso social. As formas de organizar o trabalho, as máquinas e as tecnologias envolvidas nos processos de transformação de matérias-primas em bens de consumo, não foram capazes de permitir que o homem tenha evoluído nos aspectos sociais como se idealiza. Prova disso é o grande número de desemprego, pessoas marginalizadas na sociedade, desencantadas com a situação de expulsão do mercado de trabalho.

O Brasil está inserido nesse cenário de exclusão, precarização e flexibilização do trabalho, no qual o modo de produção atual não está sendo capaz de suprir as necessidades existentes dos trabalhadores, que podem ser a ocorrência de trabalho sem os direitos básicos, pouca durabilidade nos contratos de trabalho, a diversificação de trabalho conforme a variabilidade das classes sociais. Todos esses fatores diminuem a geração de emprego e renda, o que propicia surgir, como alternativa de sobrevivência dos trabalhadores, a criação de empreendimentos inseridos no modelo de produção apresentados na concepção da Economia Solidária.

No capítulo seguinte será apresentado o desenvolvimento da Economia Solidária como um modelo de produção inserido no modo de produção capitalista, a base teórica que se encontra em construção, como ocorre esse processo de desenvolvimento da

Economia Solidária no Brasil e alguns exemplos de políticas públicas constituídas pela sociedade civil organizada e pelo Governo Federal.

3. ECONOMIA SOLIDÁRIA

3.1 Introdução

Com o cenário atual de tendências de aumento da precarização do trabalho, apresentado no capítulo anterior, a Economia Solidária - ES encontra-se com potencial de expansão. A concepção da ES não é recente, percebe-se nitidamente seu surgimento desde o século XIX até os dias de hoje em situações nas quais ocorrem condições de precariedade no trabalho. Dos anos 1980 em diante surgem outras variáveis de forma mais contundente. Trata-se da flexibilidade do trabalho aliada a um aumento do desemprego e minimização da força sindical, o que culminou na perda de direitos trabalhistas. Com a globalização de mercados, ficou nítido o empobrecimento da classe operária em diversos países do mundo.

O objetivo desse capítulo é analisar como ocorreu o desenvolvimento da ES no Brasil. Nesse sentido serão observados os motivos que proporcionaram seu desenvolvimento e políticas públicas direcionadas para o engajamento dessa nova alternativa de modelo de produção.

O capítulo está estruturado em três partes. A primeira parte trata da construção histórica dos ideais e ações que direcionaram a construção da ES, analisando um referencial teórico que se encontra em construção. A segunda parte busca elencar os principais fatores que levam ao crescimento da ES, as políticas públicas desenvolvidas no Brasil no âmbito de organizações não governamentais, como pelo Governo Federal. A título de ilustração do quanto a ES se torna um fator importante nesse período de flexibilização do trabalho é apresentado o que a SENAES vem fazendo nessa perspectiva e um breve relato de alguns importantes projetos desenvolvidos pelo DIEESE. A terceira parte procura discutir a formação de empreendimentos cooperativos populares, para este entendimento foi feito um recorte no tema tratado, focando o assunto em cooperativas de produção, com o objetivo de apresentar um entendimento do que é uma cooperativa de produção, como elas surgem, seus princípios ideológicos e desafios.

3.2 Referencial teórico em construção

A ES não é algo novo, surgiu em meio ao empobrecimento dos artesões por conta da maquinaria que se difundia nas fábricas têxteis. Uma das versões apresentadas para o surgimento da ES está relacionada com a Revolução Industrial na Grã-Bretanha. Em um momento onde a exploração do trabalho não tinha limites legais, até mesmo crianças trabalhavam e a jornada de trabalho era tão grande que elevava a morbidade e mortalidade dos trabalhadores, neste contexto surge o empresário britânico Robert Owen. Esse empresário apresentava características humanistas e agiu de forma contrária no que refere a organização do trabalho da época. Assim, ao invés de explorar plenamente os trabalhadores, decidiu limitar a jornada, proibir as crianças de trabalharem e ainda construiu escolas, e para deixar os empresários perplexos, ao contrário do que os demais empresários pensavam, ele tornou a empresa bastante lucrativa (SINGER, 2000).

Apesar de Owen ser um empresário que buscava a lucratividade para sua empresa, sua contribuição se dá ao demonstrar que era possível obter lucros com o desenvolvimento de um modelo de organização do trabalho humanizado, mesmo que isso parecesse ilógico para os padrões organizacionais da época.

A história de Owen, considerado um dos precursores da ES, não parou por aí. Além de empresário ele se demonstrou um idealista utópico. Isso porque quando terminou a Revolução Francesa, havia um rastro de pobreza em diversas regiões. Com isso, Owen apresentou propostas para o governo auxiliar a minimizar a pobreza e reduzir o desemprego, tendo como intuito restabelecer o crescimento da atividade econômica, reinserindo o trabalho ocioso, procurando tornar possível a construção de aldeias cooperativas. Entretanto, na segunda metade do século XIX, o governo britânico se negou a implementar as idéias expostas por Owen, percebendo que elas mudavam o sentido da estrutura econômica que havia na época. As idéias de Owen não foram implementadas, mas permaneciam suas opiniões e muitas pessoas começaram a colocar em prática, criando sociedades cooperativas por toda parte, coincidindo com o surto do sindicalismo e partir disso diversas cooperativas se formaram (SINGER, 2000).

Um momento de expansão da ES foi no período de 1833, quando o Parlamento Britânico aprovou o *Factory Act* (uma legislação protetora do trabalhador) que limita a jornada de trabalho para dez horas por dia. A partir disso Owen lidera os sindicalistas do norte e cria a sociedade pela Regeneração Nacional, que tem como objetivo conquistar a jornada de

oito horas. A reação dos empregadores ocorreu com a greve patronal de exclusão, a qual demitiu todos os operários que eram sindicalistas. A luta foi longa e cruel e terminou com a derrota dos trabalhadores, essa luta Owen propôs ao Parlamento dos Construtores tomarem as indústrias e reorganizá-las como cooperativas. Em respostas às demissões em massa dos sindicalistas, cooperativas operárias surgiram (SINGER, 2004).

A influência de autores denominados socialistas utópicos como Owen, Fourier, Buchez, Proudhon, entre outros, se faz presente para o desenvolvimento da ES. É um projeto no qual diversos países vêm ensaiando na prática há dois séculos. Nesse aspecto, pensadores socialistas vêm estudando e propagando seus ideais de uma sociedade mais justa. Os primeiros resultados apresentados na perspectiva de desenvolvimento da ES são:

- a união de homens e mulheres vítimas do capitalismo que se unem para buscar o ganho da vida e da reintegração no mercado de trabalho, competindo com as empresas capitalistas;
- a associação de pequenos produtores do campo ou da cidade que querem comprar e vender em conjunto e até mesmo fazer produção de escala;
- pessoas assalariadas que querem adquirir em conjunto bens e serviços de consumo;
- pequenos produtores ou mesmo assalariados que querem reunir dinheiro para fundos rotativos, com intuito de obter empréstimos, que inclusive podem financiar empreendimentos solidários, a baixos juros;
- a criação de associações mútuas de seguros, cooperativas de habitação etc (SINGER, 2000).

Assim, pode-se entender que empreendimentos solidários existem a partir da união de pessoas tendo como principais tipologias de empreendimentos o associativismo e o cooperativismo.

Está intrínseca na ES a relação entre a prática e as relações sociais, conforme descrito abaixo:

Ela metaboliza vínculos e sociabilidades primárias, imersos nas práticas da economia popular e na experiência de classe dos trabalhadores, advindos de sua posição comum no interior das relações de produção. Assumindo essas identidades e demandas, o ‘movimento social’ da economia solidária as alça à vida democrática, através de pressões dirigidas às esferas de decisão. As iniciativas econômicas que lhe são peculiares, determinadas igualmente por ordenamentos extra-econômicos, inserem-se, pois, no conjunto mais amplo das relações sociais por meio do debate público, no sentido de moralizar a economia, subordinando-a a valores e a normas politicamente sancionadas (GAIGER, 2008, p. 16).

Nesse sentido, as relações sociais tornam-se fundamentais para o desenvolvimento e o desencadeamento dos empreendimentos solidários. Torna-se necessário o debate político e social nas diversas esferas da sociedade que pode dar corpo e estruturar os diversos movimentos que surgem nessa perspectiva de modelo de organização do trabalho.

Singer (2000) apresenta que a ES surge como um modo de produção e distribuição alternativo ao modo de produção capitalista:

A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre a posse e o uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo). Sob o capitalismo, os meios de produção são socializados na medida em que o progresso técnico cria sistemas que só podem ser operados por grande número de pessoas, agindo coordenadamente, ou seja, cooperando entre si (SINGER, 2000, p. 13).

A ES tem sido tratada teoricamente como modo de produção alternativo, conforme apresentado principalmente por Tiriba (1997), Singer (2000), Verano (2001), contudo, é preciso adotar uma discussão racional sobre o assunto (GAIGER, 2003).

No entanto, como visto anteriormente no Capítulo II, o modo de produção envolve a totalidade estruturante de uma sociedade, de maneira que envolve as relações sociais entre os agentes econômicos e políticos. Ao passo que o modelo de produção se constitui com os elementos materiais que compreendem: matérias-primas, meios de trabalho utilizados, as capacidades físicas e intelectuais requeridas, as operações e procedimentos e as combinações entre esses elementos, que resultam variadas formas de apropriação da natureza (GAIGER, 2003).

Nesse sentido, adota-se a visão de que a ES pode ser vista como um modelo de produção alternativo dentro do modo de produção capitalista.

No modelo de produção solidário o ser humano torna-se o centro do empreendimento, não mais o capital, de forma que haja unidade entre a posse dos meios de produção e a socialização desses meios dentro do sistema capitalista. Assim, não se espera que a ES substitua o capitalismo de forma imediata, mas possa viver dentro do capitalismo com outra lógica na forma de produção e de distribuição de trabalho e renda.

A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista se mostra promissora nos aspectos econômico, social e cultural, além de carrear rapidamente o apoio de

ativistas, agências dotadas de programas sociais e órgãos públicos. A ES suscitou o interesse dos estudiosos de buscar análises de viabilidade desses empreendimentos em longo prazo. Assim, setores da esquerda reconhecem nesses empreendimentos uma nova expressão dos ideais históricos das lutas operárias e dos movimentos populares que passaram a integrar a economia solidária em seus debates, em seus programas de mudança social e em sua visão estratégica de construção socialista. Esses movimentos populares vêem a ES como um campo de trabalho institucional, seja um alvo de políticas públicas de contenção da pobreza, seja ainda uma nova frente de lutas de caráter estratégico, visões, conceitos e práticas que se cruzam intensamente, interpelando-se e promovendo a Economia Solidária como uma alternativa para os excluídos (GAIGER, 2003).

Pela via dos embates da cidadania, a solidariedade vivida no interior dos empreendimentos externaliza-se na pretensão de alcançar chances consideráveis de transferir os princípios já internalizados no grupo, que podem ser: tolerância, confiança e cooperação para as condutas no espaço público. Do ponto de vista do seu exercício, a ES decorre da atuação de indivíduos usualmente mediante sua associação livre e voluntária, objetivando produzir benefícios sociais que correspondam à materialização ou à extensão daqueles direitos, vistos como uma aspiração legítima. A solidariedade democrática busca acordos gerais sobre os compromissos e prioridades da sociedade. Supõe-se que indivíduos reconhecidos como sujeitos dotados de livre-arbítrio comporta iniciativas de múltiplas organizações, conscientes da insuficiência das formas precedentes de solidariedade social na comunidade, no Estado e na ação privada. As principais veias da solidariedade democrática variam segundo o contexto histórico (GAIGER, 2008).

O caminho para ampliar o horizonte da ES consiste em reconhecer a presença de outros princípios de vida, historicamente ocultos pelo espírito individualista do interesse próprio, admitindo, igualmente, que condutas dirigidas ao reconhecimento e à amplificação da reciprocidade. As relações de confiança normalmente supõem conhecimento e julgamento positivo quanto às intenções alheias. Por outro lado, relações afáveis como aquelas do vínculo contratual, não envolvem expectativas quanto à moral e ao comportamento alheio. Não obstante, as vantagens da colaboração entre os indivíduos nas experiências de Economia Solidária é o caminho para fortalecê-la. Nesse sentido, deve haver a substituição do interesse próprio e das condutas utilitárias por condutas altruístas, de maneira que os interesses possam realizar-se de forma duradoura, alcançando objetivos comuns e estabelecendo dispositivos de

partilha dos resultados. Assim, pode-se ampliar a reciprocidade social, fermento da solidariedade democrática (GAIGER, 2008).

O êxito das questões ético-morais é verificado em decorrência dos efeitos positivos do seu caráter cooperativo. O maior interesse e motivação dos associados, torna o emprego mutuamente acordado, o que gera a maior capacidade de trabalho disponível. A divisão dos benefícios conforme a contribuição para o trabalho são fatos relacionados com a cooperação, no sentido de acionar o favorecimento a um maior rendimento do trabalho associado. À medida que essas características acentuam-se, provocam uma reversão do processo ocorrido nos primórdios do capitalismo, quando o trabalhador foi separado dos objetos por ele produzidos e converteu-se em propriedade para outros. Por conseguinte, as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas para o modo de produção capitalista, mas antagônicas à forma social de produção assalariada. De forma que na produção assalariada o capital emprega o trabalho e na forma de produção solidária os trabalhadores empregam o capital (GAIGER, 2003).

Em suma, a ES se torna uma alternativa para as pessoas que estão fora da grande massa que o mercado de trabalho absorve nas diversas empresas. Existem vários motivos para que essas pessoas fiquem desprovidas de oportunidades para o mercado de trabalho, entre elas pode-se citar: a falta de preparo com as novas tecnologias; o número de postos de trabalho eliminados por conta do aparato tecnológico; a concentração de renda, etc. Contudo, a ES surge no capitalismo, e a doutrinação do trabalho em equipe transcende as fábricas e busca a união com aqueles que ficaram à margem do capitalismo.

No entanto, o modelo de produção e distribuição solidário pode aparecer de maneira desestruturada:

A economia solidária aparece também, ainda que de maneira pouco estruturada, em diversos projetos de cunho social, como alternativa de geração de trabalho e renda, considerada como forma de defesa da cidadania de grupos marginalizados, como por exemplo, na recuperação de população carcerária (tanto no discurso do Estado, quanto em movimentos de direitos humanos e da pastoral carcerária), ou em programas que visam a proporcionar melhores condições de vida à população de rua, ou que se encontram em risco social, principalmente através de programas de criação de empresas de reciclagem de lixo e de mutirões (GAIGER, 2004, p. 191).

Dessa forma, a ES pode vir a propiciar uma imagem errônea do verdadeiro sentido da economia solidária, de forma a massificar uma imagem de que a economia solidária é uma forma de produção de pobres, de oprimidos, o que foge completamente à

análise acadêmica, já que o tema se torna relevante pelo grande crescimento do número de desempregados e miseráveis em todo país.

As dificuldades dos empreendimentos solidários em relação às empresas capitalistas estão a cerca da formação da diretoria capacitada. Nas empresas capitalistas a cúpula empresarial contrata administradores experientes, ao passo que os empreendimentos solidários surgem em outra lógica, formam-se em comunidades de ex-empregados, ou mesmo por companheiros de jornadas sindicais, movimentos estudantis, movimentos comunitários, etc. Com isso os empreendimentos não surgem somente com a finalidade de permitir ganhos aos sócios, mas tornam-se movimentos de resistência ao modo de produção capitalista. Apresentam-se como uma visão econômica e político-ideológica diferente da atual. Nesse sentido surgem em geral com patrocínio e apoio externos, como: outras empresas solidárias, incubadoras, sindicatos, entidades religiosas, ONG's, etc (SINGER, 2000).

Addor (2006) faz uma análise dos principais estudos na temática ES e identifica o que converge entre os principais estudiosos da área as problemáticas enfrentadas no movimento. Os quatro principais desafios apontados são: a estruturação na comercialização; a manutenção da consistência ideológica; a organização de políticas públicas e incentivos; e a contribuição técnico-científica.

Uma maneira de potencializar empreendimentos solidários é a constituição de cadeias produtivas solidárias (CPS). As cadeias produtivas solidárias propiciam possibilidades de crescimento aos empreendimentos solidários, essas redes tornam-se uma maneira de evitar uma possível minimização de fragilidade para esses empreendimentos. O entendimento de cadeia produtiva solidária ou uma rede de empreendimentos econômicos solidários (EES) se organizam em torno da elaboração de um produto final, envolvendo a produção de seus insumos, assim, como os serviços que possam estar a ela associados. Os principais elos da cadeia produtiva estão representados por empreendimentos que operam de acordo com os princípios da Economia Solidária, agindo de maneira democrática, solidária e justa, tanto em suas relações internas quanto na relação com demais elos da cadeia. No entanto, a complexidade de cada cadeia fará com que seja mais ou menos difícil alcançar uma organização na qual a totalidade dos elos opere de acordo com os princípios da Economia Solidária, alguns insumos acabam sendo providos pelo mercado, por inexistir EES que os ofertem, mas isso não necessariamente descaracteriza ou impede a construção de uma cadeia produtiva solidária (METELLO, 2007).

Os benefícios em CPS podem ser traçados em quatro pontos: importância econômica; fomento ao pensamento crítico e de emancipação; aumento da possibilidade de inovação tecnológica e aumento da visibilidade e confiabilidade. Os principais benefícios alcançados pelas EES por meio de CPS se mostram na alternativa para garantir que os produtos intermediários sejam vendidos. Quando articulados em uma CPS, os empreendimentos intermediários têm a sua venda garantida para o elo seguinte da cadeia e assim sucessivamente. Isso se torna verdade se houver garantia da venda do produto final, o que comprova que a articulação entre CPS faz reduzir a dependência com o contexto capitalista de produção, já que torna possível diminuir o contato com empresas capitalistas, tanto na compra e venda, quanto na competição de mercado (METELLO, 2007).

As principais diferenças entre redes de empresas capitalistas e redes de empreendimentos solidários podem ser distintas da seguinte maneira: a primeira é mais voltada para si, os objetivos centrais são: a diminuição de custos para aumentar a competitividade, aumento do retorno para a empresa, maior rapidez no desenvolvimento de tecnologias para diminuir custos e agilizar a colocação de novos produtos no mercado. Já a segunda é mais voltada para as pessoas, se relacionam com organizações econômicas e não-econômicas; estimula a construção e desenvolvimento do pensamento crítico e emancipatório; busca o preço justo; melhor distribuição de renda pelos empreendimentos e participantes dentro de cada empreendimento; acesso ao mercado ético e solidário; em alguns casos de produção em escala para competir no mercado capitalista; desenvolvimento de tecnologias para inclusão do trabalhador com participação no processo; resgate da auto-estima e foco na melhoria de qualidade de vida (METELLO, 2007).

É possível perceber a materialidade dos problemas de sustentabilidade da atividade econômica perante a relação mercantil. A fragilidade da experiência empreendedora, a idealização em torno de subjetividades democráticas no trabalho e o mosaico de práticas diversas contidas no universo em questão, são fatores que materializam problemas nos empreendimentos solidários. Nesse sentido, a economia solidária buscando fortalecimento para se desenvolver, passa a integrar diversos ramos de atividades, passando a defini-la como conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito organizados sob a forma de autogestão (BARBOSA, 2005).

Partindo do pressuposto de que a ES emerge em momentos de dificuldades econômicas contidas no modo de produção capitalista, o cenário apresentado por Antunes (2001) e Reis (2007) apresenta possível expansão desse movimento da ES.

Antunes (2001) faz uma análise de que junto a globalização da produção, a visão do sistema produtivo de mercadorias é o de conseguir vencer a concorrência a partir de um processo destrutivo do trabalho, o que gera uma imensa quantidade de trabalhadores excluídos e precarizados em diversas regiões do mundo. A competitividade e a tecnologia concorrencial tornam-se fatores capazes de desmontar parques industriais por não acompanhar a dinâmica do processo, isso ocorre de tal forma que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) discute o desemprego e a precarização do trabalho para mais de um bilhão e duzentos mil pessoas, o que representa um terço da força humana mundial que trabalha.

Em uma análise da realidade brasileira nesse contexto, Reis (2007) apresenta que a realidade de flexibilização, desemprego e precarização do trabalho é um fato que ocorre no cotidiano das empresas no Brasil. A crise no setor industrial se acirrou a partir dos anos 90, decorrente da abertura do mercado brasileiro para as importações, afetando as indústrias nacionais que não tinham preparo para a concorrência em relação a qualidade e preço dos produtos estrangeiros, principalmente dos países asiáticos.

Os dados apresentados pelo DIEESE mostra o percentual de trabalhadores que trabalham mais que a jornada de trabalho legal nas regiões metropolitanas, comprova a flexibilização existente no mercado de trabalho brasileiro, assinalando para a necessidade de alternativas de inserção no mercado de trabalho.

Tabela 1 – Percentual de assalariados que trabalham mais que a jornada legal dos anos 2005 e 2006

Regiões Metropolitanas	Indústria		Comércio		Serviços	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
São Paulo	38,8	36,7	56,6	55,0	36,5	35,2
Porto Alegre	25,2	22,5	51,6	47,9	27,6	25,2
Belo Horizonte	37,9	33,6	51,9	49,0	27,6	25,4
Salvador	48,9	49,1	64,3	65,9	32,5	32,3
Recife	59,0	61,5	71,6	73,1	39,4	39,5
Dist. Federal	40,6	37,9	65,2	61,7	20,5	19,7
Media dos últimos dois anos.	40,98		59,80		30,12	

Fonte Dados: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Os dados da tabela 1 nos fazem refletir que a precarização do trabalho no que refere a carga horária de trabalho tem um percentual alto. Na média geral 43,63% das pessoas economicamente ativa cumprem uma carga maior do que a legal.

Na tabela 2 fica nítida a questão do desemprego, fato que promove graves discrepâncias sociais, diminuindo a distribuição de renda, o que faz com que haja uma hierarquização nas classes sociais. Além de provocar muitos problemas como a fome, falta de saúde física e psíquica, violência e diversas outras mazelas que afloram.

Tabela 2 – Taxa de desemprego aberto na América Latina 1996/2005 em %

Países	1996	2005
Argentina	17,2	10,6
Brasil	10,0	10,5
Chile	5,4	6,9
Colômbia	12,0	11,8
México	5,3	3,5
Peru	7,0	11,4
Uruguai	11,9	12,2

Fonte de dados: OIT. Panorama laboral e DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Em se tratando de desemprego da população economicamente ativa que já trabalharam, o Brasil apresentou um índice de 10,5%, houve um aumento de 0,50% em nove anos. E nos países latinos apenas a Argentina, a Colômbia e o México, conseguiram diminuir esse índice de desemprego do período de 1996 a 2005.

Outros dados alarmantes citado no anuário do DIEESE são:

- do total de força de trabalho disponível nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (os trinta países mais industrializados da economia de mercado) que compreende 574,4 milhões de pessoas em idade produtiva, encontram-se 32,9 milhões de desempregados.
- o desemprego a longo prazo também é outro fato na região metropolitana de São Paulo. O desemprego por um período de doze meses ou mais aumentou de 27,3 % em 1994 para 32,0% em 2005.

Eid (2003) faz uma reflexão a respeito do Brasil na formação de seu mercado de trabalho, que os empregadores em sua grande maioria consideram a mão-de-obra descartável, além disso, ocorre omissão da fiscalização estatal e dificuldades dos operários de se organizarem, o que propiciou a presença de emprego precário em todas as regiões do Brasil.

Com essa realidade de desemprego é preciso analisar o quanto faz-se necessário que a criação e ampliação de políticas públicas venham ao encontro de desmitificar e propiciar condições adequadas para o desenvolvimento dos empreendimentos solidários.

Souza (2000) destaca diversas instituições que vêm exercendo papel importante para que os trabalhadores busquem assumir a direção de empresas falidas ou no caminho da falência, entre elas:

- ANTEAG- Associação Nacional de trabalhadores em Empresas de Auto gestão e Participação Acionária;
- DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos;
- UNISOL- União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo;
- Sindicato dos Metalúrgicos do ABC;
- CUT- Central Única dos Trabalhadores;
- MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra;
- CONCRAB- Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil;
- Confederação Nacional dos Metalúrgicos;
- Banco do Brasil;
- FINEP- Financiadora de Estudos e Projetos;
- UNITRABALHO- Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho.

Outro órgão que apresenta relevância para o desenvolvimento da ES é a SENAES.

Diversos projetos são desenvolvidos por essas instituições, alguns fomentados com recursos federais, estaduais ou municipais. Assim, torna-se possível construir ações de cunho assistencial ou de relevância científica. Esses projetos podem vir a fornecer embasamento para criação e implantação de novas políticas públicas necessárias, que tenham o objetivo de propiciar o desenvolvimento de empreendimentos populares ou solidários, conforme for demandado pela população em geral através de movimentos sociais, movimentos estudantis e outros.

3.3 Políticas Públicas no Brasil para desenvolvimento da ES

As políticas públicas são essenciais para o desenvolvimento da sociedade como um todo. GIOVANNI (1998) afirma que não existe sociedade humana que não tenha desenvolvido qualquer tipo de sistema de proteção social, mesmo que ocorra de modo rústico ou de extrema sofisticação organizacional.

Assim, chamo de *sistema de proteção social* as formas – às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas – que as sociedades constituem para proteger parte ou conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio e as privações. Incluo neste conceito, também tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto de bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas, na vida social. Incluo, ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades (DI GIOVANNI, 1998, p. 10).

Pode-se entender que a partir da demanda das necessidades de uma sociedade o Estado ou até mesmo outras instituições não governamentais intervém com objetivo de distribuir bens tangíveis e intangíveis e também normatizar essas ações.

Na formação histórica da economia social na França, na primeira metade do século XIX, a constituição da economia social se apresenta em oposição à economia política liberal. Nesse momento histórico cria-se a doutrina de contrato de trabalho e da segurança civil. O salário torna-se o pagamento legal e as subvenções e gratificações serviram como um pagamento em função dos méritos e fidelidade à empresa, mesmo o operário tendo um salário pequeno ele busca doar tudo de si para conseguir proventos oriundos das subvenções. Do ponto de vista político, as instituições patronais teriam por função a ligação do patrão com o operário e sua família, de socializar o operário no âmbito da empresa. Do ponto de vista social, as instituições patronais seriam uma resposta ao problema de segurança civil dos operários (EID, 2003). Analisando esse momento histórico, percebe-se que políticas sociais têm suas origens a partir das necessidades do patronato controlar a mão-de-obra necessária a produtividade de suas empresas.

A falta de sustentabilidade econômica nas bases operárias pode gerar uma problemática social, de tal forma que venha a ameaçar a estrutura imposta pelo modo de produção capitalista. Deste modo, os sistemas de proteção social tornam-se, em alguns momentos, armas para o Estado “controlar” os movimentos sociais que buscam a emancipação das pessoas de um modo geral.

Essa falta de sustentabilidade também ocorre por que há uma cobrança das pessoas para com o Estado de que haja um retorno daquilo que o sistema capitalista impôs até

o momento, que está demonstrado principalmente na hierarquização de classes através da má distribuição de renda para a maioria, e por conta da concentração de renda de uma minoria.

Barbosa (2005) observou relatos de experiências de trabalho autogestionado entendidos como Economia Solidária e percebeu como principais dificuldades:

- A debilidade estrutural das experiências no tocante a sua sustentabilidade por conta da falta de capital de giro;
- Da discrepância tecnológica em relação ao que o mercado oferece;
- Baixo nível de instrução escolar dos trabalhadores;
- Improvisação da cadeia produtiva e dos meios de comercialização;
- A dimensão política da organização coletiva que envolve a sociabilidade desses trabalhadores demonstra que foram se constituindo como sujeito coletivo o cenário brasileiro em relação a suas políticas públicas.

Essa afirmativa vem reforçar a necessidade da criação de políticas públicas que possam auxiliar na consolidação desses empreendimentos. Nesse sentido, a pesquisa de Barbosa (2005) demonstra que políticas públicas voltadas para o social estão sendo deslumbradas com a criação da SENAES, umas das variadas mediações que apresentam um novo contexto das relações de trabalho e subordinação. Em síntese, afirma que a Economia Solidária, pensada enquanto ação de Estado depende do sistema sócio-econômico e político, de maneira cada vez mais completa no sentido de atrair as práticas sociais. Por isso, a necessidade dos sujeitos políticos atuarem no Estado tomando a Economia Solidária no contexto histórico da desigualdade social existente e a partir daí observarem nos empreendimentos a capacidade de produção, o acesso a mercados, o processo de compra e venda como elementos que se interpõe na trajetória econômico-produtiva, moldando seu desenvolvimento na sociedade como sujeito sócio-econômico ou como mero programa de geração de renda comum a tantos outros (BARBOSA, 2005).

A Economia Solidária no Brasil tem evoluído como forma de auto-organização sócio-econômica inovadora para modos de auto-organização políticos, também inéditos no âmbito da sociedade civil. Hoje tal dinâmica parece edificar e enriquecer-se ainda mais com uma participação cada vez maior dos próprios poderes públicos. O crescimento progressivo de tais políticas no Brasil levou ao surgimento de um novo ator neste campo, com importante papel a desempenhar, trata-se da rede brasileira de gestores de políticas públicas de economia solidária. Essa rede trata das articulações que diz respeito aos próprios atores da sociedade civil compondo o campo da Economia Solidária e seus espaços públicos constituídos, como

os fóruns, que se tornam interlocutores diretos na concepção, implementação e avaliação da política. (FRANÇA FILHO, 2006).

Exemplificando algumas ações que vêm ocorrendo no Brasil, foram escolhidas duas instituições para elencar seus objetivos e algumas importantes atuações que essas instituições estão fazendo para fomentar a ES.

3.3.1 DIEESE

O DIEESE foi criado em 1955 pelo movimento sindical brasileiro, com intuito de desenvolver pesquisas que fundamentassem as reivindicações trabalhistas. Atualmente a instituição tem credibilidade nacional e internacional e atua nas áreas de assessoria, pesquisa e educação. Sua produção é orientada pelas temáticas: emprego, renda, negociação coletiva, desenvolvimento e políticas públicas. (DIEESE, 2009)

O DIEESE mantém algumas parcerias importantes para o desenvolvimento de trabalho, renda e com a economia solidária, dentre elas pode-se destacar a parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego e com a OIT .

Todas essas parcerias geraram pesquisas e ações que vão ao encontro do desenvolvimento de trabalhos imbuídos com o princípio da autogestão, ou mesmo informações que possam gerar o desenvolvimento de políticas públicas para melhorar as condições de trabalho em nosso país. Alguns exemplos de parcerias realizadas pelo MTE e pela OIT estão apresentadas nos quadros 1 e 2 a seguir.

Projetos relevantes junto aos parceiros para desenvolvimento da ES	Objetivos dos Projetos
<p>- Desenvolvimento de metodologias para a construção de diagnósticos, metodologias para a elaboração de projetos de cunho social e econômico de metodologias de qualificação social;</p> <p>Para maiores informações ver: Convênio MTE/SPPE/ CODEFAT nº 163/2004.</p>	<p>Construir instrumentos de diálogo social e o trabalho conjunto, destinados a grupos ou atores sociais que desenvolvam ações em áreas e temas que demandam esse tipo de qualificação;</p> <p>Obs.: Esse projeto gerou diversos outros subprojetos que promoveram vários relatórios importantes para o desenvolvimento formação de grupos sociais que trabalham sobre a ótica da autogestão.</p>

<p>Novas tendência da dinâmico sócio econômica-política e cultural na realidade da região nordeste;</p> <p>Para maiores informações ver: Contrato Nº 001/2006 (Convênio MTE/SPPE/CODEFAT n 081/2005)</p>	<p>Elaboração de 4 (quatro) estudos de caso que permitam o conhecimento das novas tendências da dinâmica sócio econômico-política e cultural na região Nordeste, com ênfase nas mudanças no mundo do trabalho e nas demandas e necessidades de qualificação profissional;</p> <p>Obs. Dentre todos os produtos desse projeto, destaca-se o relatório de indicadores econômicos e sociais da região nordeste, o mesmo demonstra o quanto a região está defasada tanto na complexidade da sua estrutura econômica quanto nas condições de vida da população em relação a outras regiões;</p>
<p>Qualificação social para atuação de sujeitos ou grupos sociais na negociação coletiva e na gestão de Políticas Públicas.</p> <p>Para maiores informações ver: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT - 075/2005 e Primeiro Termo Aditivo.</p>	<p>O objetivo geral deste projeto é o exercício do diálogo social, da participação em conselhos governamentais e da negociação coletiva.</p> <p>Obs. Vários subprojetos foram desenvolvidos a partir do projeto inicial, gerando relatórios e ações importantes para o desenvolvimento de atores sociais que se interessam em estar capacitados para desenvolver e qualificar grupos de pessoas.</p>

Quadro 1- Parceria com Ministério do Trabalho e Emprego. Fonte de dados: DIEESE, 2009

Torna-se importante demonstrar que essas ações denotam que a instituição DIEESE permanece agindo conforme as ideologias que deram base para sua criação. Os sindicatos representam movimentos de resistência ao que está posto pelo modo de produção capitalista, de forma a perceber, almejar e desenvolver ações que venham melhorar as condições de vida dos trabalhadores. Deste modo, fica claro a partir dos objetivos dos projetos desenvolvidos pelo DIEESE e o Ministério do Trabalho, que seus resultados vão ao encontro de atender a temática a qual a instituição se dispõe a desenvolver que são: emprego, renda, negociação coletiva, desenvolvimento e políticas públicas. Nestes projetos apresentados, o objetivo foi mostrar o desempenho da instituição principalmente com a negociação coletiva, desenvolvimento e políticas públicas.

Projetos relevantes junto aos parceiros para desenvolvimento da ES	Objetivos dos Projetos
Estudo sobre a economia informal.	Produzir informações relativas às formas de inserção ocupacional diferenciadas do trabalho assalariado padrão, segundo gênero e raça e faixa etárias, que permitam subsidiar a discussão do conceito de informalidade e a formação de políticas de emprego e renda;
Estudo sobre o Trabalho Doméstico.	Produzir informações relativas ao trabalho doméstico que permitem subsidiar a formação de políticas de emprego e renda, da perspectiva do acesso aos direitos trabalhistas e da inclusão social;
O trabalho decente como elemento estratégico do desenvolvimento com distribuição de renda.	Apresentar, refletir e aprofundar o debate sobre a concepção de Trabalho Decente e de Diálogo Social da OIT, como um elemento estratégico para a agenda sindical no debate sobre o desenvolvimento com a distribuição de renda.

Quadro 2- Demonstrativos de algumas parcerias oferecidas pela OIT. Fonte DIEESE, 2009

Os projetos desenvolvidos pelo DIEESE em parceria com a OIT têm uma conotação de pesquisa, as quais seus resultados estão voltados para a construção de políticas públicas para pessoas que se apresentam excluídas do mercado de trabalho ou mesmo se encontram em condições precárias de trabalho.

O primeiro projeto apresentado contempla respostas para dois fenômenos dos dias atuais que são: as mudanças da contratação do trabalho assalariado e a permanência quantitativamente relevante de auto-ocupação.

No segundo projeto, caracterizou-se o trabalho doméstico em cinco regiões metropolitanas do Brasil, tornando possível demonstrar a realidade desses trabalhadores em diversas questões como direitos, salários, carga horária, entre outros. Com esses dados, pode-se ter uma idéia da dimensão que as políticas públicas deverão ter para melhorar a qualidade de vida desses trabalhadores.

O terceiro projeto teve uma conotação de debate definindo prioridades a serem cumpridas em um prazo curto e médio, até 2015. As propostas foram definidas em dois níveis: o primeiro no fortalecimento de programas e ações que já estão estabelecidos e o segundo na construção de uma nova agenda de trabalho que integre, em particular, as questões das políticas de emprego com a proteção social, definindo novos conceitos.

3.3.2 A SENAES

A SENAES é uma secretaria vinculada ao Ministério do Trabalho que passou a assumir, além das iniciativas de emprego e de proteção aos trabalhadores assalariados, o desafio de implementar políticas que incluam outras formas de organização no mundo do trabalho e possa proporcionar a extensão dos direitos ao conjunto de trabalhadores. A SENAES fomenta e apóia empreendimentos econômicos solidários por meio de ações diretas ou mesmo por convênios com órgãos governamentais estaduais, federais ou municipais e também com organizações da sociedade civil que atuam com a Economia Solidária.

Sua constituição ocorreu a partir de solicitações da criação de uma Secretaria de Economia Solidária ao Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) e por entidades e empreendimentos do campo da ES. O ministro Jacques Wagner acolheu as demandas do movimento, o que propiciou bom entrosamento da SENAES com outras secretarias que compõe o MTE. Outro fator na criação da SENAES é que anteriormente o MTE tinha por

missão proteger os direitos dos assalariados. Com a nova secretaria ampliou-se as responsabilidades do MTE, incluindo o cooperativismo e associativismo urbano. A secretaria passou a ter dotação orçamentária a partir de meados de 2004. As políticas participativas da SENAES descentralizaram as atividades do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, organizando fóruns estaduais de Economia Solidária em grande parte das unidades da federação. A SENAES organizou visitas a todos os Estados, levando o programa de ES para as Delegacias Regionais do Trabalho em forma de fóruns estaduais (SINGER, 2004).

A formação de cooperativas de trabalho tem sido uma resposta constante à crise do trabalho. A SENAES aliada aos sindicatos e aos fiscais do MTE, luta pela preservação dos direitos sociais e sua ampliação. Representantes da SENAES no Fórum Nacional do Trabalho têm sustentado a proposta de que precisamos de leis que garantam o direito de auto-organização dos trabalhadores em cooperativas e associações, desde que não possam ser usadas para privar os mesmos trabalhadores de seus direitos legais. Esse debate perpassa pelos fiscais do trabalho nas Delegacias Regionais de Trabalho, ganhando apoio na magistratura do trabalho, no Ministério Público do Trabalho e também nas federações de cooperativas de trabalho (SINGER, 2004).

A SENAES vem sendo uma parceira na adoção de programas que possam viabilizar o fomento de empreendimentos da ES. Desenvolve diversas atividades para o aumento e crescimento desses empreendimentos, tanto na formação quanto no suporte técnico e financeiro através de instituições financiadoras que dão aporte a secretaria e aos empreendimentos que atuam na concepção da ES.

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento tem por objetivo geral promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário (SENAES, 2009).

Para tanto a SENAES desenvolve algumas ações através de programas, entre esses programas destacamos dois: o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento e o Sistema Nacional de informações em ES.

Ações	Objetivos Gerais
Fomento e assistência técnica a empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação de ES;	Promover a assistência técnica gerencial aos Empreendimentos Econômicos Solidários e apoiar a constituição e fortalecimento de Redes de Cooperação.
Promoção ao desenvolvimento local e da ES por meio da atuação de agentes de desenvolvimento solidário;	Conhecer as potencialidades econômicas locais, fomentar novos empreendimentos solidários,

	assessorar aqueles já existentes, articular os gestores públicos em torno do tema da Economia Solidária, além de estimular a construção e o fortalecimento de espaços coletivos, tais como fóruns, redes e movimentos, que debatam e definam as necessidades das comunidades, sempre orientando a busca de soluções a partir da Economia Solidária.
Fomento de finanças solidárias com base em bancos comunitários e fundos solidários;	O objetivo principal da ação de Fomento às Finanças Solidárias é apoiar a criação e o fortalecimento institucional de bancos comunitários de desenvolvimento e de fundos rotativos solidários, com vistas ao financiamento de iniciativas produtivas associativas e comunitárias, além de propiciar que se ofereça diagnóstico, acompanhamento e assistência técnica aos projetos financiados.
Formação de Formadores (as), educadores (as) e gestores públicos para atuação em ES;	Garantir um processo estruturado e sistemático de formação de formadores/as, educadores/as e gestores/as públicos/as para atuação em economia solidária, visando a produção, multiplicação e disseminação de conhecimentos e inovações metodológicas e tecnológicas apropriadas ao desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários.
Organização nacional da comercialização dos produtos de empreendimentos econômicos solidários;	O fomento a projetos que contribuam com a viabilização de empreendimentos econômicos solidários por meio da construção de redes de comercialização de empreendimentos e da constituição e fortalecimento de espaços e instrumentos que dinamizem a comercialização dos produtos destas iniciativas.
Estímulo à institucionalização de políticas públicas de ES;	As ações visam a implementação, o fortalecimento e a sistematização de políticas locais e regionais de economia solidária e de espaços de participação e diálogo social sobre o tema nos três níveis de governo, fortalecendo o pacto federativo e de forma articulada com as demais instâncias de políticas de trabalho e renda; além da constituição de uma rede de Centros Públicos de Economia Solidária que atendam às diversas regiões do país, prioritariamente onde sejam desenvolvidas atividades de economia solidária, de modo a favorecer a capilaridade de ações permanentes para a economia solidária e ampliar o acesso às mesmas.
Cadastro de manutenção de empreendimentos e entidades de apoio para a manutenção e ampliação do sistema de informações em ES;	Constituir um Sistema Nacional de Informações em economia solidária com identificação e caracterização de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento e políticas públicas de economia solidária, de forma a possibilitar a sua visibilidade e fortalecer a economia solidária como estratégia de organização social para geração de trabalho e renda e a inclusão social; subsidiar a formulação de políticas públicas e a elaboração de marco jurídico adequado à economia solidária; facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em economia solidária; e integrar empreendimentos em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais a fim de facilitar processos de comercialização.

Recuperação de empresas por trabalhadores organizados em autogestão;	O objetivo principal da ação é contribuir para o fortalecimento de empreendimentos autogestionários constituídos por trabalhadores/as e trabalhadoras de empresas recuperadas ou em crise.
Desenvolvimento e disseminação de conhecimento e tecnologias sociais apropriadas à ES;	O objetivo principal da ação é contribuir para o fortalecimento de empreendimentos autogestionários constituídos por trabalhadores/as e trabalhadoras de empresas recuperadas ou em crise.
Fomento à incubadoras de empreendimentos econômicos solidários;	Apoiar a consolidação e ampliação das Incubadoras de Cooperativas Populares, fomentar a criação e o acompanhamento de cooperativas populares, produzir conhecimentos e formação para as cooperativas populares
Elaboração do marco jurídico da ES.	O objetivo principal desta ação, de natureza não orçamentária, é a elaboração de proposições normativas tanto em termos de adequações à legislação existente, como de criação de novas legislações que confirmem reconhecimento jurídico à economia solidária e atendam às suas necessidades.

Quadro 3- Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. Fonte de dados: SENAES, 2009.

Cada uma dessas ações gera objetivos específicos que dão corpo ao desenvolvimento da ES em todo o território nacional.

Quanto ao Desenvolvimento do Sistema Nacional de informações em ES, a SENAES tem como objetivo: proporcionar a visibilidade, a articulação da economia solidária e oferecer subsídios nos processos de formulação de políticas públicas, através da realização do mapeamento da economia solidária no Brasil (SENAES, 2009).

Como produto desse trabalho destaca-se o Atlas da ES, o qual apresenta diversos dados para análises. Dentre esses dados, o Atlas do ano de 2007 traz um registro de 21.859 empreendimentos econômicos solidários (SENAES, 2009).

Esses dados nos faz refletir que há um grande caminho a ser percorrido nos programas de assistência técnica, formação política e educação, disseminação de tecnologias sociais dos empreendimentos solidários, fomento a incubação e outras atividades.

Quanto ao crédito, dos 21.859 empreendimentos, apenas 3.458 tiveram acesso em 2007. E os empreendimentos que tiveram acesso a apoio de assistência técnica foi de 15.886 empreendimentos, ou seja, foi possível atender 72,67% dos empreendimentos econômicos solidários registrados na SENAES (SENAES, 2009).

Contudo, os grupos informais registrados por Estado, somam um número maior que os empreendimentos registrados como atividades coletivas, a soma dos empreendimentos informais registrados são de 82.427 empreendimentos, o que reforça o número de trabalho à ser despendido pela SENAES e seus parceiros (SENAES, 2009).

A SENAES atribui as principais características da ES como:

- a. **Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.
- b. **Autogestão:** os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.
- c. **Dimensão Econômica:** é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.
- d. **Solidariedade:** O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras (SENAES, 2009).

A característica de cooperação torna-se o eixo central da E.S. Os empreendimentos cooperativos são os atores principais para a construção da ES no Brasil e no mundo no decorrer da história. Desta forma, o cooperativismo e a ES se difundem na construção ideológica do século XIX aos dias atuais. Diversas estruturas de cooperativas foram se formando no decorrer desse período, entre elas pode-se citar: cooperativas de créditos, de serviços, de consumo entre outras.

O recorte feito nesse cenário é na perspectiva de analisar o cooperativismo de produção, em uma projeção de cooperativismo popular, o qual se apresenta como uma forma de gerar produção como elemento de articulação e construção de redes, que buscam a minimização de exclusão social. Posteriormente será analisada uma cooperativa popular de catadores de resíduos sólidos em Tangará da Serra-MT, a COOPERTAN.

3. 4 Cooperativismo de produção em uma perspectiva de cooperação popular

O empreendimento analisado no estudo de caso apresentado no capítulo 4, inicialmente foi categorizado como cooperativa de produção. Posterior a análise do tipo de

trabalho realizado no coletivo, pode-se definir que o grupo está organizado em uma cooperativa de trabalho. Assim, torna-se necessário compreender o que é uma cooperativa de produção e posteriormente entender o que é uma cooperativa de trabalho.

Pode-se entender como cooperativas de produção as associações de trabalhadores que querem produzir bens ou serviços para serem vendidos no mercado, tornando-se um protótipo da empresa solidária, isso por que tem em mente seus produtores e não os fornecedores ou mesmo clientes, como ocorre nas cooperativas de consumo, crédito, compras ou venda (SINGER, 2002).

O surgimento do cooperativismo de produção pode ser atribuído aos franceses com a invenção da cooperativa *L' Artisan*, essa primeira cooperativa surgiu como resultado das diversas greves que ocorreram em 1833 na França, contudo essa afirmativa gera dúvidas, já que no mesmo período Owen difundia a idéia de cooperativismo na Grã-Bretanha , gerando diversas cooperativas de produção, de maneira que surge indícios de que a primeira cooperativa de produção moderna seja a Sociedade Cooperativa de Londres e sob a liderança de George Mudie, em 1821/1822 com a publicação do *The Economist* (SINGER, 2002 citando BIRCHALL, 1997).

Os movimentos cooperativistas fundaram-se com os socialistas utópicos, que propunham à época a autogestão do trabalho como forma defensiva ao desemprego e condições de trabalho impostas. Contudo, o marco do cooperativismo foi a criação da Aliança Cooperativa Internacional que ratificou os princípios de Rochdale: gestão democrática, participação econômica dos membros na criação e controle do capital, a educação e a formação dos sócios. Vista como alternativa ao capitalismo, ou mesmo como possibilidade de uma vida mais digna dentro do capitalismo, o cooperativismo marcou um posicionamento de esquerda na época (LIMA, 2004).

As freqüentes crises no modelo de sociedade assalariada fez com que houvesse a necessidade de buscar novas alternativas de organização do trabalho e de autonomia para os trabalhadores, com o crescente desemprego e a perda de direitos sociais. Nesse sentido, o cooperativismo surge como uma opção, no entanto, está presente nesse contexto a possibilidade de cooperativas falsas, que ao invés de trabalhar com os princípios de autogestão, posse coletiva dos meios de produção, superação da subordinação ao capital, trabalha como linha auxiliar do capital. Essas cooperativas falsas se multiplicam, nesse modelo de cooperativas é possível que do dia para a noite, surjam cooperativas com mais de mil trabalhadores. Conhecidas como “coopergatos”, essas empresas utilizavam um

intermediário chamado de *gato*, com a função de aliciar trabalhadores, organizando empresas cooperativas que tem a função de se “livrar” dos encargos trabalhistas. No Brasil, com sucessivas crises econômicas no final do período militar, as primeiras manifestações internas das mudanças econômicas com a reestruturação produtiva de fábricas e empresas, a adoção de políticas neoliberais no final da década, constituem o cenário do incremento do cooperativismo de trabalho no país (LIMA, 2004).

Em uma análise de como se apresentam as cooperativas do setor têxtil a partir de 1990 no cenário nordestino, constatou-se que muitas cooperativas surgem para manutenção da acumulação do capital em um momento que o setor se apresenta em crise e não para beneficiar os trabalhadores. Nesse caso, em específico, a flexibilização do trabalho é nítida, contudo, na visão daquelas que estão alocadas nesse sistema de cooperação sem contemplar os ideais da verdadeira cooperação, “tal situação é considerada “melhor do que nada”, ou “melhor do que antes”, quando o antes representa o nada” (REIS, 2007, p. 205).

Outro fator intrigante é a relação que as cooperativas apresentam com o Poder Público, mesmo estando claro que essas cooperativas são formadas para burlar a legislação trabalhista, muitos governos municipais ou estaduais participam da idealização e criação desses modelos de cooperativas. Esse estudo demonstra alguns dos problemas e suas dimensões na formação de cooperativas de trabalho. Apesar disso, não invalida as vantagens de um sistema cooperativo com suas bases ideológicas sólidas (REIS, 2007).

É preciso considerar que dentre as lutas travadas pela classe assalariada e seus aliados, denota-se um movimento social. Essa reflexão torna-se importante para fundamentar e argumentar que o cooperativismo pode ser definido como uma espécie de instrumento na tentativa de transformar as formas de produção em mecanismos de luta de classes. “Em mínima instância, o cooperativismo pode ser instrumento para a luta de determinados grupos sociais pelo redesenho de padrões culturais, sobretudo aqueles que se referem a hábitos relacionados com os mecanismos de produção/distribuição/consumo de bens e serviços” (OLIVEIRA, 2003, p. 62).

Empreendimentos de conotação popular precisam do apoio de instituições públicas, ONG's, iniciativa privada e a comunidade em geral, contudo, esse apoio deve estar amparado nas bases ideológicas do cooperativismo. Nesse aspecto, o fator educação e profissionalização dos trabalhadores para realizar a gestão, o planejamento estratégico, controle e direção de seu empreendimento, tornam-se fundamental para que pessoas excluídas do mercado de trabalho não vejam a ES como uma válvula de escape em um momento de

dificuldade, e passe a ver o empreendimento como uma alternativa válida, viável, e por fim uma alternativa capaz de tornar homens e mulheres emancipados, mantendo o direito de ir e vir com condições dignas de vida.

Por outro lado, o cooperativismo empresarial é uma modalidade de negócios que faz parte da realidade brasileira. Serra (2008) e Chiarello (2008) apresentam essa discussão analisando a realidade de um mesmo empreendimento.

Em relação a dinâmica do cooperativismo tradicional no Brasil, a formação econômica do Brasil se convencionou nas tendências do sistema colonial, que a partir do século XVII recebeu influências das economias européias mais desenvolvidas e continua a apresentar um histórico sobre o cooperativismo no Brasil. Assim, a gestão das cooperativas tradicionais, discorre que as estratégias de gestão vêm passando por um intenso processo de reformulação de suas diretrizes, no que diz respeito à configuração de seu quadro de associados e na orientação das atividades produtivas, comerciais e financeiras do empreendimento. Citando o caso da Cooperativa Agroindustrial de Maringá (COCAMAR) que tem como objetivo adquirir vantagens na aquisição de insumos quanto no processamento dos produtos agrícolas, fazendo da cooperativa um instrumento de agregação de valor à produção individual. No processo decisório e na organização do trabalho, reflete-se a democracia interna, estabelecendo um maior equilíbrio na relação dos sócios com a cooperativa, baseado principalmente em uma representatividade que reflita as demandas dos sócios, respeitando as diversas condições fundiárias, econômicas e sociais dos cooperados. Há, portanto, representação política e representação produtiva, com a política de gestão voltada para as exigências do mercado, o que revela elementos essenciais que permitem concluir sua identificação com as empresas tipicamente capitalistas (CHIARELLO, 2008).

Serra (2008) afirma que a COCAMAR é um referencial porque, mesmo fundada nos anos de 1960, passou pela fase de operações de recebimento e repasse de matérias primas, como unidade de transformação e repasse ao consumidor, agregando valor a seus produtos. Com isso, estruturou-se como uma empresa capitalista, em condições de atuar em nível de igualdade com empresas nacionais e internacionais do mesmo segmento econômico. Além da agregação de valores pela transformação e distribuição de seus produtos, o Estado contribuiu com esse crescimento, principalmente durante os anos de 1970 e 1980 que subsidiou crédito para cooperativas e viabilizou a estrutura de equipamentos relacionados aos setores de recebimento, estocagem e transformação de matérias primas.

Benetti (1984) faz uma análise da intervenção do Estado em empresas agrícolas falidas para fomentar empreendimentos cooperativos, servindo como instrumentos de políticas públicas que buscam minimamente estabelecer condições de produção e assegurar as condições de acumulação de segmentos produtivos privados agrários. Essa realidade de intervenção do Estado através de políticas públicas é tratada por Gaiger (2009) como uma possibilidade através do desenvolvimento da ES. O mesmo afirma que as ações promovidas pela SENAES têm promovido alternativas de geração de trabalho e renda, promovendo o desenvolvimento socioeconômico. Contudo, ainda precisa ser fortalecida.

Nesse sentido, o cooperativismo induzido torna-se uma realidade com o apoio do Estado e da sociedade civil organizada. Dentre essas formas organizativas, adota-se aqui o cooperativismo popular induzido como referência para a cooperativa de trabalho a qual será apresentada como foco desse estudo.

Cooperativas de trabalho têm propiciado que diversos grupos de pessoas se organizem no coletivo para geração de trabalho e renda. Essa forma organizativa propõe que um grupo de pessoas ofereça o seu trabalho para outras organizações.

3.5 Cooperativismo de trabalho

Torna-se importante entender como se organiza e quais os objetivos de uma cooperativa de trabalho e principalmente como diferenciar uma cooperativa de trabalho de uma cooperativa de produção. A ANCT – Associação Nacional das Cooperativas de Trabalho divide os objetivos das cooperativas de trabalho em dois:

- **Objetivos econômicos:** São os objetivos que atendem ao estatuto social das cooperativas prestadoras de serviços, relacionados diretamente à busca de trabalho e renda para os cooperados. Visando cumprir esses objetivos, a cooperativa celebra contratos de prestação de serviços junto ao mercado, oferecendo a força produtiva dos seus associados;
- **Objetivos sociais:** São os objetivos diretamente relacionados com a disponibilidade de convênios e benefícios que a Cooperativa oferece aos seus associados, promovendo a diferenciação entre seus cooperados e os demais profissionais do mercado.

A partir desses objetivos propostos pela ANCT, pode-se caracterizar uma cooperativa de trabalho como um empreendimento que oferece ao mercado a prestação de

serviço, a força produtiva, diferindo-se das cooperativas de produção que oferecem ao mercado diversos produtos.

As cooperativas de trabalho surgem com a alteração no artigo 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1994, aprovado no Congresso Nacional. “Art. 442 - Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego. Parágrafo único: qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela”⁴. Essa nova forma organizativa se caracteriza de forma que os trabalhadores organizados em cooperativas passam a ser reconhecidos como pessoas jurídicas e, desta forma, deixam de ter acesso aos direitos trabalhistas oriundos da relação de assalariamento capital-trabalho. Com isso, há uma proliferação de processos de criação, fechamento e reabertura de milhares de cooperativas de trabalho rurais e urbanas (EID, 2009). No Brasil essa realidade torna-se evidente, a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) apresenta, em seus relatórios que na década de 90, o cooperativismo de trabalho cresceu 280% (EID, 2009 citando ANJOS, 2008).

Contudo, um estudo realizado em uma cooperativa de trabalho demonstra que essa forma organizativa pode apresentar aspectos positivos e negativos, isso porque, se por um lado, é comum verificar a baixa participação dos cooperados nos processos decisórios e administrativos, por outro lado, com a realidade de mercado de trabalho cada vez mais restrito para trabalhadores pouco qualificados, ou mesmo para aqueles que possuem maior nível de qualificação, essa forma de organização em cooperativa de trabalho apresenta-se como uma alternativa real (EID, 2009).

Nesse contexto de formação de cooperativas de trabalho, tem-se constatado diversas tentativas de organização social de catadores de materiais recicláveis como empreendimentos econômicos solidários (cooperativas e associações). Em um contexto geral essas iniciativas têm apresentado resultados de melhores condições de trabalho e de vida dos catadores, propiciando acesso a direitos por meio do fortalecimento da capacidade de luta e reivindicação (RUTKOWSKI, 2008 citando DIAS, 2002; ANDRADE, 2004; KEMP, 2001).

Rutkowski (2008) afirma que quando se observa essas experiências de perto, percebe-se que a renda gerada por esses empreendimentos é pequena, e que há necessidade de investimentos para melhorar a produção, ou mesmo dificuldades em cumprir com outras

⁴ CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

necessidades como: contribuição com a previdência social ou construir fundos de saúde e educação. A ampliação do número de associados, fomenta grande rotatividade entre os cooperados, mantém a dependência de apoio externo, o que acaba por abalar a crença de alcançar os objetivos propostos de geração de renda e de contribuição com as políticas públicas de limpeza urbana.

A resposta mais comum para essas dificuldades normalmente são atribuídas a falta de competência administrativa das cooperativas ou associações. No entanto, muitos empreendimentos tutelados por ONG's e prefeituras municipais são pouco eficientes (RUTKOWSKI, 2008 citando LIMA, 2007).

A autora ainda afirma que as associações que trabalham com a coleta de materiais recicláveis obtiveram diversas conquistas recentemente, entre elas, pode-se citar: dispensa de licitação para catadores de materiais recicláveis em municípios que oferecem a coleta seletiva; garantia de materiais recicláveis gerados em órgãos públicos; apoio de ONG's e instituições financeiras como BNDES – Banco de desenvolvimento Econômico Social.

Entretanto, para organizar o trabalho autogestionário e cooperativo exige retomar inicialmente a preocupação com o que fazem os trabalhadores e por que o fazem, entender de que sujeito se trata em cada posto de trabalho, os meios disponíveis para cada ação, incluindo o meio conhecimento. É preciso ter clareza dos objetivos a que este trabalho busca atingir, tanto para o indivíduo como para o coletivo, o que provoca, por sua vez, na definição prévia e no compartilhamento de objetivos entre sujeitos envolvidos no empreendimento (RUTKOWSKI, 2008).

3.6 Cooperativismo na coleta seletiva de resíduos sólidos

O trabalho com a coleta seletiva de resíduos sólidos é uma atividade penosa nos aspectos físicos e emocionais. Físicos porque independente do trabalhador realizar suas atividades no coletivo ou individualmente, os riscos para a saúde e o esforço físico despendido para realizar a coleta é desgastante. Emocionais porque comumente os trabalhadores se colocam nessa atividade por falta de opção, por estarem excluídos do mercado de trabalho formal. Nesse sentido, a infra-estrutura básica para manutenção das cooperativas de reciclagem e a criação de novas unidades torna-se um elemento primordial para a dignidade do trabalho de catadores de resíduos sólidos, com intuito de minimizar as

dificuldades enfrentadas de forma isolada pelos trabalhadores com a busca de conquistas de direitos e organização do trabalho através da coletividade.

A produção de lixo doméstico no Brasil em 2000 chegava a 125.281 mil toneladas diariamente, desse total 47,1% vai para aterros sanitários, 22,3% a aterros controlados e 30,5% a lixões. Apenas 32,2% dos municípios brasileiros possuem aterros sanitários (IBGE, 2009). A realidade da gestão dos resíduos sólidos no Brasil tende a evoluir através de iniciativas governamentais com a criação da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental - SNSA, na estruturação dos ministérios das cidades. A SNSA tem como meta promover um significativo avanço, no menor prazo possível, rumo à universalização do abastecimento de água potável, esgotamento sanitário (coleta, tratamento e destinação final), gestão de resíduos sólidos urbanos (coleta, tratamento e disposição final), além do adequado manejo de águas pluviais urbanas, com o conseqüente controle de enchentes.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE identificou que em 2000 havia cerca de 24.500 catadores nos municípios brasileiros, 22% menores de 14 anos. Nos últimos anos o Ministério Público tem atuado com vigor junto às prefeituras, objetivando impedir o trabalho de crianças e jovens nos lixões.

Nesse cenário, a partir da década de 80 os catadores ambulantes e informais passaram a se organizar em cooperativas e associações em busca do reconhecimento profissional. Em 1990, com o apoio de instituições não governamentais, foram promovidos encontros e reuniões em vários locais do país. Isso levou a acontecer o I Congresso Nacional de Materiais Recicláveis e a I Marcha da População de Rua. Em 2002, a Classificação brasileira de Ocupações (CBO) classificou os catadores de lixo com o registro 5192-05. Em 2003, o Governo Federal criou o comitê de inclusão social de catadores de lixo, com o objetivo de implantar projetos que viessem a garantir condições dignas de vida e trabalho à população catadora de lixo e apoiar a gestão e destinação adequada dos resíduos sólidos dos municípios brasileiros (MEDEIROS; MACÊDO, 2005).

Com o aumento de pessoas trabalhando com a coleta seletiva do lixo, a sociedade civil passou a apoiar a organização desses trabalhadores. Contudo, muitas vezes esse apoio encontra dificuldades.

A afirmativa a cerca de um estudo realizado em uma cooperativa de catadores de resíduos sólidos demonstram essa realidade:

... as dificuldades da sociedade civil em compreender as relações de produção baseadas na autogestão e as dificuldades dos movimentos sociais em relação ao

mercado e a burocracia estatal. Percebe-se que a sociedade civil, embora deseje contribuir com a consolidação do grupo, está atrelada ao paradigma positivista de ciência, de mercado e de Estado. Por outro lado, os movimentos sociais, embora procurem protagonizar uma nova realidade, muitas vezes recaem a espera de uma atitude “paternalista” da sociedade civil e do Estado. Por sua vez o Estado procura contribuir, mas fica preso nos mecanismos da burocracia impostos pela reforma neoliberal que solapa o Estado brasileiro (SGUAREZI; LIMA; BORGES, 2009).

Evidencia-se, na realidade do empreendimento analisado, que houve a necessidade da sociedade civil organizada intervir para que o empreendimento pudesse se desenvolver.

Em uma cooperativa de Goiânia-GO, o perfil dos catadores de uma cooperativa de catadores de resíduos sólidos é apresentado da seguinte forma: idade entre 30 e 60 anos, o estado civil predominantemente concubinato, todos semi-analfabetos. Poucos tiveram acesso à escola, sete deles não concluíram a primeira fase do ensino fundamental. Em relação a auto-imagem os catadores associam sua profissão e posição social a falta de estudo, o que representa humilhação e vergonha, inferindo essa associação ao preconceito e descrédito que os próprios catadores têm em relação à profissão que exercem. As condições de trabalho são extremamente precárias, envolvendo riscos à saúde, desprovidos de garantias trabalhistas, mal remunerados, vítimas de preconceitos e não reconhecidos. O desemprego aparece como elemento fundamental para o direcionamento de atividade de catação. Quanto ao uso de EPI, verificou-se o uso de luvas em alguns catadores (MEDEIROS; MACÊDO, 2005). Os riscos no desenvolvimento do trabalho de catadores de resíduos sólidos podem ser comuns para diversas cooperativas.

Rutkowski (2008) em sua tese de doutorado apresenta que as características dos cooperados coincidem com o estudo apresentado por Medeiros e Macedo (2005). A idade fica entre 21 e 40 anos, a escolaridade até a 4ª série do ensino fundamental, a maioria nunca trabalhou de carteira assinada e não possui outro trabalho remunerado ou mesmo benefícios. Um fator que não havia sido apresentado no estudo anterior é que mais da metade tem casa própria e acesso à água tratada, energia elétrica e saneamento.

Quanto aos riscos oferecidos no desenvolvimento do trabalho, tanto a Associação quanto a Cooperativa que foram analisadas apresentam diversos riscos no desenvolvimento de várias atividades. Vários problemas na esfera ergonômica foram detectados, entre eles: falta de segurança e condições adequadas para o exercício da atividade produtiva (chão sem piso antiderrapante, local de difícil acesso), forte calor, alto nível de ruídos, além de giros indevidos de quadris e a permanência em pé por um tempo prolongado

por parte das trabalhadoras. Não há bebedouros e banheiros na área, eles estão a cerca de 100 metros de distância do galpão de triagem (RUTKOWSKI, 2008).

Em uma pesquisa sobre a formação de cooperativas de trabalhadores que se encontram no setor de reciclagem de lixo, detectou-se que a estrutura e o funcionamento do mercado de reciclagem são baseados em três componentes: o catador autônomo, que participa ou não de associações e cooperativas, realiza a primeira etapa do processo, recolhe e separa os resíduos em um cenário competitivo (quem chega primeiro ao lixo); os sucateiros, que informal ou formalmente, compram os produtos reciclados pelos catadores ou cooperativas e os vendem às indústrias, ou compradores internacionais; e as indústrias e os compradores internacionais compõem o terceiro componente desta cadeia de reutilização de resíduos. Pode-se afirmar que os grandes beneficiados de todo o processo de reciclagem no Brasil e no mundo são as indústrias. Quando reduz o número de empresas que consomem os materiais recicláveis, ocorre a imposição às condições de preços aos catadores e às cooperativas, tornando-os reféns da exploração da economia formal sobre a informal (MAGERA, 2008).

Miura (2004) faz uma análise da história de vida de alguns catadores, evidencia que a vida desses trabalhadores é toda marcada pela exclusão social, assim a ocupação de catador é mais um sofrimento, dentre outros já sentidos em épocas anteriores. Desta forma, as emoções mais freqüentes apresentadas são a vergonha e a humilhação, decorrentes sobretudo da discriminação e do preconceito. Contudo, tornar-se um catador pode ser também motivo de alegria, isso por questões éticas, pela possibilidade de o indivíduo recuperar a própria dignidade ao se inserir e ser reconhecido socialmente como trabalhador honesto, distinto de mendigos e de bandidos. E também por lhe dar a oportunidade de organizar-se e mobilizar-se coletivamente na luta por melhores condições de trabalho e de vida. Desta forma, o grupo pode oficializar seu trabalho como profissão, tornado a atividade menos isolada, mais organizada, mais limpa e rentável. Estes catadores demonstram também sentirem alegria quando essa atividade lhes permite obter itens até então inacessíveis. Sobre a questão da saúde, esses catadores não acreditam que o trabalho de catação seja de fato um risco. Concluir que tornar-se catador, principalmente se participante de um grupo organizado, pode ser um fator que potencializa melhor qualidade de vida para aqueles que se viam excluídos do mercado de trabalho e sem opções. No entanto, continuam prejudicados no que se refere à escolaridade e à preparação técnica.

3.7 Considerações finais

A ES surge como um movimento ideológico contrário ao formato de organização do trabalho apresentando no sistema capitalista. O capitalismo não foi e não está sendo capaz de propiciar empregabilidade suficiente e mesmo digna para um grande número da população. Essa verdade faz com que se crie uma hierarquia de classes, uma com maior qualificação profissional, com um salário capaz de propiciar uma vida mais digna, que é uma minoria, e os menos providos de qualificação profissional, ou mesmo sem nenhuma, que infelizmente são a maioria.

Nessa realidade a ES apresenta suas bases ideológicas na cooperação, que passa por um momento de ganho de forças. Várias instituições estão fazendo o aporte para que esses empreendimentos possam mudar a realidade desses trabalhadores excluídos ou marginalizados do mercado de trabalho.

A ES se apresenta como uma alternativa ao capitalismo, dentro do capitalismo. Se manifesta com diversos desafios, entre eles o aumento da flexibilização do trabalho com cooperativas falsas, ou mesmo com o erro de programar ações ou políticas públicas que façam do movimento uma economia de pobres para pobres.

Para solidificar a ES é essencial que as pessoas excluídas do mercado de trabalho não vejam o movimento como algo temporário, ou mesmo como algo que o ajudará em um momento difícil, e sim como uma alternativa viável, que o cidadão possa se sentir emancipado e com expectativas de vitória nas organizações que se formarem. Para tanto, a educação e a formação profissional torna-se imprescindível, tão quanto a formação de líderes que trabalham na ótica do desenvolvimento de empreendimentos imbuídos da concepção ideológica que a ES apresenta.

Nesse cenário de desenvolvimento da ES encontram-se empreendimentos coletivos de coleta seletiva de resíduos sólidos. Esses empreendimentos enfrentam condições especiais de trabalho, isso porque é uma atividade desgastante, precária e com alto índice de pessoas alfabetizadas de maneira funcional, ou seja, apresentam algumas características de leitura ou escrita, mas não dominam fluentemente a estrutura da língua. Isso pode ocasionar problemas no desenvolvimento do empreendimento pela dificuldade de lidar com controles claros, organização contábil e outros elementos que podem dificultar a organização coletiva do trabalho. Contudo, é uma atividade que o poder público nas esferas federal e municipal

está buscando apoiar e incentivar o desenvolvimento com intuito de promover a dignidade humana para a realização dessa atividade.

A partir das leituras realizadas, percebe-se que comumente os empreendimentos populares são criados e desenvolvidos em três momentos: no primeiro momento, surge o empreendimento com o trabalho informal de trabalhadores e trabalhadoras que estão excluídos do mercado formal de trabalho. Nesse sentido, cria-se oportunidade da geração de trabalho e renda. No segundo momento, ocorre a organização do grupo, muitas vezes acompanhados por instituições de ensino, movimentos sociais ou mesmo por outras instituições que atuam na ótica da busca da sustentabilidade. No terceiro momento, surgem políticas públicas que buscam institucionalizar e desenvolver a organização desses trabalhadores de maneira efetiva e eficiente, tanto para o empreendimento quanto para quem recebe os serviços ou produtos desses empreendimentos.

A partir do terceiro momento, busca-se ampliar o serviço ou produto nos aspectos qualitativos e quantitativos. Com isto, os empreendimentos correm alguns riscos citados no capítulo 1, que discorre sobre a organização do trabalho em um contexto capitalista. Isso porque, junto ao desenvolvimento do empreendimento pode ocorrer o aumento da intensidade do trabalho, aumento da jornada de trabalho, aumento de riscos de acidentes e de doenças causadas por esforços repetitivos.

Para evitar esses riscos torna-se necessário a ampliação da formação dos trabalhadores, principalmente em relação a autogestão e ao uso correto das tecnologias de mecanização. Isso é possível com a participação ativa do grupo nas tomadas de decisões, o acompanhamento das instituições de ensino e organizações apoiadoras. Para que a ES se realize de fato é preciso que os trabalhadores façam a gestão e a organização do trabalho conforme a decisão do grupo, e não conforme as exigências dos órgãos externos, tornando-se um empreendimento econômico tradicional.

4. COOPERTAN : um estudo de caso

4.1- Introdução

O capítulo apresenta a metodologia do estudo de caso, posteriormente, apresenta como ocorreu a transição de trabalho individual para trabalho coletivo na Coopertan, como as parcerias participaram desse processo e as perspectivas dos parceiros e dos trabalhadores para o futuro do empreendimento.

Mostra como acontece a organização do trabalho coletivo, dificuldades, desafios, condições estruturais, condições de segurança, processo de trabalho, funções e atividades desenvolvidas pelo grupo.

Busca entender como o empreendimento está sendo gerido, a formação da diretoria e do estatuto, as dificuldades, desafios e expectativas dos trabalhadores em relação a formação da cooperativa de fato e direito.

Faz um comparativo do trabalho individual e trabalho coletivo quanto ao perfil, questões sócio-econômicas e autonomia do trabalho

4.2 Metodologia do Estudo de Caso

As metodologias adotadas com relação aos procedimentos técnicos foram: pesquisa participante e estudo de caso.

A pesquisa participante ocorre quando há participação dos pesquisadores nas relações de comunicação com as pessoas ou grupo da situação que se está investigando. Essa metodologia tem o objetivo de tornar os pesquisadores aceitos pelas pessoas ou grupos pesquisados. A participação dos pesquisadores consiste na busca de identificação do pesquisador com os valores e os comportamentos do grupo, assim, a aceitação do grupo em relação ao pesquisador tem maiores possibilidades de ocorrer (THIOLLENT, 1985).

Nesse sentido, a definição de pesquisa participante torna-se adequada para o estudo apresentado, haja vista que existe uma relação ativa do pesquisador com o grupo desde o momento da transição do trabalho individual para a formação da cooperativa (a COOPERTAN), na organização do trabalho e na legalização do empreendimento. No ensejo,

foi necessário manter uma relação participativa nas reuniões, no ambiente e no desenvolvimento do trabalho no dia-a-dia, a fim de responder o questionamento elencado na pesquisa, tornando-se imprescindível uma boa interação com o grupo, para alimentar uma relação de confiabilidade na ótica do grupo para com o pesquisador e do pesquisador para com o grupo.

O estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, permitindo seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2007). Assim, procurou-se analisar o caso da Coopertan, de forma a permitir o conhecimento detalhado de como ocorreu o processo de transição do trabalho individual para o trabalho coletivo, tão quanto a formalização do empreendimento em análise.

É importante registrar que a interação com o grupo teve início antes do processo de pesquisa proposto no programa de mestrado. A relação com o grupo iniciou-se com a participação voluntária no projeto de pesquisa intitulado: “Projeto de participação da UNEMAT no programa de desenvolvimento regional sustentável, desenvolvido junto aos catadores de resíduos sólidos do aterro sanitário de Tangará da Serra (MT)”, coordenado pelo professor Sandro Benedito Sguarezi no NECOMT. Em junho de 2007, o coordenador do projeto fez um convite para participar do projeto com intuito de conseguir uma equipe que auxiliasse no processo de formalização legal da Coopertan. Na ocasião o convite foi aceito e iniciou-se o convívio e a interação com o grupo. O primeiro contato com o grupo ocorreu no dia 12 de julho de 2007, na Câmara de Vereadores do município. A reunião tratava-se de uma Assembleia Geral dos trabalhadores para aprovarem o Estatuto e realizarem a eleição da Diretoria da Cooperativa. A partir deste momento o contato com o grupo foi constante, a participação de reuniões com os catadores e com os órgãos apoiadores foram frequentes e de forma assídua em todas as atividades lideradas pelo projeto de pesquisa e pelos parceiros.

Após esse período de trabalho junto ao NECOMT surgiu a oportunidade de apresentar uma proposta de pesquisa junto ao Programa de Mestrado Interinstitucional UNEMAT/UFSCar, em 2008. Contudo, faltava um maior entendimento de como se deu o processo de trabalho até a formação legal do empreendimento. Isso porque a interação da pesquisadora com o grupo iniciou-se no exato momento da ação de formalização da cooperativa. Faltava um entendimento maior de todo o contexto de formação do grupo, análise da realização dos processos de trabalhos realizados no coletivo, entendimento da percepção do grupo em relação as mudanças ocorridas nesse período, a participação das políticas públicas na trajetória do grupo.

Para responder ao questionamento apresentado foi necessário manusear documentos, jornais e atas que foram constituídos no decorrer da formação do grupo, utilizou-se um roteiro de observação, entrevistas, questionários, participação em reuniões e assembleias, observação da organização e realização do trabalho do grupo.

Foram construídos dois questionários: um aplicado aos catadores da cooperativa (18) e outro questionário aplicado aos catadores que trabalham individualmente no município (17). O objetivo do questionário foi analisar a percepção dos catadores que trabalham no coletivo sobre como eram as condições de trabalho e da vida sócio-econômica antes da constituição da cooperativa e posterior a constituição da cooperativa. Foram elaboradas questões abertas e fechadas que tratam sobre questões sociais, econômicas e de entendimento sobre a constituição do empreendimento. As questões sempre são tratadas, em relação ao tempo, como antes do trabalho coletivo e depois do trabalho coletivo.

Quanto ao questionário aplicados aos catadores individuais, teve como objetivo cruzar os dados entre a análise feita pelos catadores que trabalham coletivamente antes do trabalho coletivo e depois do trabalho coletivo. Esse comparativo foi necessário para interpretar as respostas dos trabalhadores coletivos, no sentido de perceber algum tipo de viés ou mesmo de perceber se poderia ocorrer uma supervalorização do trabalho coletivo, principalmente pelo ensejo do empreendimento estar constantemente na mídia, ou mesmo em debates na Universidade ou sendo falado pelas instituições apoiadoras.

Utilizou-se também um diário de campo, esse diário teve o papel de registrar as falas, observações e acontecimentos durante o trabalho, os descansos ou participação em eventos de membros da cooperativa. As variáveis elencadas para análise das anotações, fotografias e resultado dos questionários constituíram de: condições de trabalho, remuneração, prática decisória, reconhecimento social, acesso ao crédito e políticas públicas. O período de realização da pesquisa compreendeu de abril 2009 a janeiro de 2010, a análise dos dados foi realizada de julho de 2009 a fevereiro de 2010.

4.3 Do “Lixão” ao Centro de Reciclagem

Em 1988, algumas pessoas faziam a coleta de material reciclável em uma propriedade particular, local onde os moradores e o caminhão da coleta da cidade

depositavam o lixo. Hoje essa propriedade é conhecida e referenciada por algumas pessoas que trabalharam nesse local como “o lixão do terreno do Sr. João Giroto”.

Com o crescimento da cidade, formação de bairros próximos as instalações do lixão, a partir de 1997, a localidade para depósito do lixo do município se transferiu desse lugar para as proximidades do Córrego Ararã. A distância desse novo local era de aproximadamente 10 km do centro da cidade, sendo o local denominado pelos moradores em geral e pelos catadores de materiais recicláveis de “o lixão”. Nesse local não havia nenhuma infra-estrutura e nem mesmo estava em conformidade com a legislação ambiental. Todo o lixo do município era jogado sem nenhum tipo de critério. O lixo hospitalar, doméstico e de entulho era colocado no mesmo local, comumente ocorriam queimas após as pessoas catarem os materiais aproveitáveis para venda. A figura 1 representa uma realidade de perigo para as pessoas que desenvolviam suas atividades de trabalho de catação e para o meio ambiente. Uma realidade que acontece em diversos municípios. Isso porque, segundo o SAMAE (2010) o município de Tangará da Serra-MT é o primeiro a implantar a coleta seletiva em todo o território urbano.



Figura 1: O antigo “Lixão” de Tangará da Serra-MT. FONTE: Senger, 2007.

Todo o material que era jogado nesse local foi aterrado em grandes valas, restando destroços que demarcam o antigo “lixão”. A figura 2 mostra como está atualmente o local que era jogado o lixo doméstico do município. É notório que o ambiente está bastante

degradado, há a necessidade de se desenvolver estudos e planejamento de reestruturação da área, já que todo o lixo que havia no local foi enterrado na época e os resíduos já estão a amostra.



Figura 2: Imagens do antigo “lixão” em agosto/2009 em Tangará da Serra-MT

Após diversas manifestações de descontentamento da população em relação ao local e a forma com que o lixo estava sendo conduzido, acrescido de intervenção do Ministério Público, em 05 de novembro de 2004, foi inaugurado o Aterro Sanitário do município, com uma distância de aproximadamente 8 km do centro da cidade. (SENGER, 2007).

O projeto inicial da construção do Aterro Sanitário Municipal apresenta condições para o cumprimento das normas ambientais vigentes (ANEXO A e B), e também apresenta uma infra-estrutura que propicia melhorias nas condições de trabalho para os catadores de resíduos sólidos que trabalhavam no lixão, contendo um barracão de pré-moldado coberto, dois banheiros, um bebedouro de água, poço artesiano, energia elétrica instalada e uma prensa.

Segundo relato de uma das cooperadas, logo que construiu o Aterro Sanitário, a prefeitura municipal contribuía de forma bastante ativa no dia-a-dia dos catadores, inclusive deixava disponível um caminhão tipo caçamba durante todo o dia, o que propiciava ajuda no transporte dos *bag's* de materiais do local que eles catam para o barracão, e isso facilitava o desenvolvimento do trabalho de todos os catadores.



Figura 3: Imagens Infra-Estrutura do Aterro Sanitário de Tangará da Serra-MT em agosto/2009.

A figura 3 mostra como está disposto a infra-estrutura atual do Aterro Sanitário: um barracão com dois banheiros e um bebedouro de água.

Os trabalhadores acompanharam a mudança do “lixão” para o Aterro Sanitário. O trabalho continuava sendo realizado de maneira individual, contudo, os trabalhadores afirmam que mesmo antes da construção do Aterro Sanitário alguns já trabalhavam de maneira individual e outros formavam pequenos grupos. Esses grupos eram constituídos por familiares, ou mesmo por afinidades.

Senger (2007) relata que no período que ocorreu a transição para o aterro os trabalhadores estavam organizados da seguinte forma:

- Elvandro trabalha individualmente;
- Eliandra, Alessandro, Adriana, Chico, Santana, Ivani, David e Narciso formavam um grupo denominado “Grupo do Gaúcho”;
- Maria Gomes, Edivanio, Celso, Edinéia e Vanderelei formavam o “Grupo da Maria”;
- Edmilson, Caciandra, Eva, Tiago, Idalina, Arineide, Antônio e Maria de Fátima formavam o “Grupo do Edmilson”.

Consideravam os líderes dos grupos aqueles que tinham maior facilidade para comercializar os materiais, informar-se dos valores e realizarem uma organização mínima do local que deviam juntar os materiais para, posteriormente, realizarem as vendas.

De certa maneira, o trabalho era coletivo, porque havia uma organização mínima entre pequenos grupos, haviam líderes e divisão do trabalho, mas não existia uma estrutura formal, como também, não possuía regras a serem seguidas, o que de acordo com o Sr. Elvandro acabava gerando conflitos entre os grupos ou pessoas. Esses conflitos ocorriam pela disputa por materiais e pelo acerto de horários e dias trabalhados para posterior divisão das sobras entre os grupos. Mesmo com esses conflitos os trabalhadores declaram que a renda entre os grupos variavam de R\$ 300,00 a R\$ 1.000,00 por pessoa.

Essa diferença de renda ocorria por diversos motivos, entre eles: horários diferenciados entre os grupos, alguns trabalhavam mais horas/dia, outros menos, força física dos componentes dos grupos ou indivíduos, afinidades entre os membros dos grupos, ou seja, se o grupo tinha mais união possivelmente produzia mais.

Logo após a transferência do local de trabalho surgiram outros desafios para os grupos que trabalhavam na coleta de material reciclável. Entre esses desafios torna-se visível a necessidade de atender as exigências dos compradores de materiais, buscar novos clientes, preferencialmente retirar os atravessadores, além de fomentar parcerias com o poder público municipal.

Para ocorrer a parceria com o poder público municipal⁵ havia a necessidade que o grupo se tornasse efetivo de fato e de direito, fica nítida essa necessidade em virtude da Lei Estadual 7862/2002 que dispõe que a responsabilidade de gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos é do poder local, e a função do estado é a de fiscalização (ANEXO C). Além da responsabilidade com a gestão do lixo, o município tem uma Lei de Economia Solidária, o que indica se houvesse abandono das pessoas que trabalham informalmente na coleta de resíduos sólidos, o poder público estaria indo contra as diretrizes da Lei Municipal 2460/2005 (ANEXO D).

Assim, inicia a trajetória dos parceiros que se mobilizaram para o surgimento e desenvolvimento da Coopertan no município de Tangará da Serra-MT, o processo de evolução das ações que mais marcaram o empreendimento.

A tabela 3 demonstra os acontecimentos que marcaram a constituição legal da Cooperativa. A leitura da tabela mostra claramente a intervenção de instituições apoiadoras e do poder público no desenvolvimento do empreendimento. Essa intervenção é tratada por Benetti (1984) no segmento agrícola. Contudo, pode-se entender que essa realidade também está colocada nesse empreendimento e que a intervenção do Estado acontece como instrumento de políticas públicas que buscam estabelecer condições de produção. No mesmo sentido, Gaiger (2009) apresenta a intervenção do Estado como uma possibilidade de desenvolvimento da ES.

Pode-se entender que por mais que houvesse a vontade dos trabalhadores de fomentarem o desenvolvimento do empreendimento ele aconteceu de forma induzida, com o apoio do município e de outras instituições. Neste sentido, o Sr. Elvandro declarou, em uma entrevista, que logo que iniciou a construção do aterro sanitário, em uma reunião com a ex-prefeita Sr^a. Ana Monteiro, que a mesma disse aos catadores que seria necessário a criação de uma associação para eles continuarem explorando o lixo doméstico do município. Ou seja, a pressão para que os trabalhadores se organizassem em um empreendimento coletivo já vinha acontecendo desde 2004.

Em todos os momentos de tentativa de organização do grupo, houve a intervenção de outras instituições públicas ou da sociedade civil organizada.

⁵ Com o objetivo de proporcionar uma melhor qualidade de vida às pessoas que vivem da coleta de materiais recicláveis, mais conhecidas como “catadores”, a Prefeitura Municipal resolveu incentivar e apoiar a criação da Cooperativa dos Catadores de Lixo. São aproximadamente 30 pessoas cadastradas para atuarem dentro do Aterro Sanitário, trabalhando na separação dos materiais recicláveis e posterior comercialização. Diário de Cuiabá – 12/11/2004.

Período	Acontecimento	Documento
06-01-2005	Primeira reunião oficial com os catadores de resíduos sólidos (30) e a direção do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE no Centro Cultural.	ANEXO E
21-01-2005	Edital para a primeira assembléia de fundação da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis – Cooperat.	ANEXO F
17-06-2005	A segunda tentativa de organização do grupo ocorreu em 17 de julho de 2005, conforme registro da Ata de Fundação da Associação de Catadores de Material Reciclável de Tangará da Serra (ASCAMARTAS) no Cartório de Primeiro Ofício de Notas e Registros do município em 09 de agosto de 2005, com protocolo número 16.439 do Livro A-7, número 917.	SENGER (2007)
26-10-2005	Primeira reunião com os parceiros dos catadores de resíduos sólidos na intenção de fomentar uma cooperativa.	ANEXO I
06/2006	O cartório devolve a ata de fundação com irregularidades.	SENGER (2007) e ANEXO H
12/07/2007	Assembléia Geral para aprovação do novo estatuto e eleição da primeira diretoria da Coopertan.	Acompanhamento como pesquisadora voluntária NECOMT
17/03/2008	Termo Cooperação entre Prefeitura Municipal, Banco do Brasil e Unemat em prol da Coopertan.	ANEXO J
13/11/2008	Lei Municipal nº 3015 declara a Coopertan como Empreendimento de Utilidade Pública.	ANEXO K, L
01/2010	Regularização legal da cooperativa e aquisição de um caminhão para ampliação da coleta seletiva.	Acompanhamento como pesquisadora programa MINTER.

Tabela 3: Evolução da inserção de apoiadores na criação e desenvolvimento da Coopertan

O processo de formalização da Coopertan iniciou-se com a tentativa de criação de uma associação, a Cooperat. A ata de fundação da Cooperat chegou a ser lavrada, mas conforme relato do Sr. Elvandro Lima Viana o documento foi destruído com a chuva. Deste modo, a Cooperat não foi levada a registro. Mas, mesmo sem o registro devido da associação, em 15 de junho de 2005, um jornal local realizou uma matéria com o texto intitulado: “Associação dos catadores: o sucesso poderia ser maior” (ANEXO G).

Nesse contexto de dificuldades para institucionalizar o empreendimento surgiram os parceiros do grupo, que posteriormente foram nomeados como uma rede de

entidades apoiadoras⁶, que tinham como objetivo principal, na época, a concretização e formação do grupo de catadores de resíduos sólidos de direito. A primeira reunião dos apoiadores foi alavancada por um representante do Banco do Brasil e um representante da UNEMAT.

A reunião apresentada na tabela 3 em relação ao anexo I, estava presente um representante do Banco do Brasil: José Pereira Filho; Representante do Necomt e do Departamento de Administração: prof. Sandro B. Sguarezi; Representante do Departamento de Biologia: prof. Vitor; Representante do SAMAE: Jéferson Luiz Lima da Silva e Elis; Representante da Câmara de Vereadores: Vereador Pedrinho; Representante da D. E. Siebert Consultoria Ambiental e Agrônômica: Eng. Décio Siebert.

Nessa reunião ocorreram três falas que vieram a mudar a trajetória do grupo: 1 - a primeira é a exposição por parte do representante do Projeto Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS)⁷ do Banco do Brasil S.A, que fala da existência de uma linha de fomento para organização e desenvolvimento do trabalho através de melhorias de infra-estrutura para empreendimentos que envolva a reciclagem do lixo urbano;

2- a exposição do SAMAE que diz que o trabalho de coleta seletiva já vinha sendo desenvolvido no município logo após a inauguração do Aterro Sanitário, que havia a pretensão de ampliação e que poderia ser interessante a associação se organizar em forma de cooperativa. Isso viria a facilitar os processos burocráticos de contratação dos serviços e fomento de possíveis financiamentos.

3- a terceira fala do professor Sandro Benedito Sguarezi, representante do NECOMT apresentou uma proposta de participação da Universidade a partir da empresa Jr. do curso de

⁶ Essa rede foi formalizada gradativamente, iniciou com a articulação do professor José Pereira Filho, professor da UNEMAT e funcionário do Banco do Brasil, o qual era responsável pelo desenvolvimento e aplicabilidade do projeto DRS e o professor Sandro Benedito Sguarezi, coordenador do NECOMT/UNEMAT. A partir do convite para a primeira reunião ocorrida em 2005 o NECOMT institucionalizou um projeto de pesquisa e criou o grupo de pesquisa GDRS – Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Regional Sustentável, e passou a participar do desenvolvimento do grupo e articulação de parcerias que surgiram posteriormente.

⁷ **DRS** - Desenvolvimento Regional Sustentável é uma estratégia negocial do Banco do Brasil, que busca impulsionar o desenvolvimento sustentável das regiões onde o BB está presente, por meio da mobilização de agentes econômicos, políticos e sociais, para práticas de apoio a atividades produtivas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas, sempre observada e respeitada a diversidade cultural. Promover a inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda. A proposta é: - Democratizar o acesso ao crédito; - Impulsionar o associativismo e o cooperativismo; - Contribuir para a melhora dos indicadores de qualidade de vida; - Solidificar os negócios com mini e pequenos empreendedores rurais e urbanos, formais ou informais. Minimização dos riscos e maximização dos resultados para a sociedade e o Banco. Suas premissas são: - Foco prioritário em regiões carentes e mercados restritos; - Maior participação no mercado de baixa renda; - Convergência com as políticas públicas e a iniciativa privada.

Administração e a parceria com a Prefeitura para o desenvolvimento do Curso de Pós-Graduação e Aperfeiçoamento em Economia Solidária, que é uma iniciativa educacional que vai ao encontro dessas demandas.

A partir dessa reunião iniciou-se as tentativas para formar uma cooperativa, a primeira ocorreu em junho de 2006, contudo a Ata de Fundação e o Estatuto foram devolvidos pela Junta Comercial por irregularidades no processo, entre elas pode-se citar:

- Qualificação dos cooperados, completarem o seu endereço, estado civil, nacionalidade, profissão de cada um;
- Observar que o cooperado Tiago da Silva Santos é menor e logo deve ser emancipado;
- Mencionar as quotas-partes de cada cooperado, e sua integralização, a forma e o prazo;
- Acrescentar visto do advogado na Ata e no Estatuto;
- Observar que o estatuto está repetido;
- Anexar, declaração de desimpedimento dos administradores. (Parecer da Junta Comercial, 27/03/2007) (SENGER, 2007), (ANEXO H).

Após reuniões entre o grupo, ficou definido o abandono do processo começado anteriormente para constituição da cooperativa e a inicialização de um novo processo.

Iniciou-se um novo processo que aprovou o novo Estatuto, no qual foi eleita uma diretoria para registro da formalização da Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra. Posteriormente, as instituições que assistiam à cooperativa (Banco do Brasil, Prefeitura Municipal e UNEMAT) assinaram um termo de cooperação interinstitucional, desta forma, tornou-se empreendimento de Utilidade Pública.

Uma contradição nesse cenário é que a cooperativa está classificada como cooperativa de produção. Partindo do pressuposto que o grupo oferece o serviço de seleção dos resíduos sólidos coletados pelo SAMAE, considera-se que a cooperativa deveria ter sido classificada como cooperativa de trabalho, não há uma produção efetiva de produtos. O processo de trabalho se dá na seleção de materiais a serem vendidos, e a perspectiva de realizar o serviço da coleta seletiva. O desenvolvimento da atividade realizada pelos trabalhadores da Coopertan está classificada pela ANCT como cooperativa de trabalho. O processo de verticalização para produção de algum bem depende de muita maturidade e fortalecimento do grupo.

Em abril de 2008, o SAMAE inaugurou a Central de materiais recicláveis da coleta seletiva do município, conforme mostra a figura 4. O objetivo, de acordo com o Sr.

Jeferson (diretor do SAMAE), é de construir um refeitório, um escritório e uma sala de reuniões no local. Todos os resíduos sólidos recolhidos no município são direcionados para o Centro de Reciclagem, para que os catadores da cooperativa façam a separação dos materiais que queiram e possam comercializar.



Figura 4: Imagens da Central de Materiais Recicláveis da Coleta Seletiva em Tangará da Serra-MT.

Fonte: Senger (2007).

A parceria do SAMAE para com a cooperativa se dá em pagar o aluguel da Central, ceder o caminhão da coleta seletiva e subsidiar o salário do motorista do caminhão. O investimento do contrato de parceria iniciou-se com o valor de R\$ 3.500,00, no entanto, por problemas operacionais por parte dos cooperados que, de acordo com o diretor do SAMAE, órgão municipal, o trabalho da cooperativa não estava a contento das expectativas esperadas, e neste sentido houve a redução do valor para R\$ 2.500,00.

A expectativa das organizações parceiras da cooperativa é que o grupo tenha um desempenho eficiente no desenvolvimento de suas atividades e da organização, principalmente no que diz respeito à organização formal e legal do empreendimento. Mas, é perceptível que os parceiros estão mais presos as questões de estrutura física e menos preocupados com a questão da formação e capacitação técnica dos trabalhadores, além da falta de percepção em relação ao valor do trabalho da cooperativa, que o mesmo não se dá somente na prestação de serviço de coleta seletiva, mas em educação ambiental,

sustentabilidade, geração de renda, emancipação dos cooperados, formação e participação da comunidade externa no processo de aprendizagem.

A figura 5 mostra o momento em que o caminhão da coleta chega para iniciar as atividades de separação dos materiais no centro de reciclagem.



Figura 5: Imagens do desembarque da coleta seletiva no Centro de Reciclagem em agosto/2009.

Outra parceria que está em andamento, desde agosto de 2009, com o SAMAE, prevê que o SAMAE deverá ceder para a cooperativa um ponto comercial denominado “Ecoponto”, além da intenção de ampliar a coleta seletiva para 100% dos bairros do município. Assim, o local destinado para o recebimento de pneus, tanto pneus refugados pelos usuários e/ou revendas do município, também poderá servir como escritório da cooperativa. A função da cooperativa é de organizar o recebimento dos mesmos, providenciar a venda dos pneus que tiverem algum valor de comercialização e providenciar o carregamento dos descartáveis pela empresa responsável pelo recolhimento dos pneus. Apesar do grupo estar formalizado de fato e direito através da Ata de Fundação, do mês de dezembro de 2009, encontrava-se irregular com a documentação e registro na Junta Comercial do Estado as atas posteriores a de fundação (2) e irregularidades com a contabilidade do empreendimento, principalmente pela falta de recolhimento de INSS.

Muitas são os questionamentos em relação a formação da cooperativa. Entre elas:

- De quem era realmente o interesse em fomentar a criação de uma cooperativa?
- Os trabalhadores sabiam o que é uma cooperativa ou mesmo trabalho cooperado?

- Eles tiveram maturidade e tempo de formação para escolher?
- Qual o fator que realmente promoveu a formação da cooperativa: a vontade de trabalhar de forma coletiva ou o medo da expulsão do local de trabalho?

A partir da realidade observada de como ocorreram às ações dos apoiadores junto à cooperativa, pode-se afirmar que a criação da cooperativa aconteceu por uma necessidade legal do município. O Ministério Público primeiro notificou o município sobre a necessidade da construção de um aterro sanitário, com isto o município procurou o apoio de outras instituições para organizar os trabalhadores de forma coletiva e legal, para que pudesse fomentar a coleta seletiva no município. Isso porque, apesar dos trabalhadores catarem os resíduos de forma individual, já exploravam o lixo a muito tempo no município, desta forma, caso simplesmente eles fossem despejados do local de trabalho passaria uma imagem ruim sobre a gestão municipal. Nesse sentido, os trabalhadores não tinham conhecimento do que era um empreendimento organizado em forma associativa ou cooperativa.

Todos esses fatores levam a crer que a vontade de trabalhar de forma coletiva foi condicionada aos trabalhadores. Após a formação da cooperativa eles declaram que valeu a pena formarem o empreendimento, mas iniciaram as atividades e ações para promover o trabalho coletivo por necessidade, por medo de serem expulsos do aterro sanitário.

4.4 A organização do trabalho na Coopertan

O trabalho da Coopertan consiste em separar os resíduos sólidos com valor de comercialização no Centro de Reciclagem ou no Aterro Sanitário. A priori, desde abril de 2008, o projeto de gestão dos resíduos sólidos do município, através do SAMAE, é que todos os cooperados pudessem desenvolver seus trabalhos no Centro de Reciclagem, utilizando-se dos materiais advindos da coleta seletiva, mas diversas situações promovem dificuldades para que os trabalhadores possam sair definitivamente do aterro sanitário.

Dentre as situações de dificuldades observadas, as mais nítidas em relação são:

- Com o número de bairros atendidos no período de 2009, os materiais levados para o centro de reciclagem tornaram-se escassos para gerar renda suficiente para todo o grupo;

- Um segundo fator que surgiu foi o desaquecimento do mercado de recicláveis. Os preços caíram muito em relação ao ano de 2007 até meados de 2008, o que proporcionou a queda na renda dos cooperados;
- Pode-se citar também a questão estrutural da cooperativa, a falta de um meio de transporte que promova a logística dos materiais. Nesse aspecto, gera-se um custo elevado no transporte dos materiais inservíveis do centro para aterro, de forma a ficar inviável financeiramente as atividades dos cooperados.,
- A comercialização torna-se difícil para o grupo, já que se gerou uma dependência do atravessador, isso porque é ele quem oferece algumas prensas e um caminhão emprestado esporadicamente para o grupo. O SAMAE oferece o caminhão da coleta seletiva, contudo esse caminhão não está autorizado a prestar outros serviços logísticos necessários para a cooperativa.

O início da jornada de trabalho do grupo é às 7:00h e o término às 16:00h. Trabalham uma média de 07 horas por dia. Apesar de o grupo ter definido horário de almoço fixo das 11:00h às 13:00h, entre as 18 pessoas entrevistadas 14 almoçam no local de trabalho, no aterro ou centro de reciclagem. Levam marmitas e garrafas com café para tomarem durante o dia.

A locomoção do grupo para o trabalho acontece de duas formas: de casa para o ponto de carona na Secretaria de Infra-Estrutura (SINFRA) e SAMAE de bicicleta e retornam de carona com o carro da coleta seletiva ou com o carro da prefeitura, que faz a locomoção do guarda responsável pela guarita do aterro. A figura 6 mostra alguns catadores pegando carona para o trabalho.



Figura 6: Imagens dos cooperados da Coopertan pegando carona para o trabalho em agosto/2009.

Apesar de o grupo estar bastante dividido quanto as dificuldade para que a cooperativa mantenha suas atividades, o item eleito pelos cooperados como maior grau de dificuldade para manutenção das atividades da cooperativa foi a locomoção e a falta de equipamentos.

Mesmo observando que o entrave maior para o crescimento do grupo é a questão burocrática, é perceptível que os cooperados se sentem incapazes de gerir o processo burocrático, demonstram que esperam das instituições apoiadoras a resolução da problemática da documentação. Possivelmente a dificuldade de buscar a concretização do processo burocrático ocorre pela metodologia que as instituições apoiadoras adotaram no momento de fazer o estatuto e a eleição da diretoria. Na época (2007) foi levado um estatuto pronto para os trabalhadores aprovarem, não foi construído de forma clara, tão pouco explicado os caminhos dos processos burocráticos a serem percorridos. Isso gerou certo medo e sentimento de incapacidade de fazer por parte do grupo.

Quanto à infra-estrutura básica, a água no aterro sanitário é potável e fornecida por um bebedouro, já a água no centro de reciclagem é levada em garrafas pelos próprios trabalhadores.

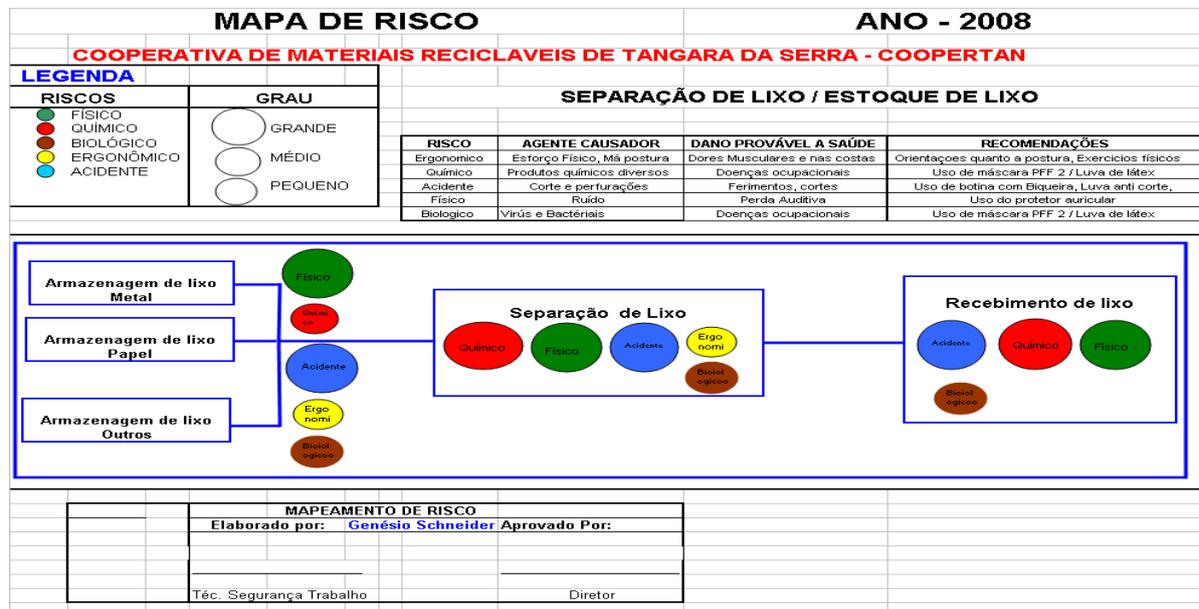
Os trabalhadores construíram uma forma própria de descansar no horário de almoço, ou períodos vagos como: chuva, a falta de transporte ou outros. Alguns do grupo fizeram camas improvisadas, cadeiras ou mesmo participam de um jogo de baralho no horário de descanso, escutam músicas ou ficam conversando.

A responsabilidade pela limpeza e organização dos barracões, banheiros, pátio é dos cooperados, contudo não há uma decisão de rotatividade para essas atividades. Percebe-se uma falta de cuidados essenciais com o local, há vazamentos de água, torneiras quebradas e banheiros poucos higienizados, principalmente no aterro sanitário.

Essas dificuldades em organizar os cuidados com o ambiente de trabalho podem estar atreladas ao sentimento de pertencimento do ambiente. Isso porque, a organização do empreendimento ocorreu com indução. Assim, pode-se afirmar que a realidade do grupo não é convergente com o posicionamento de Singer (2000). Para o autor, os empreendimentos não surgem simplesmente como forma de permitir ganhos financeiros aos sócios, e sim, como um movimento de resistência ao modo de produção capitalista. Para os trabalhadores essa afirmativa não está clara. No entanto, para as instituições apoiadoras da sociedade civil organizada, a afirmativa pode ser parte das propostas de apoio.

As condições de trabalho apresentam diversos riscos para os trabalhadores como riscos químicos, físicos, biológicos, ergonômicos e acidentes, no qual 86% dos trabalhadores revelaram acreditar que o desenvolvimento do trabalho na cooperativa oferece risco para a saúde, contudo esses mesmo números de pessoas não souberam citar que tipos de risco sofriam (MOREIRA, 2008).

Nesse mesmo contexto de riscos aos quais os trabalhadores estão expostos no trabalho de recicladores, um estudo foi realizado pelo técnico de segurança do trabalho, Sr. Genésio Schneider. A análise está focada nas atividades principais para o desempenho do trabalho do grupo, algumas atividades secundárias não constam na análise, entre elas pode-se citar a limpeza do pátio, o carregamento dos *bags* do local de coleta dos materiais até o local de separação no aterro.



Quadro 4: Mapa de Risco da COOPERTAN. Elaborado por: Schneider (2008). Fonte: Moreira (2008)

Muitos desafios em relação a segurança do trabalho deverão ser tomadas para que o trabalho ofereça menor risco aos cooperados. Além dos perigos no desenvolvimento de suas atividades, outros perigos são visíveis junto ao grupo, como exemplo, foi possível visualizar que algumas pessoas consomem alimentos que são descartados pelos supermercados por prazo de validade como: bolachas, biscoitos, alguns frios e outros.

Essa realidade de ambiente insalubre e perigoso, de exploração e de perigo para a saúde física e mental foi identificado em outros estudos de pesquisas realizadas em empreendimentos similares por: Miura (2004); Rutkowski (2008), Medeiros e Macedo (2005) e Magera (2008).

A divisão do trabalho é um conflito para o grupo, isso o grupo está dividido em duas equipes: uma que trabalha no centro de reciclagem e outra que trabalha no aterro sanitário. O conflito percebido está na falta de compreensão dos trabalhadores, em virtude que foi definido que haveria rotatividade para as equipes em períodos iguais, primeiramente um mês no aterro e depois um mês no centro. Posteriormente, foi definido que esse período seria de dois meses. O que ocorre é que essa separação provocou uma divisão do grupo, criou-se duas lideranças, uma que atua no aterro sanitário e outra que atua no centro de reciclagem. Outro ponto negativo é em relação a divisão, pois não foi realizado através de sorteio, eles foram divididos por afinidades e escolha inicial de cada indivíduo, mesmo havendo a rotatividade, o grupo que está no aterro alega que o trabalho está mal dividido porque lá tem mais trabalho.

É preciso fazer uma reflexão sobre a possibilidade da inserção da organização do trabalho dentro dos moldes do modelo de produção capitalista em empreendimentos econômicos solidários. Esse desafio é maior quando há falta de formação sobre as bases ideológicas da ES. O crescimento do empreendimento e a inserção de tecnologia na produção, podem ser fatores complicadores para a aplicabilidade dos princípios da ES, ocasionando riscos de saúde e intensificação do trabalho.

Das 18 pessoas entrevistadas com questionário aplicado no local de trabalho, 06 declaram que o trabalho está mal dividido, o que torna algo que deve ser resolvido no grupo. Esse conflito pode desmotivar a equipe ou proporcionar divisões de grupos de maneira mais agressiva. Já é notória certa agressividade por parte dos trabalhadores nas relações interpessoais.

Com exceção a algumas atividades, formalmente não existe um roteiro de quem é responsável por quais atividades, pois a forma de realizar o trabalho é definida no dia-a-dia. É nesse sentido que entre as 18 entrevistadas 16 pessoas declaram que quem define o que e como realizar o trabalho são as lideranças, o que está gerando um desgaste de relacionamento entre o grupo. Contudo, 78% dos entrevistados dizem que as decisões da cooperativa são tomadas em reuniões ou com votos.

Ao acompanhar o dia-a-dia do trabalho percebe-se que há uma democracia ao decidirem quais atividades casa cooperado irá realizar, o problema maior é que quando há votos vencidos, as pessoas que foram contrárias a uma determinada decisão ficam se colocando contra as ações tomadas em razão da decisão em assembleia, o que demonstra pouca maturidade e conhecimento a cerca do trabalho cooperado.

A baixa escolaridade é um fator que dificulta o grupo a vencer os problemas com as questões de organização e principalmente legalização do empreendimento. O grupo tem 01 integrante que tem o segundo grau completo, 03 pessoas com o fundamental completo e o restante são semi-analfabetos (11) e analfabetos (3). Essa questão do perfil quanto a escolaridade é similar aos estudos de Miura (2004); Rutkowski (2008) e Medeiros e Macedo (2005).

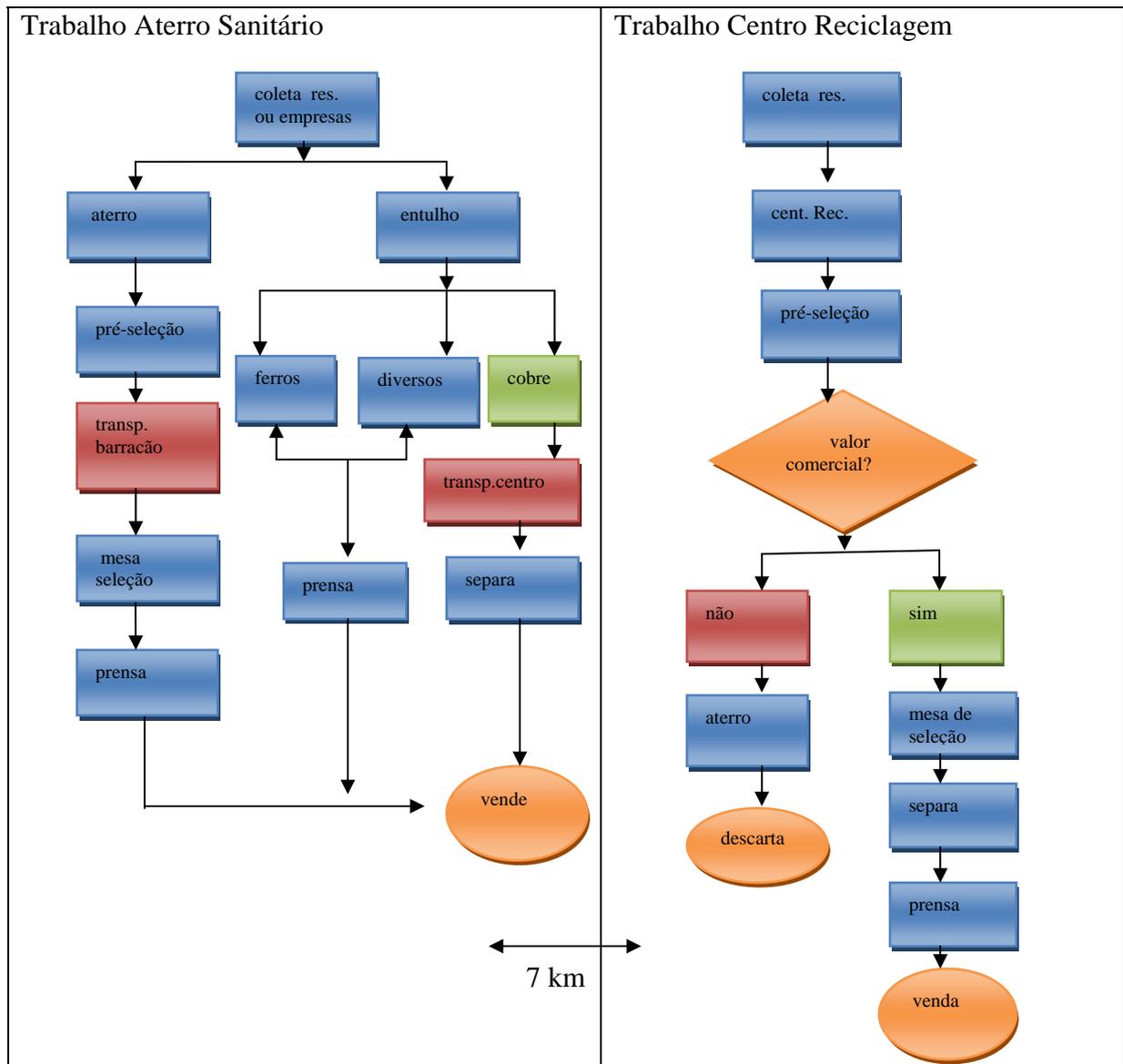
Por outro lado, algumas pessoas do grupo não conseguiram se desvincular da figura “patrão”, sentem falta de ter alguém que diga o que tem que ser feito, desta forma, a autogestão precisa ser trabalhada com o grupo.

O grupo espera que as lideranças da equipe sejam mais atuantes, em alguns momentos os trabalhadores apresentam sentir dificuldades de executar o trabalho sem ordem de comando. Ocorre a dependência do desempenho de alguns para tomarem a atitude de como vão realizar suas atividades. Assim, se um trabalhador parar de trabalhar em determinado horário, todos os outros param, isso porque se sentem injustiçados por trabalharem a mais. Esta situação poderia ser resolvida de forma diferente no coletivo. Quando eles trabalhavam em grupos menores, a comunicação era mais fácil, com a união dos trabalhadores para o desempenho do coletivo maior e a separação do grupo entre o aterro e o centro de reciclagem, a comunicação entre eles ficou prejudicada.

Mesmo com dificuldades para a organização do trabalho coletivo, o grupo apresenta motivação e interesse pelo trabalho coletivo. Gaier (2003) apresenta que essa motivação e interesse na formação e desenvolvimento de um empreendimento cooperado é o emprego mutuamente acordado, gerando maior capacidade de trabalho disponível. Com isso, as divisões dos benefícios ocorrem conforme a contribuição do trabalhador em uma relação de cooperação e não de submissão. Assim, gera um diferencial entre a produção assalariada e a produção solidária. Na produção assalariada o capital emprega o trabalho e na forma de produção solidária os trabalhadores empregam o capital. Ou seja, os trabalhadores que decidirão o que e quando adquirir ferramentas; o horário; os rodízios nos postos de trabalho; como efetuar os controles; as regras, etc. Com isso, aumenta o sentimento de pertencimento, o que gera maior interesse e motivação pela realização do trabalho.

A falta de interesse e motivação por parte de alguns trabalhadores pode ter sido gerada pela divisão do grupo entre aterro sanitário e centro de reciclagem, o que agravou a falta de sentimento de pertencimento.

O quadro 5 demonstra as diferenças do fluxo de trabalho no aterro sanitário e no centro de reciclagem.



Quadro 5: Fluxograma das atividades dos catadores de resíduos sólidos da Coopertan. Elaborado por: LIMA, 2009

As funções que são previamente definidas são:

- Coleta seletiva: Duas pessoas que fazem o recolhimento dos materiais nas residências, carregamento e o descarregamento dos materiais no centro de reciclagem;
- Separação de cobre: Uma das cooperadas por afinidade e experiência trabalha nessa atividade;
- Entulho: A separação dos materiais na parte do aterro destinada para o entulho é feita por um dos catadores fundadores que tem experiência nessa atividade;

- Controle: o controle das frequências, pesagens de materiais vendidos, pagamentos e rateio das sobras são realizadas em conjunto pelo diretor financeiro juntamente com o líder da outra equipe.

Alguns conflitos são gerados por existirem algumas funções que não fazem parte do foco principal do trabalho do grupo, entre elas pode-se citar:

- Fazer limpeza no pátio do centro de reciclagem;
- Carregamento e descarregamento dos *bags* no centro ou aterro sanitário;
- Limpeza e organização do barracão do aterro ou centro de reciclagem;
- Prensagem e amarração dos materiais;
- Carregamento na hora da venda.

A formação técnica e a compreensão do pertencimento dos trabalhadores são fatores importantes para o desenvolvimento de programas de qualidade. É preciso compreender que os empreendimentos de ES são organizados de forma diferenciada de empreendimentos de iniciativa privada, contudo, estão inseridos em um modo de produção capitalista. Nesse sentido, a qualidade do serviço e dos produtos de um empreendimento popular, concorrerá no mercado com os produtos e serviços oferecidos por empresas com alta inserção de tecnologia, capital e capacitação de mão-de-obra.

Nesse sentido, as relações interpessoais estão abaladas, mas há uma percepção de que essas rugas não são geradas apenas pela divisão do trabalho mal resolvida, mas principalmente, por disputas existentes entre os grupos que se formaram desde o antigo lixão. Há a declaração de uma das cooperadas que diz: *“na época do lixão era difícil trabalhar porque havia disputa de materiais entre os catadores”*. Por outro lado, outro cooperado diz: *“antes era mais fácil trabalhar porque dependia do esforço individual”*. Já em outro depoimento é dito que: *“agora em grupo o trabalho é melhor porque todos fazem a mesma coisa e ganham o mesmo, indiferente das limitações físicas (homem/mulher/jovem/velho)”*. O que demonstra divergências entre o grupo para que as relações tornem-se mais claras, amenas e haja maior interatividade entre os trabalhadores.

A evidência desses conflitos também é demonstrada quando se pede uma comparação entre o trabalho individual realizado anteriormente e o trabalho em grupo atual. Dos 18 entrevistados, 06 acreditam que antes era melhor, 10 dizem que em grupo é melhor, 01 afirma que as duas formas são boas e 01 não consegue definir, porque disse que não trabalhou anteriormente, portanto, não tem como mensurar o que é melhor. Ou seja, 33% do

grupo não acredita que a forma que eles estão organizados atualmente seja a melhor. Todo esse contexto se reflete diretamente no desenvolvimento do empreendimento.

4.5 O empreendimento

A formação da equipe de gestão do empreendimento está estruturada da seguinte forma: presidente, diretor operacional, diretor administrativo/financeiro, três fiscais diretores e três fiscais suplentes. A secretaria do empreendimento não está prevista como parte da diretoria.

Devido a não regulamentação e registro das atas na Junta Comercial no ano de 2008 incluindo os novos cooperados, eles não podem se candidatar a nenhum cargo de diretoria, conforme previsto no estatuto, isso gera maior indisposição por parte do grupo com a diretoria. Na assembleia realizada dia 22 de agosto de 2009, mesmo com a insatisfação do desempenho da diretoria anterior, onde 34% declararam que melhorias aconteceriam com a mudança da diretoria, elegeu-se as mesmas pessoas, apenas alguns fizeram rodízio de cargos.

A falta de registro na Junta Comercial é um problema que paralisa o desenvolvimento do empreendimento, para financiar o caminhão, que eles precisam para ampliar a coleta seletiva, o Banco do Brasil precisa que a contabilidade esteja correta. O SAMAE, por sua vez, alega que sem o financiamento teria que terceirizar o trabalho realizado pelo grupo. O NUPES⁸ (ANEXO M) que é o órgão de assessoria para os empreendimentos econômicos populares solidários não está preparado para atender essa demanda. E a cooperativa diz que além de não ter conhecimento técnico para fazer esses documentos o grupo não pode arcar com as despesas de registro, por conta da baixa do preço do material e baixa retirada mensal, que mesmo declarando a média de um salário mês, esse salário é retirado aproximadamente a cada 40 dias.

A questão organizacional de registro de entradas e saídas também é bastante precária. Eles não possuem um livro caixa organizado, pastas com notas de entradas e saídas organizadas, motivando descontentamento e dificuldade de maior clareza no acerto do rateio entre os cooperados.

⁸ Lei n.º 2.752/2007, de 30 de agosto de 2007 cria o Núcleo de Participação Social e Economia Solidária – NUPES no município de Tangará da Serra-MT. Ligado a Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento foi criado a partir da implementação de dois programas de governo: Programa de Gestão Participativa e Programa de Economia Solidária, sendo o primeiro responsável pela organização de processos de inclusão da sociedade civil na administração pública para a confecção do PPA, do Plano Diretor. O NUPES é responsável pelo apoio à participação cidadã dos segmentos sociais e aos empreendimentos solidários com investimentos do Poder Público Municipal.

Contudo, é perceptível o encaminhamento que se tem para a autogestão do desenvolvimento do trabalho, não há solicitação de auxílio para trabalhar os controles junto aos parceiros, a fiscalização e organização das diárias trabalhadas também estão organizadas e há poucas divergências quanto a essa questão. Existe algumas reclamações quanto ao melhor desempenho do trabalho, o que se for tratado com maturidade pelo grupo poderá melhorar a produtividade da coletividade.

Barbosa (2005) apresenta diversas dificuldades presentes em empreendimentos organizados na concepção da ES, todos os elementos apresentados pelo autor estão presentes na Coopertan. Nesse sentido, é justificável a necessidade dos sujeitos políticos atuarem no Estado. As debilidades dos grupos podem ser justificadas pela adoção de metodologia de indução a formação do empreendimento anterior ao processo de educação e capacitação.

Essa realidade é um reflexo do processo de incubação realizado junto ao empreendimento. É preciso que as políticas públicas e as instituições apoiadoras encontrem formas de incubar com maior ênfase ao processo de educação e formação técnica.

O estatuto elaborado na época da constituição da cooperativa apresenta algumas lacunas a serem resolvidas, um exemplo disso são as faltas aos sábados. Criou-se uma regra: quem faltasse no sábado seria descontado o domingo, isso porque muitos estavam faltando nas segundas-feiras, por exemplo, e recebendo o valor da diária integral do sábado. Um debate entre os cooperados fez com que essa regra criada, posterior ao estatuto, voltasse atrás e, neste sentido, agendou-se na última assembleia uma reunião específica para tratarem do estatuto, nesse aspecto, nota-se um crescimento de compreensão da necessidade de organização do trabalho e justiça em relação ao desempenho de todos.

Outro fator preocupante é em relação ao rateio, o grupo trabalha com o sistema de diárias, o valor da diária é a produção mensal dividida pelo número de dias do mês. Assim, a produção individual é o resultado do valor da diária multiplicado pelo número de dias trabalhados. Contudo, a atividade de coletar os materiais nas residências, a qual é realizada por dois cooperados é remunerada diferente, eles ganham um valor fixo a cada 30 dias. Hoje para os cooperados é consenso que esse trabalho é mais pesado, exige maior esforço físico e tem que ser feito com qualidade, já que a cooperativa tem um contrato a cumprir com o SAMAE. A preocupação maior é que essas duas pessoas são cooperadas e com a ampliação da coleta seletiva e aumento do rendimento dos catadores esse será um novo conflito a ser resolvido.

Outras dificuldades do empreendimento diz respeito a perspectiva do aumento de preço dos materiais, compreensão do que é um grupo de trabalho organizado como cooperativa, seus direitos e responsabilidades.

Percebe-se que no processo de incubação do empreendimento os parceiros se perderam na proposta dos princípios cooperativista, principalmente o que diz respeito à livre adesão. Isso fica claro porque parte dos trabalhadores, principalmente com a divisão do grupo entre aterro e centro de reciclagem, sentem-se saudosos da forma como eram organizados anteriormente. Apesar de hoje os trabalhadores declararem, em sua grande maioria, que gostam de trabalhar na Coopertan (88%), na época de formação do grupo eles tinham uma forma organizativa de grupos semi-autônomos, ou seja, havia pequenos grupos que faziam por conta própria a organização do trabalho entre eles, trabalhavam por afinidades e até mesmo por laços familiar, com essa transição sentiram a “necessidade” de formarem um único grupo, ou corriam o risco de perder o direito a explorar o aterro sanitário. A proposta partiu dos apoiadores ao grupo, não emergiu do grupo.

No mês de agosto de 2009, o grupo estava composto por 22 pessoas, apenas 10 dos fundadores continuam na cooperativa, mais da metade do grupo foi renovado. A explicação exposta pelos cooperados fundadores é de que quando houve a divisão do local de trabalho, a renda ficou menor, em média 40% nos primeiros meses, e isso fez com que praticamente a metade dos cooperados fundadores saíssem do grupo a procura de novas formas de terem renda.

Contudo, parte desses novatos que entraram posteriormente já trabalharam na coleta seletiva no antigo lixão (7) ou faziam parte do grupo e na época da formação da cooperativa eram menores de idade (2) e os demais são novatos no grupo (3), e posterior a crise ter estabilizado e o grupo encontrado uma forma de conduzir o processo de trabalho, parte das pessoas que já trabalharam na coleta seletiva voltaram a integrar-se ao grupo.

Os principais desafios do empreendimento consistem na organização contábil, na harmonia das relações interpessoais e na formação do grupo em relação aos princípios do trabalho cooperado.

Com a recessão econômica mundial a partir de setembro de 2007, o mercado de materiais recicláveis foi bastante afetado e isso propiciou que muitas empresas que compravam e vendiam materiais fechassem. Em junho de 2009, o registro de empresas de reciclagem no município era de quatro empresas. Essas empresas são responsáveis pela geração de renda para diversos catadores autônomos.

Na pesquisa realizada com empresários locais que compram materiais recicláveis, comprovou que todas as empresas realizam o pagamento da compra de material a vista e diariamente, conforme a produtividade dos trabalhadores. Nenhuma empresa oferece benefícios ou mesmo equipamento de segurança para os catadores. Das quatro empresas entrevistadas, três oferecem treinamento para os catadores, mas esses treinamentos foram em relação à formação para conhecimento dos materiais e valores. Não houve formação quanto à segurança do trabalho ou cuidados com a saúde no desempenho das atividades.

Portanto, fica nítido que o município atualmente apresenta duas realidades para o trabalho de catadores de recicláveis: o trabalho individual e o trabalho coletivo na Coopertan.

4.6 O trabalho individual versus trabalho coletivo

Tornou-se necessário entender como é realizado o trabalho individual na coleta seletiva de materiais recicláveis em relação ao trabalho coletivo com o grupo da Coopertan. Esse entendimento tornou-se importante para comparar a realidade dos dois segmentos de trabalho, desta forma evitando viés na análise. Para esse propósito foi aplicado entrevistas com catadores que vendem materiais para empresas privadas do município. Esses trabalhadores foram localizados no mês de julho e agosto de 2009. As entrevistas foram realizadas no momento da entrega de materiais e nas residências de alguns catadores localizados por informações dos empresários locais.

A realização do trabalho individual e do trabalho coletivo se difere em vários aspectos, conforme apresentado nos quadros 6, 7 e 8.

O quadro 6 mostra um panorama do perfil dos trabalhadores que reciclam resíduos sólidos. No lado esquerdo do quadro, consta o perfil dos catadores que trabalham individualmente no município na coleta de resíduos sólidos e vendem para empresas privadas. No lado direito do quadro estão os trabalhadores que trabalham de forma coletiva na Coopertan.

Trabalhadores Individuais	Trabalhadores Coletivos
<u>Perfil</u>	
<p>GÊNERO - <u>100% (masculino).</u></p> <p>ESTADO CIVIL: - 83% (casados); 12% (solteiros); 5% (viúvo).</p> <p>DOCUMENTOS: - 83% (todos os documentos) 12% (sem carteira de trabalho); 5% (nenhum documento).</p> <p>FILHOS: - 24% (1 a 2 filhos); 47% (3 a 4 filhos); 24% (mais de 4 filhos); 5% (nenhum).</p> <p>ORIGEM: - 95% (outro Estado); 5% (interior MT).</p> <p>MOTIVO DA VINDA À TANGARÁ DA SERRA: - 53% (veio a procura de melhores condições de vida); 30% (seguiu parentes); 12% (por trabalho); 5% (desconhece).</p> <p>PARENTESCO NO TRABALHO: - <u>100% (não têm parente que trabalha com a coleta de materiais recicláveis).</u></p> <p>ESCOLARIDADE: - 77% (estudaram) e 23% (não estudaram) sendo que dos que estudaram (36 % entre a 1 e 4 série primária, 24% entre a 5 e 8 série primária e 18% a partir da 8 série).</p> <p>TRABALHO: 30% (iniciaram as atividades de catadores por necessidade, 36% (por que gosta do trabalho), 18% (falta de outra opção) e 16% (outros motivos).</p>	<p>GÊNERO - <u>50% (sexo masculino); 50% (sexo feminino).</u></p> <p>ESTADO CIVIL: - 23% (casados); 17% (solteiros); 56% (amasiados).</p> <p>DOCUMENTOS: - 89% (todos os documentos); 11% (falta algum tipo de documento (Título eleitor/carteira trabalho).</p> <p>FILHOS: - 26% (1 a 2 filhos); 34% (3 a 4 filhos); 23% (mais de 4 filhos); 17% (nenhum).</p> <p>ORIGEM: - 67% (outro Estado); 17% (interior); 16% (nasceu Tangará).</p> <p>MOTIVO DA VINDA À TANGARÁ DA SERRA: - 34% (veio a procura melhores condições de vida); 34% (seguiu parentes); 6% (convite de parentes ou amigos); 12% (outros motivos); 14% (desconhece).</p> <p>PARENTESCO NO TRABALHO: - <u>50% (tem parente na cooperativa); 50% (não tem parente na cooperativa).</u></p> <p>ESCOLARIDADE: - 84% (estudaram) e 16% (não estudaram) sendo que dos que estudaram (40% entre 1 a 4 série primária, 40% (entre a 5 e 8 série) e 20% a partir da 8 série).</p> <p>TRABALHO: - 50% (iniciaram as atividades na Coopertan por necessidade); 34% (porque gosta do grupo); 16% (falta e outra opção).</p>

Quadro 6: Comparativo do perfil dos catadores de resíduos sólidos de Tangará da Serra-MT em agosto/2009

Há dois fatores que se divergem entre os trabalhadores individuais e o grupo coletivo, o primeiro é em relação ao gênero, para trabalhar individualmente sem um apoio estrutural as mulheres sentem maior dificuldade, além das limitações físicas de trabalharem com peso e com distâncias a percorrer. Na cooperativa existe um apoio em relação às atividades que precisam fazer força física, e o local é fixo. O segundo fator é sobre ter

parentes que trabalham na mesma função ou da mesma forma, os catadores individuais não têm parentesco fazendo o mesmo trabalho, ao passo que metade do grupo coletivo tem parentes no mesmo local, o que possivelmente explica a formação de grupos e dificuldades nas relações no grupo.

Trabalhadores Individuais	Trabalhadores Coletivos
<i>Questões sócio-econômicas</i>	
<p>65% (casa própria); 18% (casa alugada); 12% (mora com parentes); 5% (mora na rua).</p> <p>- 77% (renda familiar entre 1 e 2 salários mínimos); 18% (2,5 a 3 salários mínimos); 5% (mais de três salários mínimos)</p> <p>- 59% (apenas uma pessoa trabalha na família); 30% (duas pessoas trabalham); 11% (três pessoas trabalham).</p> <p><u>- 42% (tem outra fonte de renda); 58% (é a única fonte de renda).</u></p> <p><u>- 36% (adquiriram algo último ano com o trabalho de reciclador); 64% (não adquiriram nada).</u></p> <p><u>- 77% (renda suficiente para as contas básicas); 33% (não está sendo suficiente).</u></p>	<p>62% (casa própria); 23% (casa alugada); 15% (mora com parentes);</p> <p>- 84% (renda familiar entre 1 e 2 salários mínimos); 16% (entre 2,5 a três salários mínimos).</p> <p>- 59% (apenas uma pessoa trabalha na família); 34% (duas pessoas trabalham); 6% (três pessoas trabalham); 6% (mais de três pessoas trabalham).</p> <p><u>- 95% (a Coopertan é a única fonte de renda); 5% (tem outra fonte de renda).</u></p> <p><u>- 64% (adquiriram algo no último ano como cooperado) 36% (não adquiriram nada);</u></p> <p><u>- 62% (renda suficiente para as contas básicas); 12% (não está sendo suficiente); 17% (mais ou menos) 12% (não sabe).</u></p>

Quadro 7: Comparativo das condições sócio-econômicas dos catadores de resíduos sólidos de Tangará da Serra-MT em agosto/2009

Quanto às questões sócio-econômicas uma diferença perceptível é em relação aos trabalhadores possuírem outra fonte de renda. Grande parte dos catadores individuais vê o trabalho de reciclador como um complemento da renda. Já os trabalhadores cooperados têm o empreendimento como única fonte de renda. Percebe-se uma expectativa quanto ao crescimento do empreendimento, com o aumento do preço do material, regulamentação dos documentos, assistência e outros. Dos 18 cooperados entrevistados 95% têm algum tipo de expectativa, ao passo que 24% dos catadores individuais apresentam-se sem expectativa alguma.

Essa questão do assistencialismo não é tão perceptível no grupo coletivo, a expectativa maior de ajuda que eles esperam é no sentido de formação e de ajuda nas questões

burocráticas. Apesar de haver muitas reclamações da redução da renda, não há expressões que demonstrem querer ganhar algo, pensam em conseguir meios de trabalhar e pagar por isso.

Quanto à geração de renda, levando em consideração que 42% dos catadores individuais tem outra fonte de renda, percebe-se que para a cooperativa, mesmo com todas as dificuldades, a renda não é o fator que mais desestimula a continuidade do empreendimento, já que 62% dos trabalhadores da cooperativa declararam que a renda está sendo o suficiente e o número de declarações de aquisições de bens no último ano, demonstra que está havendo um maior desenvolvimento dos trabalhadores coletivos com o trabalho de reciclador. Isso pode ser explicado pela forma de conduzirem o recebimento, os catadores individuais recebem diariamente conforme vendem o material, e os catadores coletivos fazem rateio em períodos iguais. Acredita-se que o recebimento de um montante maior em data fixa pode ajudar na gestão do dinheiro pelos trabalhadores.

Trabalhadores Individuais	Trabalhadores Coletivos
<u>Autonomia no Trabalho</u>	
<ul style="list-style-type: none"> - Horário indefinido; - 100% (tem autonomia na locomoção); - Não há controle da produtividade, ou faltas; - 89% (afirmam ser claro o acerto); 11% (não acham claro o acerto). 	<ul style="list-style-type: none"> - Horário definido; - 77% (depende de carona); 23% (tem autonomia na locomoção); - Controle das faltas e/ou desrespeito com as normas do empreendimento; - 56% (afirmam ser claro o acerto); 23% (não acham claro o acerto); 21% (não sabem).

Quadro 8: Comparativo da autonomia no trabalho dos catadores de resíduos sólidos de Tangará da Serra-MT em agosto/2009

Todos os itens relacionados a autonomia dos trabalhadores para desenvolverem suas atividades são divergentes. Dos itens apresentados os que apresentam maior impacto para o desenvolvimento do empreendimento são: dependência na locomoção e a clareza no acerto de contas.

A dificuldade com a locomoção e a dependência de encerrar o expediente conforme o horário da carona para os catadores coletivos é uma reclamação constante. Eles acreditam que poderiam produzir mais se pudessem cumprir uma carga horária maior.

Quanto à clareza em relação ao acerto de contas, é algo primordial em um empreendimento coletivo. Sem confiabilidade o grupo pode entrar em divergência e

problemas com as relações com a liderança, o que é uma realidade na atual conjuntura da Coopertan.

A falta de transparência no acerto ocorre pela falta de conhecimento técnico, que forneça ferramentas organizacionais claras na prestação de contas.

No decorrer da pesquisa surgiu a possibilidade de participação no Curso Estadual de Formação de Formadores em Economia Solidária, oferecido pelo Centro de Formação em Economia Solidária - Região Centro-Oeste. Um dos módulos do curso consistiu em trabalhar a formação de um grupo de pessoas e/ou empreendimento que fosse atuante na Economia Solidária.

De posse do diagnóstico de observação e roteiro de entrevistas, que forneceu subsídios para visualizar as dificuldades do grupo, entre elas: entender os princípios do cooperativismo; dificuldades em organizar o trabalho; pouca confiança na liderança; e acredita-se que em consequência desses fatores as dificuldades de relações interpessoais. A partir desse diagnóstico foi possível planejar mini-cursos que pudessem construir junto ao coletivo uma visão de como o grupo está constituído e como eles gostariam que estivesse.

No primeiro momento do curso foram apresentados para o grupo conceitos sobre o trabalho e sua importância no contexto em que vivemos. Posteriormente, apresentou-se um breve histórico do desenvolvimento do trabalho e a inserção da concepção do cooperativismo e da Economia Solidária. Toda essa apresentação foi feita com material didático oferecido pela SENAES e pelo curso de formação de formadores em ES, com uso de materiais didáticos como: quadro; *data show* e cartazes. Logo após essa explanação surge o debate da realidade da cooperativa, como ela foi concebida, as dificuldades do grupo e suas expectativas.

Pode-se confirmar, a partir dos relatos dos cooperados, o que havia sido diagnosticado nas entrevistas e observações. Com intuito de que o grupo pudesse formar um panorama da situação atual e construísse de forma coletiva as soluções para os problemas vivenciados no dia-a-dia, formaram-se três grupos: a) Organização do Trabalho (divisão e controle); b) Informações; c) Liderança. O exercício atribuído aos grupos foi: fazer reuniões durante a semana e apresentarem no módulo II as respostas para as seguintes questões: Como acontece hoje? O que é positivo e negativo? Como poderia ser?

Os resultados foram bastante positivos, pode-se constatar que há uma vontade por parte do grupo de que o empreendimento cresça, já que se constituiu maturidade para discutir sobre os problemas e soluções. Há também uma visível percepção de que o grupo tem

liderança para buscar suas necessidades junto aos parceiros e buscar soluções por conta própria. A partir das discussões foi possível esclarecer alguns pontos e construir soluções.

Quanto à escala de trabalho para a atividade principal do grupo, que é a reciclagem, pode-se perceber que não há insatisfação de como o administrativo faz a escala quando necessita deslocar algum cooperado de um lugar para outro, ou mesmo de uma atividade para outra. Isso porque os grupos (Aterro Sanitário e Centro de reciclagem) trocam de lugar de trabalho a cada 60 dias, essa decisão ocorreu em assembleia. Nesses dois grupos tem pessoas que preferem trabalhar em um lugar ou outro pela localização de suas residências, e isso é respeitado, assim só há trocas quando a pessoa não tem preferência, ou os responsáveis pela coleta dos materiais na cidade. Contudo, para as atividades que precisam ser realizadas para o bem estar do grupo havia divergências. As atividades foram classificadas como: limpeza e organização do pátio; limpeza banheiro; carregamento do caminhão para limpar o pátio do Centro de Reciclagem ou Aterro e limpeza do bebedouro. Para resolver esse problema ficou definido a elaboração de uma escala de trabalho dessas atividades no Aterro Sanitário e no Centro de Reciclagem.

O grupo de informações mostrou que a dificuldade de comunicação é uma deficiência para o coletivo, principalmente quando se fala em acerto mensal. Esse fator foi alegado como o mais prejudicial e causador de conversas de descontentamento. O acerto é feito pelo integrante da cooperativa que faz a gestão financeira, este integrante recebe no banco o valor depositado pelo SAMAE que paga as despesas do caminhão, o dinheiro das vendas, diminui desse valor as despesas e vales e faz o rateio conforme o número de dias trabalhados, coloca dentro de um envelope um bilhete descrevendo o valor total das vendas, recebimentos, pagamentos e vales e o pagamento do cooperado. O problema desse processo é a falta de clareza da documentação dos materiais vendidos e controles de presenças e faltas que são feitos em uma agenda (no Centro por uma pessoa e no Aterro por outra). Para resolver esse problema a decisão tomada pelo grupo foi de no dia do rateio realizar uma reunião duas horas antes do fim do expediente, assim o financeiro fará a confirmação das diárias, mostrará os documentos de compras, vendas e vales antes de efetuar o pagamento. Para resolver a questão da clareza em relação as diárias trabalhadas, o grupo criou uma ficha para o controle de presença dos trabalhadores. Essa ficha deverá ser preenchida por um responsável no Aterro e outro no Centro de reciclagem, constará a assinatura do responsável e do cooperado diariamente e será levada no dia do acerto mensal.

nome:				função:	
mês/ano					
dia	Semana	Manha	tarde	Assinatura cooperado:	
1					
2					
3					
...					

data:

Cooperado responsável

Cooperado

Quadro 9: Ficha de controle de diárias elaborada pelos cooperados da Coopertan, em outubro/2009

Depois de algumas discussões, o grupo liderança demonstrou que a insatisfação com os componentes da diretoria acontece pela dificuldade de fomentar a venda das mercadorias e a regularização da documentação contábil da cooperativa. Esse tema foi bastante discutido, o responsável por estas questões falou das dificuldades do mercado em relação ao preço dos materiais. Quanto à questão contábil ficou claro que há uma expectativa do administrativo que isso seja encaminhado e resolvido pelas instituições que dão apoio ao grupo. A resolução para esse grupo ficou nas discussões da dependência de situações externas a cooperativa e não pode tomar nenhuma decisão prática além das reuniões marcadas mensalmente.

Esse curso de formação foi feito em parceria com a prefeitura, assim o honorário pago pela prefeitura foi revertido ao grupo para que eles pudessem colocar em dia a documentação contábil. Em janeiro de 2010, uma das grandes expectativas do grupo se consolidou, a cooperativa pagou todos os impostos pendentes e puderam assinar com o SAMAE um contrato de parceria no valor de R\$ 19.500,00 com o objetivo que a cooperativa faça a coleta seletiva em todos os bairros do município. Esse contrato propiciou que o grupo comprasse um caminhão próprio para auxiliar na coleta seletiva e na logística do trabalho entre aterro sanitário e centro de reciclagem. A expectativa do SAMAE em relação ao grupo é que em um curto espaço de tempo não exista mais a coleta de resíduos no aterro sanitário. Contudo, o grupo precisa de apoio externo em relação à assistência técnica para que haja uma adequada organização do trabalho e um desenvolvimento das relações interpessoais.

As principais dificuldades e desafios do visualizada no estudo de caso, convergem com o estudo realizado por Addor (2006). Pode-se afirmar que os quatro principais desafios apresentados pelo autor, que são: estruturação na comercialização,

manutenção da consistência ideológica, organização de políticas públicas e incentivos e contribuição técnico científica, fazem parte da realidade da Coopertan.

4.7 Considerações finais

Conclui-se que a Coopertan é um empreendimento que apresenta relevância para a geração de trabalho e renda no município de Tangará da Serra-MT. Sua formação iniciou com o apoio e incentivo de parcerias, contudo há também uma questão importante que impulsionou o surgimento do empreendimento, a necessidade de uma organização que fizesse parceria com o SAMAE na coleta seletiva do município.

Percebe-se que a organização do trabalho operacional da coleta está estruturada, mas a parte de organização burocrática e contábil está precisando de um trabalho mais efetivo por parte das organizações parceiras.

As relações interpessoais apresentam dificuldades, o grupo precisa amadurecer a compreensão dos princípios do trabalho coletivo, isso porque parte dos trabalhadores estão atrelados a forma organizativa em grupos menores, com vínculos de afinidades e grau parentesco.

Apesar de uma das maiores expectativas do grupo que era adquirir um caminhão próprio foi consolidada recentemente (janeiro/2010), é preciso que as instituições apoiadoras continuem a assistir o grupo para melhor desenvolver a organização do trabalho e os conflitos interpessoais.

É nítido que ocorrem diferenças entre os catadores que continuam trabalhando individualmente no município e os trabalhadores que trabalham de forma cooperada, mesmo que a cooperativa tenha surgido de forma induzida. Vale salientar que o trabalho individual não terminará com o crescimento e consolidação da cooperativa. As empresas privadas continuarão concorrendo com a cooperativa e os catadores continuarão concorrendo na busca de materiais favoráveis a venda no mercado. As questões que ficam mais evidentes a favor do trabalho coletivo são: expectativa de melhorias, melhor obtenção de renda, maior inserção do sexo feminino e respeito às diferenças. Como pontos negativos pode-se citar principalmente: dificuldade de compreensão dos princípios do trabalho coletivo, a dificuldade de relacionamento interpessoal, a falta de confiança de alguns componentes do grupo em relação às lideranças.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Coopertan é um empreendimento popular coletivo que se encontra em desenvolvimento com o apoio das políticas públicas municipais e de algumas instituições da sociedade civil organizada, no processo de transição de trabalho individual para o trabalho coletivo, neste sentido, ocorreram diversas ações que transformaram positivamente a realização do trabalho.

- Uma das mudanças mais importantes foi a partir de fevereiro de 2010, quando os catadores deixaram de trabalhar no aterro sanitário. Isso porque com a ampliação da coleta seletiva em todo o município e o contrato de prestação de serviço para o SAME, a retirada mensal dos cooperados ficou mais coerente, com o aumento do valor que alguns trabalhadores retiravam quando trabalhavam no aterro sanitário, antes do trabalho coletivo.
- Os trabalhadores passaram por um período de transição difícil quanto ao valor do rateio mensal entre os cooperados, logo que passaram a dividir a equipe entre aterro sanitário e centro de reciclagem. No entanto, com a assinatura do contrato para fazerem a coleta seletiva em todo o município, essa realidade mudou. A retirada mensal a partir de fevereiro de 2010 é de R\$ 900,00. Isso porque, com o contrato assinado junto ao SAMAE no valor de R\$ 19.500,00 mensal, após a cooperativa pagar a mensalidade do caminhão e as despesas de manutenção, há uma sobra que rateada entre os cooperados propicia uma renda fixa de R\$ 400,00, mais a venda dos materiais selecionados;
- Com a mudança de todos os cooperados para o centro de reciclagem, as condições de trabalho melhoram em alguns aspectos como: sombra, piso, banheiro feminino e masculino, ambiente sem mau cheiro, água potável e local mais próximo do centro da cidade. Além das condições estruturais, espera-se que com o grupo trabalhando em um único local, as relações interpessoais e de controle da produção fiquem melhor. Contudo, alguns cooperados continuam trabalhando sem uso de EPI's e alguns com uso parcial, indicando que há a necessidade de formação e ajuda das instituições apoiadoras em relação a questão segurança do trabalho.
- O grupo passou a ter uma vida social mais ativa, sempre que há possibilidades o município ou as instituições apoiadoras oferecem cursos de formação ou palestras. Os cooperados passaram a ser mais presentes nas reuniões e assembléias e, portanto, a participarem mais das decisões. Já está em análise um novo projeto de pesquisa e extensão em parceria com a UNEMAT e o

NUPES, a ser realizado no ano de 2010 e 2011, que beneficiará diversos empreendimentos, entre eles está a Coopertan;

- Durante o processo de transição, com o apoio da prefeitura municipal, alguns cooperados participaram de eventos, como feiras e seminários, relacionados ao trabalho que eles desenvolvem na cooperativa, o que favorece o aprendizado e a formação técnica dos trabalhadores.

Assim, pode-se afirmar que os objetivos da pesquisa foram alcançados e ajudaram a elucidar as mudanças ocorridas no processo de transição do trabalho individual para o trabalho coletivo dos catadores de resíduos sólidos no município.

A criação e desenvolvimento da cooperativa ocorreram de maneira gradativa, houveram diversas situações que induziram o poder público a assistir os trabalhadores e a apoiarem a cooperativa. Um dos primeiros fatores foi a cobrança do Ministério Público quanto a construção do aterro sanitário, aliado a esse fato a pressão popular apoiada pela mídia em relação às pessoas que trabalhavam no antigo lixão e agora, neste cenário, ficariam sem trabalho. Além disso, a Lei Federal 11.445 de 2007 responsabiliza os municípios pela gestão do lixo urbano o que requer que o SAMAE trace como meta a ampliação da coleta seletiva do município, tornando necessário que a cooperativa se desenvolva e tenha um bom desempenho.

Os processos de trabalho se alteram com a formação da cooperativa. Antes os trabalhadores formavam pequenos grupos por afinidades ou laços familiares e elegiam um líder que realizava as vendas. Com a formação da cooperativa tiveram que se organizarem em um coletivo maior, alguns trabalhos não ligados diretamente a coleta seletiva, mas necessários para o bem estar de todos surgiram, e eles tiveram que lidar com esses conflitos. Além disso, houve necessidade de dividir equipes e funções específicas como: separação de cobre, responsabilidade com tira-entulho, prensa, separação, carregamento e, o mais difícil para eles, manusearem e organizarem os controles e documentos do empreendimento e em alguns casos documentos pessoais.

A forma de realizar o trabalho individualmente e coletivamente na atividade de reciclador é diferente, principalmente em relação a autonomia no trabalho, a forma de remuneração e a perspectiva de futuro. O perfil dos trabalhadores é praticamente o mesmo em relação à escolaridade. Quanto à questão financeira, a maioria dos trabalhadores individuais tem o trabalho de reciclador como um extra, já os trabalhadores da cooperativa apenas um

cooperado tem outra fonte de renda e, mesmo assim, declararam adquirir mais bens do que os trabalhadores individuais.

Os trabalhadores fundadores da cooperativa que continuaram no grupo declaram ter muito orgulho do empreendimento, agora o trabalho é mais bem dividido, com respeito às diferenças das forças físicas entre homens e mulheres e gostam do grupo.

Os principais pontos fortes do empreendimento são a assistência recebida do município e das instituições apoiadoras; a autogestão bastante avançada em relação aos processos e organização do trabalho; o empreendimento é reconhecido pela comunidade; o empreendimento está formalizado e legalizado e já está em fase de aquisição de infraestrutura própria.

O empreendimento precisa vencer diversos desafios, o maior é quanto às relações interpessoais, seguido da necessidade de formação, assistência técnica, continuidade do processo de incubação, maior conhecimento do mercado de recicláveis, porque o empreendimento tem dependência de alguns atravessadores para negociar os materiais.

As instituições apoiadoras precisam fazer uma reflexão em relação ao papel que fazem quando traçam propostas de incubação para um empreendimento. Quando se vai incubar um empreendimento popular, é preciso ter cuidado para não impor aquilo que acreditamos estar certo, sem observarmos as necessidades e vontades daqueles que estão sendo incubados. É preciso traçar um planejamento adequado a cada realidade, cada grupo tem um tempo diferente de aprendizado e de disposição para o aprendizado. A Coopertan é um empreendimento que recebeu apoio e está em fase de crescimento, contudo, olhando o percurso percorrido, pode-se afirmar que poderia ter sido diferente as ações se houvesse um planejamento conjunto. Fica claro que o grupo formou-se em empreendimento coletivo pelas exigências da prefeitura municipal, e que no processo de formação não houve a proposta de apresentar ao coletivo que realmente consistia um empreendimento formal, seus direitos e obrigações, sobre a legislação e princípios de um empreendimento popular solidário. O empreendimento formou-se de fato sem conhecimento do percurso que teriam que percorrer para ele existir de direito.

Assim, torna-se importante uma avaliação em relação à maturidade das instituições apoiadoras, principalmente no que se refere à formação quanto às bases ideológicas de incubação e de empreendimento popular solidário. Torna-se necessário que se tenha maior interação entre as instituições, maior disponibilidade para percepção das reais necessidades dos empreendimentos a serem incubados.

Nesse sentido, é importante compartilhar a experiência vivenciada e contribuir com outros pesquisadores que estejam interessados em dar continuidade a essa pesquisa ou desenvolver a coleta seletiva em outros municípios. Assim, elaborou-se um possível roteiro para a implantação da coleta seletiva, utilizando a experiência vivenciada (APÊNDICE G). Sugere-se que a pesquisa tenha continuidade quanto a organização e gestão do trabalho a partir da expansão da coleta seletiva em todo o município. A análise da carga tributária incidente sobre a venda de materiais recicláveis é outro assunto que deve ser analisado e indicado. Todos os produtos recicláveis já foram tributados em toda cadeia produtiva e em todos seus componentes, é algo que as políticas públicas devem refletir e criar projetos que adéquem esse segmento de negócio, a fim de promover mais empreendimentos sustentáveis nesse segmento.

Torna-se importante refletir sobre o futuro do empreendimento e as ações das instituições de apoio. Com a ampliação da coleta seletiva em todo o município, a cooperativa necessitará de um maior número de associados. É preciso que haja uma intensificação do trabalho de incubação, principalmente no que se refere à educação e formação.

Com a intervenção dos apoiadores junto ao grupo nessa fase de crescimento, os novos trabalhadores e parte dos trabalhadores que se juntaram ao grupo em espaço de tempo diferente, precisarão desenvolver e compreender as bases ideológicas da ES. Além disso, a parceria com instituições que desenvolvem a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é fundamental no processo de incubação, para que os trabalhadores possam compreender o que o empreendimento significa e se sentirem parte do processo.

Com o crescimento do empreendimento, poderá pensar em alternativas de produção. O produto extraído da coleta seletiva pode ser transformado e agregado valor ao trabalho. Para isso será necessário um processo de incubação ampliando, com maior preparo por parte das instituições apoiadoras e políticas públicas que possam fomentar o desenvolvimento do empreendimento. Nesse sentido, a inclusão tecnológica será um desafio, para que não haja a inserção dos modelos de produção impostos pelo modo de produção capitalista no empreendimento.

É preciso que as constatações de dificuldades enfrentadas no desenvolvimento do empreendimento possam servir para a construção de conhecimento que ajude a minimizar as dificuldades na construção de metodologias de incubação e, neste sentido, as estratégias de incubação sejam mais eficientes e promovam o desenvolvimento econômico dos empreendimentos, considerando os aspectos sociais e culturais, promovendo a

sustentabilidade dos grupos e dos empreendimentos engajados na perspectiva de empreendimento popular solidário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADDOR, F. **Desafios da economia solidária no Brasil**: uma sistematização da literatura existente. Princípios da Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/anais%20IV/artigos/Princ%C3%ADpios%20da%20Economia%20Solid%C3%A1ria/Desafios%20da%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20no%20Brasil%20uma%20sistemiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20literatura%20existente..pdf>> Acesso em: 27 fev. 2009.

ANCT - Associação Nacional de Cooperativas de Trabalho, 1999. Disponível em: <<http://www.anct.com.br/>> Acesso em: 15 out. 2009.

ANTUNES, R. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. 2001. Disponível em: <http://www.galizacig.com/actualidade/200206/clacso_traballo_e_precarizacao.htm>. Acesso em: 25 fev. 2009.

BALTAR, P. E. A.; PRONI, M. W. **Sobre o regime de trabalho no Brasil**: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura social. *In* Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado? Org. Caros Eduardo Barbosa de Oliveira; Jorge Eduardo Levi Matoso. São Paulo. Scritta, 1996. 109-149.

BARBOSA, R. N. C. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. Tese de Doutorado. Pontifca Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.

BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese**. São Paulo: Atlas, 2004.

CHIARELLO, C. L. **Análise da gestão de cooperativas rurais tradicionais e populares: estudo de caso na Cocamar e Copavi**. Dissertação de mestrado. UFSCar, 2008.

CGU – Controladoria Geral da União. Países Membros da OCDE. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/ocde/sobre/index.asp>>. Acesso em: 24 mar. 2009.

CORIAT, B.; O taylorismo e a expropriação do saber operário. *In*: **sociologia do trabalho – organização do trabalho industrial**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1985.

CORSI, Francisco L. A economia brasileira na década de 1990: estagnação e vulnerabilidade externa. In: **Desafios do trabalho**: capital e luta de classes. Org. Leme, Roberto e ARAUJO, Renan. Londrina, Praxis; Maringá: Marsoni, 2003.

CORU-Cooperativa de Recicladores de Uberlândia. Economia Solidária: disponível em:< <http://www.meu-site.net/oldaaaa/users/coru/corubr/breconsol.htm>>. Acesso em: 02 mar. 2009.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos Escritório Nacional. Anuário dos trabalhadores. Disponível em:
<http://www.jubileubrasil.org.br/informes/DIEESE_anuario2007.pdf> Acesso em: 25 fev. 2009.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos Escritório Nacional. O que é DIEESE. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/fol/oQueDieese.xml>> Acesso em: 02 mar. 2009.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos Escritório Nacional. Projetos de cooperação. Disponível em:
<<http://www.dieese.org.br/projetos/projetos.xml>> Acesso em: 02 mar. 2009.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Projeto Dieese Ministério Do Trabalho E Emprego Desenvolvimento De Metodologias Para A Construção De Diagnósticos, Metodologias Para A Elaboração De Propostas De Cunho Social E Econômico E Metodologias Para A Qualificação Social 2004/2005/2006/2007. Disponível em:
<<http://www.dieese.org.br/projetos/MTE/projetoDIEESEMTEdezembro2004.pdf>> Acesso em: 02 mar. 2009.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos Escritório Nacional. Disponível em:
<<http://www.dieese.org.br/projetos/MTE/desenvolvimentoMetodologias.xml>> Acesso em: 02 mar. 2009.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos Escritório Nacional. Disponível em:
<<http://www.dieese.org.br/projetos/MTE/ceas.xml>> Acesso em: 02 mar. 2009.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos Escritório Nacional. Disponível em:
<<http://www.dieese.org.br/projetos/MTE/qualificacoAtuacaoSujeito.xml>> Acesso em: 02 mar. 2009.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos Escritório Nacional. Disponível em:
<<http://www.dieese.org.br/projetos/MTE/qualificacaoAtuacaoSujeito.xml>> Acesso em: 02 mar. 2009.

DRS - < <http://www44.bb.com.br/appbb/portal/bb/drs/Oque.jsp> > Acesso em: 02 set. 2009.

EID, F. **Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo?** Artigo apresentado e publicado nos Anais do XI FIEALC - – Federação Internacional de Estudos sobre América Latina e Caribe, Osaka, Japão, setembro de 2003.

_____. **Organização do trabalho no capitalismo.** Apostila do curso de especialização lato sensu “Gestão da Produção”. Dep. de Engenharia de Produção. UFSCar, 2009.

FRANÇA FILHO, G. C. **Teoria e Prática em Economia Solidária: Problemática, Desafios e Vocação.** V workshop empresa, empresários e sociedade: O mundo empresarial e a questão social. PUCRS, 2006. Disponível em:
<http://www.fee.tche.br/5workshop/pdf/mesa06_genauto.pdf> Acesso em: 02 mar.2009.

FLEURY, A. C. C.. **Organização do trabalho:** uma abordagem interdisciplinar – sete casos brasileiros para estudo. Afonso Carlos Correia Fleury; Nilton Vargas. São Paulo: Atlas, 1.983.

FLEURY, A.C. C.; FLEURY, M. T. L.; **Aprendizagem e organização organizacional:** as experiências do Japão, Coréia e Brasil. São Paulo: Atlas, 1997.

FLEURY, M. T. L.; **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil.** São Paulo: Global, 1.985.

GAIGER. L. I. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2004.

_____. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista.** Cadernos do CRH, UFBA - Salvador, v. 39, n. 39, p. 181-211, 2003.
<http://br.geocities.com/mcros07/20050117a_a_economia_solidaria_diante_do_modos_de_producao_capitalista.htm>. Acesso em: 25 fev. 2009.

_____. **A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes.** Rev. Katál. Florianópolis v. 11 n. 1 p. 11-19 jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v11n1/02.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª Ed. – 10 reimpr. -São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 28 mar. 2009.

DI GIOVANNI, G. Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual. In: OLIVEIRA, Marco Antônio (Org.). **Reformas do Estado e Políticas de Emprego no Brasil.** Campinas: UNICAMP. 1998.

LIMA, Jacob C. **Trabalho flexível e autogestão:** um estudo comparativo entre cooperativas e terceirização industrial. In *Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado.* Org. Jacob Carlos Lima. São Paulo: Annablume, 2007. (p. 129- 169)

_____. **O trabalho autogestionário em cooperativas de produção:** o paradigma revisitado. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n56/a04v1956.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2009

LISBOA, A.M. Solidariedade. In CATTANI, A.C. (Org). **A Outra Economia.** Porto Alegre. Veraz, 2003.

LOPES, J. C. C. **Transformações do mundo do trabalho e dos padrões civilizatórios.** São Paulo: CNM/CUT, 2002.

MAGERA, M. **A reciclagem dos resíduos sólidos urbanos e o uso das cooperativas de reciclagem – uma alternativa aos problemas do meio ambiente.** V Encontro de Pesquisadores Latino Americanos de Cooperativismo. Ribeirão Preto- SP, 2008.

Mapa da localização de Tangará da Serra-MT no Estado. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Tangar%C3%A1_da_Serra#Hist.C3.B3ria> Acesso em: 28 mar. 2009

MARX, K. **Capítulo VI inédito de o capital** – resultados do processo de produção imediata, São Paulo, Editora Moraes, 1985.

MEDEIROS, L. F. R. MACÊDO, K. B. **Catadores de Material Reciclável: uma profissão para além da sobrevivência**. Universidade Católica de Goiás. Scielo, 2005.

METELLO, D. G.. **Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias: o caso da justa trama – cadeia solidária DO ALGODÃO**. Dissertação de mestrado do Programas de pós-graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, defendida em 2007.

Ministério das Cidades. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/saneamento-ambiental>> . Acesso em: 18 de jan. 2010.

MIURA, P. O. C. **Torna-se catador: uma análise Psicossocial**. PUCSP, 2004.

MORAES NETO, B. R. **Marx, Taylor, Ford as forças produtivas em discussão**. São Paulo, editora brasiliense, 1.989

MOREIRA, J. R. **Riscos ambientais presentes na cooperativa de produção de materiais recicláveis de Tangará da Serra-coopertan**. Monografia de graduação do curso de administração. Universidade do Estado de Mato Grosso, 2008.

Movimento Nacional dos Catadores e o processo de organização. Disponível em <<http://www.ibam.org.br/publique/media/MovCatadores.pdf>> . Acesso em: 18 jan. 2010.

NARDI, A. C. **Incubadora de empreendimentos de economia solidária: uma análise de sua implantação no município de tangará da serra –MT**. Monografia do curso de pós-graduação em economia solidária. Universidade do Estado de Mato Grosso, 2008.

NEVES, M. R.; **Um estudo da organização do trabalho e o processo de implantação do programa 5 S em uma usina de açúcar no estado de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 1.999.

OLIVEIRA, B. A. M.. **Economia solidária e o cooperativismo popular: da gênese aos desafios atuais**. Disponível em: <<http://www.fase.org.br/projetos/vitrine/admin/Upload/1/File/Proposta97/beneditooliveira.pdf>> . Acesso em: 02 mar. 2009.

PALLOIX, C. **O Processo de Trabalho: Do Fordismo ao Neofordismo**, In: Processo de Trabalho e Estratégias de Classe. Zahar Editores, 1982.

PIGOSSI, G. A.; EID, Farid. **Autogestão na cooperativa de trabalho garante trabalho Emancipado e independente?**. Anais da ABET. XI Encontro Nacional da ABET, 2009.

POCHMANN, M. **Desempregados do Brasil**. In Riquezas e miséria do trabalho no Brasil. Org. Ricardo Antunes. São Paulo. Boitempo, 2006. 58- 73.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra-MT. Disponível em: <<http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/noticia.asp?codigo=2318>>. Acesso em: 28 mar. 2009.
Produção de lixo no Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br> . Acesso em: 18 jan. 2010.

REIS, C. R. N.. **Não tem patrão, mas têm, porque eles continuam mandando: trabalhadores e cooperativas do Maranhão**. In: LIMA, Jacob Carlos - org. **Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado**. São Paulo: Annablume, 2007.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1986.

RUTKOWSKI, J. E. **Sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários: uma abordagem na engenharia de produção**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro –UFRJ/COPPE, 2008.

Senado Federal. Projeto de Lei Orçamentária 2008. Disponível em: <<http://www8.senado.gov.br/businessobjects/enterprise115/desktoplaunch/siga/abreSiga.do?docId=83537&kind=Webi>> . Acesso em: 24 fev. 2009.

SENAES: Dados referente ao programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. Disponível em:<http://www.mte.gov.br/proger/relatorio_proger01_2000_2006a.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2009.

SENAES. Dados referente ao Sistema de Informações em Economia Solidária. Disponível em:
<<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlases/deftohtm.exe?AtlasGEOAC2.def>> Acesso em: 28 fev. 2009.

SENAES. Características da Economia Solidária. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp>. Acesso em: 02 mar. 2009.

SENGER, N. E. **Autogestão: a organização coletiva do trabalho na Coopertan**. Tangará da Serra-MT. UNEMAT, 2008. Monografia de Conclusão de Curso a nível de Especialização em Economia Solidária.

SERRA, E. **Cooperativismo empresarial e suas contradições: o distanciamento entre a teoria e a prática do sistema.** V Encontro de Pesquisadores Latino Americanos de Cooperativismo. Ribeirão Preto-SP. Agosto, 2008.

SEVERINO, M. R. **Organização e processo de trabalho em uma cooperativa do MST: debate teórico no contexto da empresa capitalista e da economia solidária.** São Carlos: UFSCar, 2006. Dissertação de Mestrado.

SGUAREZI, S.; LIMA, A. M; BORGES, J. L. **Contradições no Processo de Incubação de uma Cooperativa de Catadores em Tangará da Serra-MT.** Artigo apresentado no XXVII Congreso Asociación Latino Americana de Sociología. De 31 de agosto a 4 de setembro de 2009, Buenos Aires-Argentina.

SINGER, P. **A economia solidária no governo federal.** IPEA – 2004- Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_textopaulsinger.pdf > Acesso em: 28 fev. 2009.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. – org. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, S. R.; RODRIGUES, L.; ABRANTES, S. M. S. **Abrangência da Economia Solidária no Brasil – e o papel do estado na criação de Políticas Públicas.** VI ENEDS. Campinas – Setembro, 2009.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

TERSAC, G.; MAGGI, B.. **O trabalho e a abordagem ergonômica.** In A ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos. Coord. François Daniellou; coord. da tradução: Maria Irene Stocco Betrol. São Paulo. Edgard Blücher, 2004. p. 79- 104.

VARGAS, N.; **Gênese e difusão do taylorismo no Brasil, Ciências Sociais Hoje** – São Paulo: Cortez/ANPOCS, 1985.

VASAPOLLO, L. **O trabalho atípico e a precariedade.** Tradução Maria de Jesus Brito Leite. São Paulo: Expressão Popular, 2005. Coleção trabalho e emancipação.

VAZZOLER, M. R.. **Cooperativismo em assentamentos de reforma agrária: a sobrevivência de cooperativas do MST no contexto capitalista.** Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2004.

ZARIFIAN, P. Novas abordagens da produtividade. In: SOARES, R. M. **Gestão da empresa: automação e competitividade, novos padrões de organização e de relações do trabalho.** Brasília, IPEA/IPLAN. 1990.

APÊNDICES

Apêndice A- Questionário aplicado aos proprietários de empresas de reciclagem

Nº : _____

DATA: ____/____/____

Nome da pesquisadora: _____

Nome do entrevistado (a): _____

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

1.1- Razão social: _____

1.2- Nome fantasia: _____

1.3- Tempo de atuação na cidade: _____

1.4- Quais os tipos de mercadoria que a empresa compra e vende?

() plástico () alumínio () papelão () pet () outros: _____

2. SOBRE O TRABALHO DOS CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS:

2.1- Os catadores são autônomos ou possuem vínculo empregatício? _____

2.2- Se são empregados, quantos? _____

2.3- Se são autônomos, possui cadastro? () sim () não

2.4- Com que periodicidade a empresa efetua a remuneração?

() diária () semanal () quinzenal () mensal () outros: _____

2.5- A remuneração é fixa ou por produtividade? _____

2.6- Além da remuneração pelo trabalho a empresa oferece outros benefícios?

() sim () não

2.7- Se sim, qual (is): _____

2.8- A empresa oferece algum tipo de treinamento?

() sim () não

2.9- Se sim, qual(is)? _____

2.10- A empresa oferece equipamento de proteção individual ou coletiva para os catadores?

() sim () não

2.11 – Se sim, quais? _____

2.12 – O que é ser um bom trabalhador?

Apêndice B - Roteiro de observação na Coopertan

Pesquisadora: Ana Maria de Lima

Objetivo Principal: Descrever e analisar os processos de trabalho na Coopertan;

- Início da Jornada de trabalho;
- Duração da jornada de trabalho;

- Condições de trabalho: (insalubridade, periculosidade, carga de trabalho);

- Divisão do trabalho;

- Escolha de lideranças;

- Participação nas assembléias e reuniões;

- Divisão das sobras;

- Parcerias (municipal e de outras instituições);

- Conflitos e busca de soluções;

- Dificuldades na realização do trabalho;

- Dificuldades do empreendimento;

- Trabalhos acadêmicos realizados na cooperativa;

- Perspectivas e desafios.

Apêndice C - Questionário aplicado aos cooperados da Coopertan

Nº : _____

DATA: ____/____/____

Nome da pesquisadora: _____

Nome do entrevistado (a): _____

1. Identificação

1.1 - Sexo: () M () F

1.2 - Estado civil: () casado(a) () solteiro (a) () amasiado (a)

() separado (a) () viúvo (a)

1.3 – Que documentos possui:

RG/ Identidade	
CPF	
Título de Eleitor	
Certidão nascimento	
Carteira de trabalho	

1.4 - Tem filhos? () sim () não - Se sim, quantos? _____

1.5 – Como é sua residência? () própria () alugada () de parentes () outro tipo: _____

1.6 – Quantas pessoas trabalham em sua casa? _____

1.7 – Qual a média de rendimento familiar? R\$ _____

1.8 – O Sr. (ª) estudou? () sim () não . Se sim, até que série? _____

1.9 – Veio de que região do país? Ou nasceu aqui? _____

1.10 – Se veio, por que veio para Tangará da Serra?

() a procura de melhores condições de vida () seguiu algum parente

() a convite de parentes ou amigos () desconhece

() outros motivos: _____

1.11 – Tem algum parente que trabalha na cooperativa com você?

() sim () não . Se sim, quantos? _____

2. SOBRE A VIDA PROFISSIONAL ANTES DA COOPERATIVA

2.1 – Como conheceu a cooperativa?

() jornal () TV () rádio () informação de amigos (as)

() outros: _____

2.2 – Como veio trabalhar na cooperativa?

() convite de algum cooperado () veio por conta própria

() indicação de algum amigo (a)

2.3 – Por que veio?

() necessidade () porque gosta do grupo () falta de outra opção

2.4 – Está trabalhando na cooperativa a quanto tempo?

() menos de 1 ano () entre 1 e 2 anos () + de 2 anos () antes de formação da cooperativa

2.5 – Antes da cooperativa, que tipo(s) de serviço(s) você já fez? Onde trabalhou? Teve carteira assinada ou não? De qual gostou mais, menos e mais ou menos? Como se locomovia para o trabalho?

Tipos de serviço	Local	Carteira assinada				Por quê?
			+	-	+/-	

2.6- No último trabalho, antes da cooperativa, qual era a sua média de rendimento?

() até 1 salário mínimo () de dois a três salários mínimos

() mais de três salários mínimos

2.7- Tem alguma outra renda ou trabalho remunerado além da cooperativa?

() sim () não . Se sim, qual? _____ remuneração R\$ _____

2.8 – No último ano, antes de iniciar seu trabalho como cooperado, lembra-se de ter adquirido algum bem para você ou sua casa?

() sim () não . Se sim, qual ou quais? _____

2.9 – Antes de trabalhar na Coopertan, tinha crediário na cidade?

() sim () não

2.10 – Fez algum curso profissionalizante antes de trabalhar na cooperativa?

() sim () não . Se sim, qual? _____

2.11 – Tinha conta bancária antes da cooperativa?

() sim () não

3. SOBRE SUA VIDA PROFISSIONAL DEPOIS DA COOPERATIVA

3.1 – Como se locomove para o trabalho ?

() a pé () de bicicleta () de moto () carro () coletivo

() carona () outros: _____

3.2 – Qual o horário de trabalho na cooperativa?

Entrada	
Saída Almoço	
Volta Almoço	
Saída a tarde	
Total horas dia	

3.3 – Depois que iniciou suas atividades na cooperativa, o Sr. (ª) participou?

Seminários	
Cursos profissionalizantes	
Escola regular	
Palestras	
Nenhuma das alternativas	

3.4 – Quem decide e como é decidido o jeito de realizar os diversos trabalhos dentro da cooperativa?

3.5 - E antes de entrar na cooperativa quem decidia e como era decidido o jeito de realizar os diversos trabalhos na empresa?

3.6 - Como você compara os dois jeitos de organizar o trabalho?

3.7 – Em sua visão, o trabalho está bem dividido?

() sim () não. Por que? _____

3.8 – Como é a tomada de decisão na cooperativa?

3.9 - Qual sua média de retirada mensal após a constituição da cooperativa?

() até um salário mínimo () de dois a três salários mínimos

() mais de três salários mínimos

3.10 – Participa das assembleias?

- () sim, participo de todas () algumas vezes participo () não participo
- 3.11 – Dentre os itens abaixo, enumere em grau de prioridade o que acredita ser mais difícil para manter as atividades da cooperativa?

Procedimentos burocráticos/papelada	
Falta de equipamentos	
Baixa retirada mensal	
Pouco material reciclado no município	
Locomoção para o trabalho	
Outros: _____	

- 3.12- Após iniciar seu trabalho na cooperativa, se lembra de ter adquirido algum bem para você ou sua casa?
 () sim () não . Se sim, qual ou quais? _____
- 3.13 - Trabalhando na cooperativa, mantém crediário na cidade?
 () sim () não
- 3.14 – Após a constituição da cooperativa, abriu conta no banco?
 () sim () não
- 3.15 – A sua retirada está sendo suficiente para pagar as contas básicas (água, luz, gás, mercado) ?
 () sim () não
- 3.16 – O acerto de contas da cooperativa é claro?
 () sim () não
- 3.17 – Gosta de trabalhar na Coopertan?
 () sim () não
- 3.18 – O que acredita que poderia melhorar o dia-a-dia na cooperativa?
 () mudança de diretoria () mais apoio de outras instituições (prefeitura, universidade, SAMAE, etc) () mais comprometimento e dedicação ao trabalho () melhor relacionamento entre os colegas () não precisa mudar nada () outros: _____
- 3.19 - O que você espera do seu trabalho, dentro da cooperativa, daqui para frente?

4. SOBRE TRABALHO INDIVIDUAL E COLETIVO

- 4.1 – O que é cooperação?

- 4.2 – O que é ser um bom trabalhador cooperado?

- 4.3 - O que é ser um bom dirigente de cooperativa?

- 4.4 – O que é cooperativa?

Apêndice D - Questionário aplicado aos catadores de resíduos sólidos individuais de Tangará da Serra-MT

Nº : _____

DATA: ____/____/____

Nome da pesquisadora: _____

Nome do entrevistado (a): _____

1. Identificação

1.1 - Sexo: () M () F

1.2 - Estado civil: () casado(a) () solteiro (a) () amasiado (a)

() separado (a) () viúvo (a)

a. - Que documentos possui?

RG/ Identidade	
CPF	
Título de Eleitor	
Certidão nascimento	
Carteira de trabalho	

1.4 - Tem filhos? () sim () não - Se sim, quantos? _____

1.5 - Como é sua residência? () própria () alugada () de parentes

() outro tipo: _____

1.6 - Quantas pessoas trabalham em sua casa? _____

1.7 - Qual a média de rendimento familiar? R\$ _____

1.8 - O Sr. (ª) estudou? () sim () não . Se sim, até que série? _____

1.9 - Veio de que região do país? Ou nasceu aqui? _____

1.10 - Se veio, por que veio para Tangará da Serra?

() a procura de melhores condições de vida () seguiu algum parente

() a convite de parentes ou amigos () desconhece

() outros motivos: _____

1.11 - Tem algum parente que trabalha na coleta de lixo?

() sim () não . Se sim, quantos? _____

2. SOBRE A VIDA PROFISSIONAL ANTES DA COLETA DE LIXO

2.1 - Como conheceu a empresa que entrega seu material reciclável?

() jornal () TV () rádio () informação de amigos (as)

() outros: _____

2.2 - Como iniciou suas atividades na coleta de material reciclável?

() convite de algum amigo () veio por conta própria () a convite da empresa

2.3 - Por que iniciou esse trabalho?

() necessidade () porque gosta do trabalho () falta de outra opção

2.4 - Antes de trabalhar com a coleta de lixo, que tipo(s) de serviço(s) você já fez? Onde trabalhou?

Teve carteira assinada ou não? De qual gostou mais, menos e mais ou menos? Como se locomovia para o trabalho?

Tipos de serviço	Local	Carteira assinada				Por quê ?
			+	-	+/-	

2.5- No último trabalho, antes da coleta, qual era a sua média de rendimento?

() até 1 salário mínimo () de dois a três salários mínimos
() mais de três salários mínimos

2.6- Tem algum outra renda ou trabalho remunerado além da coleta?

() sim () não . Se sim, qual? _____ remuneração R\$ _____

2.7 – No último ano, antes de iniciar seu trabalho como catador de resíduo sólido, lembra-se de ter adquirido algum bem para você ou sua casa?

() sim () não . Se sim, qual ou quais? _____

2.8 – Antes de trabalhar na coleta de resíduos, tinha crediário na cidade?

() sim () não

2.9 – Fez algum curso profissionalizante antes de trabalhar na coleta?

() sim () não . Se sim, qual? _____

2.10 – Tinha conta bancária antes de trabalhar como catador de material reciclável? () sim () não
Que tipo conta? _____

3. SOBRE SUA VIDA PROFISSIONAL DEPOIS DO TRABALHO DE CATADOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS

3.1 – Como se locomove para o trabalho?

() a pé () de bicicleta () de moto () carro () coletivo

() carona () outros: _____

3.2 – Tem horário definido para trabalhar? () sim () não . Se sim, qual o horário de trabalho na coleta de material reciclável? Se não, tem alguma idéia de quantas horas por dia? _____

Início	
Saída Almoço	
Volta Almoço	
Parada a tarde	
Total horas dia	

3.2 – Depois que iniciou suas atividades como catador (a) de resíduos sólidos, o Sr. (ª) participou?

Seminários	
Cursos profissionalizantes	
Escola regular	
Palestras	
Nenhuma das alternativas	

3.4- Quanto ganha em média, com trabalho de catador de resíduos sólidos?

() até um salário mínimo () de dois a três salários mínimos
() mais de três salários mínimos

3.5- Após iniciar seu trabalho como catador de resíduos sólidos, se lembra de ter adquirido algum bem para você ou sua casa?

() sim () não . Se sim, qual ou quais? _____

3.6 – Trabalhando como catador de material reciclável, mantém crediário na cidade?

() sim () não

3.7 – Após iniciar essa atividade, abriu conta no banco?

() sim () não

Que tipo? _____

3.8 – O seu ganho mensal está sendo suficiente para pagar as contas básicas da família (aluguel, transporte, alimentação, vestuário, água, luz, gás, higiene, ...)?

() sim () não

3.9 – O jeito da empresa fazer o pagamento pelo material reciclado é claro?

() sim () não

3.10 – Gosta de trabalhar como catador de material reciclável?

() sim () não

3.11 – O que você espera do seu trabalho, de catador de resíduos, daqui para frente?

3.12 – Quem ou o que define o tipo de material a ser catado?

() o catador () a empresa () o valor do material

3.13- Quanto ao horário de trabalho, quem define?

() o catador () a empresa

3.14 – O Sr^(a) conhece a Cooperativa de Resíduos Sólidos de Tangará da Serra?

() sim () só ouviu falar () não conhece

3.15 – Acredita em trabalho cooperado?

() sim () não . Por que? _____

4. SOBRE TRABALHO INDIVIDUAL E COLETIVO

4.1 – O que é cooperação?

4.2 – O que é ser um bom trabalhador cooperado?

4.3 - O que é ser um bom dirigente de cooperativa?

4.4 – O que é cooperativa?

Apêndice E – Imagens dos catadores de resíduos sólidos na Coopertan



Apêndice F – Imagens dos mini-cursos trabalhados em agosto e outubro de 2009 com os cooperados da Coopertan



Apêndice G – Proposta de roteiro para instalação de coleta seletiva

A partir da realidade vivenciada junto ao empreendimento desde 2007, traça-se um roteiro que pode servir de direcionador para prefeituras e instituições que desejam instalar a coleta seletiva urbana nos municípios, com objetivo de buscar a melhor gestão e tratamento dos resíduos sólidos.

1º Processo: Investigação

A prefeitura municipal e as Instituições de Ensino e Pesquisa devem investigar se existe a presença de pessoas trabalhando na coleta de materiais recicláveis nos lixões, aterros sanitários ou mesmo se estão sendo exploradas por empresas privadas (desenvolvendo um trabalho insalubre, mal remunerado, sem direitos trabalhistas).

2º Processo: Mobilização

Esse processo consiste em mobilizar os catadores que trabalham individualmente nos lixões, aterros sanitários ou nas ruas a se unirem em um grupo que possa fazer a seleção do lixo doméstico.

Após a localização e mobilização dessas pessoas, é preciso que se trace o perfil desses catadores. O perfil é importante para que a linguagem na formulação da proposta seja clara e acessível a todos, ou a maioria em um primeiro momento. É importante que as pessoas tenham clareza do que é um empreendimento coletivo popular, as dificuldades burocráticas, quem poderá apoiar e ser um parceiro por um longo período.

3º Processo: Estrutura do município⁹

Esses trabalhadores normalmente não têm nenhuma reserva de dinheiro, eles trabalham para sobreviver e o ganho mensal é baixo. Nesse sentido, é preciso que as políticas públicas municipais ofereçam condições de trabalho. Para iniciar as atividades em parte do município (40% no máximo) será preciso:

- 1 caminhão médio (2 eixos) com uma carroceria em forma de gaiola aberta na parte superior;
- 9000 sacolas plásticas semanalmente;
- Prestação de serviço de um motorista;

⁹ A estrutura do município foi elaborada a partir da realidade de um município de aproximadamente 80.000 habitantes.

- Construção ou locação de um centro de reciclagem de aproximadamente 1500 metros quadrados em um terreno de aproximadamente 20.000 metros quadrados. Deve ter uma estrutura coberta, com banheiros feminino e masculino, sala para escritório e uma cozinha ou refeitório;
- 3 máquinas de prensar;
- 100 *beg's* grandes para separação dos materiais feitos de rafia;
- três mesas de madeira para separação dos materiais;
- EPI's para os trabalhadores;
- Programas de educação e mobilização da comunidade para realizar a coleta seletiva; (parceria)
- Prestação de serviço de um contador; (parceria)
- Contrato da prefeitura ou órgão de saneamento municipal com a cooperativa para coleta seletiva do município.
- Um escritório com mobiliário;

O orçamento abaixo na tabela 4 representa um indicador de investimento inicial mínimo para coleta seletiva em 40% do município por um período de um ano, levando em consideração uma cooperativa com 22 cooperados e o local alugado.

Quant.	Descrição	VI unitário	VI total
01	Caminhão 2 eixos (usado)	60.000,00	60.000,00
490.000	Sacolas a serem distribuídas para seleção resíduos nas residências	0,27	132.300,00
12	Aluguel estrutura	2.500,00	30.000,00
01	mobiliário completo para escritório (mesa, cadeiras, armário, computador, telefone, impressora)	3.700,00	3.700,00
03	Máquinas prensar	2.951,00	8.853,00
100	Begs rafia	10,00	1.000,00
03	Mesas madeira aprox. 5m	300,00	900,00
88	EPI's (luvas e botas, considerando quatro trocas no ano)	25,00	2.200,00
12	Salário para motorista	1.530,00	18.360,00
12	Contrato para pagamento mensal de prestação serviço com a cooperativa para coleta de 40%	7.500,00	90.000,00
12	Manutenção mensal caminhão	1.500,00	18.000,00
TOTAL			365.313,00

Tabela 4: orçamento inicial para coleta seletiva município de até 80.000 habitantes

4º Processo: maturação do grupo

Do período de mobilização dos trabalhadores até o início das atividades, possivelmente precisará de um período de seis meses. Os trabalhadores continuam realizando suas atividades e se reunindo para planejar como se constituirá a associação ou cooperativa, acompanhados por agentes da universidade, contando com a ajuda de instituições de ensino para trabalharem com a formação e esclarecimento junto aos trabalhadores em relação ao empreendimento, seus direitos e deveres, formas de organizar e dividir o trabalho, controles, Estatuto e Regimento Interno. No término do período de maturação o empreendimento deverá ter sido formalizado legalmente.

Esse período pode ser maior ou menor conforme maturidade do grupo e dependerá do número de desistências e adesões posterior a iniciar as atividades, no caso estudado o processo de maturação foi de dois anos e seis meses.

5º Processo: consolidação

Com a cooperativa regulamentada pode-se iniciar o processo de consolidação. Nesse processo a coleta seletiva deverá expandir para 100% da área urbana e o município poderá fazer um contrato para que a cooperativa adquira um segundo caminhão que será do empreendimento.

O município passa a pagar os serviços de coleta seletiva de todo o município para o empreendimento e a cooperativa passa a pagar um motorista (se não houver alguém habilitado no grupo), o contador e os impostos. O valor desse contrato deve ser suficiente para o grupo pagar o financiamento do caminhão adquirido, as despesas com combustível, impostos e sobrar um valor, que na divisão entre o grupo seja de aproximadamente um salário mínimo, para cada sócio da cooperativa. No caso descrito nesse estudo, o valor pago pela prestação de serviço da coleta seletiva no período de maturação, depois de 02 anos realizando a coleta seletiva em parte do município, foi de R\$ 19.500,00 mensal.

A estrutura oferecida pelo município no processo de maturação será:

- Um caminhão cedido;
- A prestação de serviço de dois motoristas;
- Uma média de 20.000 sacolas plásticas semanais;
- Continuidade dos programas de educação ambiental para a comunidade através das escolas e mídia;
- O contrato de prestação de serviço para coleta em todo o município.

O orçamento abaixo na tabela 5 representa um indicador da estrutura necessária em um período de um ano para fazer a coleta seletiva em 100% do município, a partir da realidade do estudo de caso realizado na COOPERTAN. Vale ressaltar que, não foram elencados valores de investimento em mídia, com publicidades de esclarecimentos para comunidade.

Quant.	Descrição	VI unitário	VI total
12	Contrato de parceria para coleta seletiva	19.500,00	234.000,00
1.200.000	Sacolas a serem distribuídas para seleção de resíduos nas residências	0,27	324.000,00
12	Salário para um motorista do caminhão cedido	1.530,00	18.361,00
01	Caminhão cedido	60.000,00	60.000,00
TOTAL			636.361,00

Tabela 5: Orçamento do investimento de um ano para coleta seletiva 100 % município

O grupo já deverá estar preparado para continuar com os controles e divisão do trabalho e a manutenção da cooperativa, incluindo a compra de EPI's, pagamento de INSS dos cooperados, contratação de terceiros se necessário, pagamento de impostos e outras despesas necessárias.

Contudo, as instituições de apoio deverão estar cientes que deverão estar acompanhando e dando continuidade ao processo de formação contínua ao grupo, se possível buscar apoio para alfabetizar e trabalhar questões técnicas de coleta, comercialização, segurança do trabalho, relações interpessoais, comunicação e outros conforme necessidades do grupo.

Observações operacionais:

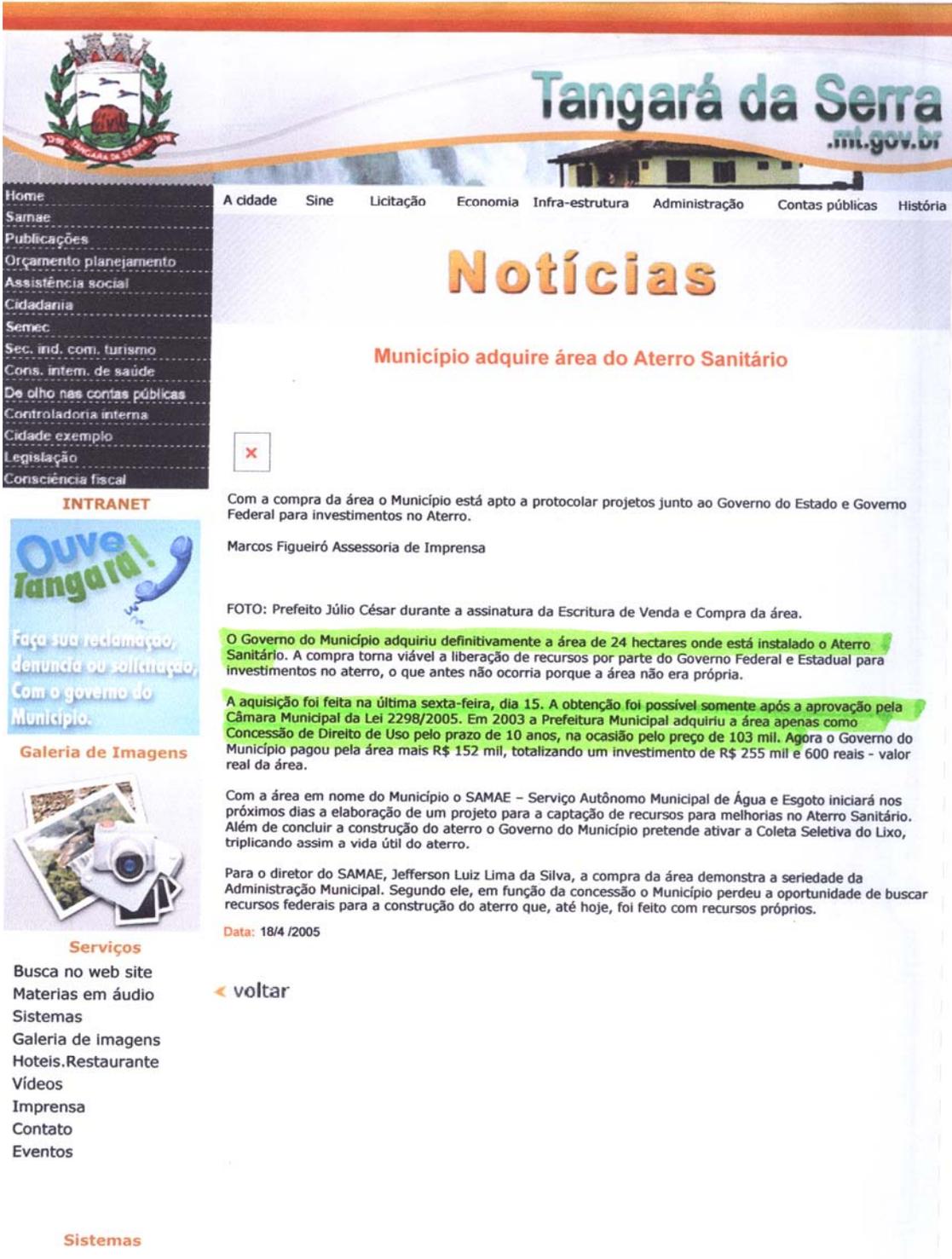
- O município pode ser dividido em setores N, S, W, E, cada setor tem um número de bairros. O caminhão da coleta seletiva passa uma vez por semana em cada bairro. Ex. Na segunda nos bairros da região N, na terça na região S, na quarta região W, na quinta região E, na sexta e sábado nas avenidas centrais. A cada sacola recolhida é entregue outra sacola para ser recolhida na semana seguinte.

- Para o lixo que não é seco ou reciclável o caminhão da coleta comum de lixo continua com sua programação normal, que normalmente é de duas ou três vezes por semana em cada bairro.

- Os valores de investimento do município na coleta seletiva em relação a estrutura e aos subsídios fornecidos a cooperativa nos primeiros anos de incubação serão revertidos em trabalho digno, educação ambiental e melhor uso dos aterros sanitários que custam caro para os cofres públicos.
- Os trabalhadores não explorarão mais o (s) aterro(s) sanitário(s) do município, apenas lidarão com a coleta seletiva, inclusive essa é uma cláusula que deve constar no contrato de prestação de serviços junto a cooperativa.

ANEXOS

Anexo A - Notícia da aquisição do terreno para construção do aterro sanitário de Tangará da Serra-MT



The screenshot shows the website for Tangará da Serra, Mato Grosso do Sul. The header includes the municipal coat of arms and the text 'Tangará da Serra .mt.gov.br'. A navigation menu lists various municipal services. The main content area features a news article titled 'Município adquire área do Aterro Sanitário'. The article text is partially highlighted in green, indicating the acquisition of 24 hectares for a sanitary landfill, a move that allows for federal and state investment. It mentions the approval by the City Council in 2005 and the subsequent purchase by the state government. A photo of Mayor Júlio César is mentioned as having signed the purchase deed. The article also notes that the SAMAE will begin work on water and sewage treatment in the coming days. The date of the article is listed as 18/4/2005.

Home
Samae
Publicações
Orçamento planejamento
Assistência social
Cidadania
Semec
Sec. ind. com. turismo
Cons. intem. de saúde
De olho nas contas públicas
Controladoria interna
Cidade exemplo
Legislação
Consciência fiscal

A cidade Sine Licitação Economia Infra-estrutura Administração Contas públicas História

Notícias

Município adquire área do Aterro Sanitário



Com a compra da área o Município está apto a protocolar projetos junto ao Governo do Estado e Governo Federal para investimentos no Aterro.

Marcos Figueiró Assessoria de Imprensa

FOTO: Prefeito Júlio César durante a assinatura da Escritura de Venda e Compra da área.

O Governo do Município adquiriu definitivamente a área de 24 hectares onde está instalado o Aterro Sanitário. A compra torna viável a liberação de recursos por parte do Governo Federal e Estadual para investimentos no aterro, o que antes não ocorria porque a área não era própria.

A aquisição foi feita na última sexta-feira, dia 15. A obtenção foi possível somente após a aprovação pela Câmara Municipal da Lei 2298/2005. Em 2003 a Prefeitura Municipal adquiriu a área apenas como Concessão de Direito de Uso pelo prazo de 10 anos, na ocasião pelo preço de 103 mil. Agora o Governo do Município pagou pela área mais R\$ 152 mil, totalizando um investimento de R\$ 255 mil e 600 reais - valor real da área.

Com a área em nome do Município o SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto iniciará nos próximos dias a elaboração de um projeto para a captação de recursos para melhorias no Aterro Sanitário. Além de concluir a construção do aterro o Governo do Município pretende ativar a Coleta Seletiva do Lixo, triplicando assim a vida útil do aterro.

Para o diretor do SAMAE, Jefferson Luiz Lima da Silva, a compra da área demonstra a seriedade da Administração Municipal. Segundo ele, em função da concessão o Município perdeu a oportunidade de buscar recursos federais para a construção do aterro que, até hoje, foi feito com recursos próprios.

Data: 18/4 /2005

[< voltar](#)

INTRANET

Ouve Tangará!

Faça sua reclamação, denúncia ou solicitação, Com o governo do Município.

Galeria de Imagens



Serviços

Busca no web site
Materias em áudio
Sistemas
Galeria de imagens
Hotéis.Restaurante
Vídeos
Imprensa
Contato
Eventos

Sistemas

Anexo B - Jornal Diário de Cuiabá: anúncio da regularidade do aterro sanitário de Tangará da Serra-MT

DIÁRIO DE CUIABÁ <small>CAPA</small>		Últimas Notícias
Quinta, 10 de setembro de 2009		Edição nº 11068
<ul style="list-style-type: none"> Edição de Hoje Primeira Página Política Economia Cidades Polícia Esportes Brasil Mundo DC Ilustrado Colunistas Cuiabá Urgente Editoriais Artigos E-Mail Índice Classificados Edições Anteriores 	<p>MEIO AMBIENTE 12/11/2004 19:55 Anterior Índice Próxima</p> <h3>Aterro sanitário de Tangará da Serra será monitorado pela Fema</h3> <p>Da Reportagem</p> <p>O aterro sanitário do município de Tangará da Serra (230km de Cuiabá), localizado na estrada da comunidade Boa Vista, a 8km do centro da cidade, foi inaugurado nesta sexta-feira (05). A inauguração foi realizada pela prefeitura e contou com a presença de técnicos da Fema (Fundação Estadual do Meio Ambiente), da regional de Tangará da Serra.</p> <p>Mais de 50 toneladas de lixo são recolhidas diariamente na cidade e, este lixo já está sendo descarregado em valas padronizadas com as normas ambientais.</p> <p>O Aterro Sanitário do município receberá o lixo que, por sua vez, será depositado em vala coberto por uma manta, com drenos para o chorume (líquido resultante da decomposição do lixo, que é 300 vezes mais poluente que o esgoto), que escorre em direção a um tanque de decantação e recircula por um período de um ano. Após isso, será enviado para os lagos de estabilização. Quanto ao lixo hospitalar, uma célula foi implantada especialmente para receber essa modalidade de lixo, que terá coletores especiais.</p> <p>Com o objetivo de proporcionar uma melhor qualidade de vida às pessoas que vivem da coleta de materiais recicláveis, mais conhecidos como "catadores", a Prefeitura Municipal resolveu incentivar e apoiar a criação da Cooperativa dos Catadores de Lixo. São aproximadamente 30 pessoas cadastradas para atuarem dentro do Aterro Sanitário, trabalhando na separação dos materiais recicláveis e posterior comercialização.</p> <p>Este projeto, elaborado pela Eng^a Sanitarista Sara Sueli Atilio e executado pelo Samae (Sistema Autônomo Municipal de Água e Esgoto), está sendo monitorado por técnicos da Unidade Regional da Fema de Tangará da Serra.</p> <p>O gerente regional da Fema de Tangará, Mathias Krause, que esteve na inauguração e aprovou a obra. "Muitos dos problemas de lixo em Tangará da Serra serão minimizados com o Aterro Sanitário funcionando de acordo com as normas ambientais vigentes e nós da Fema estaremos monitorando constantemente para que isso aconteça", disse. (Celeste Lustosa/Fema-MT)</p> <p style="text-align: right;">Anterior Índice Próxima</p> <p>Comentários Deixe aqui sua opinião sobre esse assunto</p>	
<p> Casa Fácil.TV (65) 3052-0306</p> <p><input type="text" value="Pesquisa"/></p> <p><input type="text" value="Busca Google"/></p>		<p>Últimas</p> <p>22:02 Previsão do tempo para este sábado 13, em todo o Estado de MT</p> <p>21:55 Futebol Feminino tem dois jogos neste domingo no Patronato, Coxipó</p> <p>21:49 Núcleo Setorial do Arroz promove curso e planeja criação de APL</p> <p>21:43 Cristo Rei encara Decar/Cidade Alta neste sábado no Ipase</p> <p>21:36 Empresários cuiabanos aprovam centro de lojas temático</p> <p> Casa Fácil.TV (65) 3052-0306</p> <p>Anúncios Google</p> <ul style="list-style-type: none"> Voos Cuiabá Moto MT MT II Casa Cuiabá Imoveis Cuiabá <p>21:28 Parlamentar quer discussão ampliada sobre os incentivos fiscais</p> <p>21:21 Governo do Estado promove atividades de combate ao diabetes</p> <p>21:13 Veja os números da Dupla-Sena sorteadas nesta sexta em Brasília</p> <p>21:06 Curso de pilotagem defensiva é neste sábado em Várzea Grande</p> <p>20:59 Ensino Religioso será valorizado em 2005 na rede estadual</p> <p>Tempo</p> <p>Cuiabá Min: 18° Max: 36° </p>
<p>Motorsenna.com Veículos e Informações </p>		

Anexo C- Jornal Diário da Serra: anúncio da responsabilidade dos municípios segundo a lei 7862/2002

Diário da Serra
ONLINE O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

Busca no site: Pesquisar .. Busca Avançada

Clube do Assinante | Espaço da Leitura | Fascivest | Expediente | Contato | Créditos

Diário da Serra
- GRÁFICA E EDITORA -
IMPRESSÃO COM QUALIDADE GARANTIDA

Cartões
Cartazes
Folders

Panfletos
Pastas
Flyers

Envelopes
Impressos
especiais

Av. Tancredo Neves, 1247-A, Jd. do Lago - 95 3026-4134

Tangará da Serra-MT, 16 de agosto de 2009 | 130 leitores Online.

- Tangará da Serra
- Mato Grosso
- DS Artigos
- DS Cultura
- DS Curtas
- DS Economia
- DS Esportes
- DS Geral
- DS Leitor
- DS Policial
- DS Política
- DS Rural
- DS Social
- DS Educação
- DS Saúde
- DS Cinema
- DS Classificados
- DS Nacionais
- Publicidade Legal
- DS Vídeos

Mato Grosso

... Página Inicial | Notícias de Mato Grosso | Notícia

Mato Grosso recolhe só 35% do lixo produzido

Redação Folha do Estado - Data do Artigo: 14/7/2009

Mato Grosso está entre os estados que pior lidam com o lixo que produzem, revela estudo da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), pois não coleta nem 65% das 2,85 mil toneladas aqui produzidas diariamente. Em Cuiabá, apesar da situação não chegar ao ponto de Colniza (pior município do Brasil tanto em coleta quanto em destinação adequada, pois produz 2,7 toneladas/dia, não coleta nem 50% dele e ainda utiliza-se de um lixão para destinar tudo que recolhe), a situação também não é a ideal, pois, segundo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), a capital coleta "entre 400 e 470 toneladas diariamente", mas produz 526,8 toneladas de resíduos sólidos todo santo dia. Ou seja, entre 56,8 e 126,8 toneladas de lixo seguem rumo ignorado todos os dias.

São recolhidas 5 toneladas de resíduo sólido de saúde por dia. E o número é uma projeção, considerando-se ter a Sema dado início somente no ano passado a um inventário da produção dos municípios. "Esses resultados ainda não estão totalmente computados", diz a coordenadora de gestão de resíduos sólidos, Solange Cruz. "A Sema vem trabalhando há tempos nessa questão de licenciamento e fiscalização das atividades de coleta. No início de 2008, a secretaria contratou o IEL [Instituto Euvaldo Lodi] para fazer o inventário de resíduos urbanos, dos serviços de saúde e também de resíduos industriais, mas tudo ainda está sendo analisado para ser disponibilizado à população e para a Sema saber quais atitudes tomar", continuou.

Quanto aos outros números apresentados pela Abrelpe e pelo IBGE – uma de suas pesquisas estima que cada brasileiro produz um quilo de lixo por dia, na qual a reportagem baseou-se para chegar aos números totais –, Cruz argumenta serem essas informações referentes a 2004 e 2005, apesar de publicadas em 2007. "Cuiabá não cobre 100% de sua produção, mas o que é coletado é devidamente manejado ao ser levado para o aterro sanitário".

De outra parte, o secretário municipal de Infraestrutura, Josué de Souza Junior, disse que o município está fazendo um levantamento de novas áreas para apresentação de um Estudo de Impacto Ambiental e também um Relatório (EIA/RIMA) para a criação de novos aterros sanitários, além da estruturação, melhora e criação de novos centros de reciclagem.

Argumentou também que a prefeitura trata de forma adequada todo o processo de coleta do lixo, apesar de reconhecer que algumas falhas persistem, porém, estas são

Publicidade

Publicidade

DismeQ

Parecis

ELÉTRICA PADRÃO

minimizadas e há trabalho em andamento para dirimi-las. "Os bairros onde funcionam esses centros de reciclagem já estão dentro de um padrão de sustentabilidade; por enquanto, são apenas quatro cooperativas, mas o objetivo é chegar a pelo menos 20", argumenta.

Segundo a Abrelpe, 10 milhões de toneladas de resíduos deixam de ser coletados no Brasil todos os anos. Na região Centro-Oeste, só 13% eram coletados em 2007.

RECICLAGEM - Método é o melhor no manejo dos resíduos

Uma das alternativas para o manejo adequado dos resíduos sólidos e com o menor impacto ambiental é a coleta seletiva. Nela, o lixo é separado em resíduos úmidos (todo resto de comida e papéis utilizados nos banheiros) e resíduos secos (todos os outros papéis, plásticos, garrafas e embalagens).

Nesse processo, o material reciclável é colocado em esteiras e o material orgânico vai para bioestabilizadores para passar por sua estabilização biológica e homogeneização (mistura) física, resultando, no final do processo, um composto orgânico ainda semicurado mas já pronto à normalização da atividade biológica, por processo de "envelhecimento" ao tempo. A partir daí, essa sobra pode ser utilizada como adubo após novo trato químico. O que sobrar vai para queima.

É uma técnica cara (envolve caminhões prontos a receber resíduos em diferentes compartimentos) e demorada, dependente da conscientização das pessoas para separar material reciclável de composto orgânico.

Inventada por alemães e suíços ainda em princípios do século 20, permanece como das poucas alternativas viáveis, pois apenas 5% do que sobrar após as separações e compactações vai ser efetivamente queimado, mas o problema é que vai o CO₂, dióxido de carbono, atual flagelo da atmosfera e da humanidade, potencializadora do aquecimento global.

Fiscalização será reforçada

Além de prometer aperfeiçoar o suporte às cooperativas de catadores de material reciclável, prefeitura e Estado garantem que vão apertar a fiscalização nas diferentes partes do encaminhamento dos resíduos logo após eles saírem das casas dos cuiabanos e mato-grossenses. "O Estado já notificou todos seus municípios, porque a responsabilidade quanto ao resíduo urbano é do poder local", explica Solange Cruz, da Serna. A secretaria estadual é a responsável pela fiscalização, mas o ônus de gerenciar é do município, segundo a Lei 7.862/2002".

O titular da Seminf, Josué de Souza Junior, disse que além de melhorar a reciclagem,

a prefeitura pretende criar os chamados "Ecopontos", locais espalhados pela cidade onde moradores vão tomar consciência de como separar adequadamente seu lixo e também transportar para lá a parte reciclável assim que for criada uma linha sistematizada de coleta. Essa sistematização já está em andamento. Prazo para entrada em operação? "Até o final deste ano. Também estamos intensificando a fiscalização sobre as empresas que comercializam o material reciclado", garantiu o secretário.

A parte humana envolvida hoje na separação dos resíduos sólidos ainda exhibe um duro caráter de sofrimento e baixos ganhos. Entre os muitos contatados pela reportagem, encontramos Wilson (nome fictício), 11 anos, a trabalhar no aterro sanitário, para onde vai essencialmente sobra de construções. Ele vai lá em busca de ferro e cobre. "Chego aqui às 6 horas da manhã quando estou de férias, como agora. Fico até o anoitecer". E você não almoça? "Só quando chego em casa". Também não havia água à vista. Faturamento mensal? "Acho que uns 200, 300 reais".

Do outro lado da ponte, em Várzea Grande, a situação é um tanto pior. Em meio ao cheiro forte e às revoadas de urubus e outras aves de rapina, um dos recicladores nos chama. "Pergunta pro Tião [Zaeli, vice-prefeito] quando é que vamos receber o ônibus e o galpão que ele prometeu pra nós aqui, quando tava em campanha, porque estamos esperando até hoje", pede o rapaz de 20 anos e uma jornada diária de pelo menos 10 horas. Todo dia, exceto domingo.

Informações adicionais:

Edição Impressa: desde 11/11/1996 | Edição on-line: desde 06/09/1997 © 1997/2005 | Resolução Mínima de 800x600 © Copyright 2007

Anexo D – Lei nº 2460/2005: política municipal de fomento a economia solidária em Tangará da Serra- MT



Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

ESTADO DE MATO GROSSO

Avenida Brasil, nº 50 W - Centro - Cep. 78300-000 - Tangará da Serra - Mato Grosso
 cpd@tangaradaserra.mt.gov.br - www.tangaradaserra.mt.gov.br
 Fone (65) 3326-1121 – Fax (65)3326-4790

LEI Nº 2.460/2005, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2005.

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE FOMENTO À ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o que dispõe no Artigo 63 da Lei Orgânica Municipal, aprovou, de autoria do vereador **JOSÉ JACONIAS DA SILVA**, e;

O Senhor **JÚLIO CÉSAR DAVOLI LADEIA**, Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, sanciona a seguinte Lei;

Artigo 1º - A política municipal de fomento à economia popular integrará a política de desenvolvimento municipal de Tangará da Serra, e visará o fomento às empresas, cooperativas, redes e empreendimentos de autogestão que compõem o setor da economia popular solidária, incentivando a sua difusão, sustentabilidade e economia.

Artigo 2º - O setor da economia popular solidária é formado por empresas, cooperativas, redes de empreendimentos de autogestão que preencham cumulativamente os seguintes requisitos:

I – sejam organizados sob os princípios da cooperação, da solidariedade, da autogestão, da sustentabilidade econômica e ambiental e da valorização do ser humano e do trabalho;

II – cujo objetivo, patrimônio e os resultados obtidos sejam revertidos para melhoria, sustentabilidade e distribuição de renda entre seus associados;

III – que tenham por instância máxima de deliberação, para todos os fins, a assembléia periódica de seus associados, onde todos tenham direito a voz e a voto, e por instâncias intermediárias aquelas que garantam a participação direta dos associados de acordo com as características de cada empreendimento;

IV – que adotem sistemas de prestação de contas detalhadas de acordo com as necessidades e interesse dos associados;

V – cujos sócios sejam seus trabalhadores, produtores usuários ou gestores;

VI - Cuja maior remuneração, com base no trabalho, não seja superior a seis vezes a menor remuneração;



Prefeitura Municipal de Tangará da Serra
ESTADO DE MATO GROSSO

Avenida Brasil, nº 50 W - Centro - Cep. 78300-000 - Tangará da Serra - Mato Grosso
cpd@tangaradaserra.mt.gov.br - www.tangaradaserra.mt.gov.br
Fone (65) 3326-1121 – Fax (65)3326-4790

§ 1º – Serão considerados ainda, integrantes da Economia Popular Solidária, como entidades de apoio, aquelas organizações e instituições, sem fins lucrativos, que formulam, fomentam e apóiam a Economia Popular Solidária.

Artigo 3º - São objetivos da Política Municipal de Fomento às Cooperativas e Empresas de Autogestão que integram a Economia Popular Solidária:

I – promover e difundir os conceitos de associativismo, solidariedade, autogestão, desenvolvimento sustentável e de valorização das pessoas e do trabalho;

II – proporcionar a criação e manutenção de oportunidades de trabalho e a geração e distribuição de renda;

III – estimular a produção e o consumo de bens e serviços oferecidos pelo Setor da Economia Popular Solidária.

Artigo 4º - São instrumentos da Política Municipal de Fomento às Cooperativas e Empresas de Autogestão que integram a Economia Popular Solidária:

I - educação, formação e capacitação técnica para cooperação e autogestão;

II - assessoria técnica para elaboração de projetos econômicos;

III - apoio à promoção comercial e constituição de demanda através de assessoria técnica, abertura de mercados, compras governamentais e estímulo ao consumo dos produtos da economia popular solidária;

IV - apoio à pesquisa, à inovação, desenvolvimento e transferência de tecnologias apropriadas aos empreendimentos;

V - incubação e apoio técnico para criação de novas cooperativas e empresas de autogestão;

VI - apoio técnico e financeiro à recuperação e à reativação de empresas por trabalhadores;

VII - apoio jurídico e institucional à constituição de cooperativas e empresas de autogestão;

VIII - financiamento, incentivos e fomento a investimentos e à constituição de patrimônio;



Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

ESTADO DE MATO GROSSO

Avenida Brasil, nº 50 W - Centro - Cep. 78300-000 - Tangará da Serra - Mato Grosso
 cpd@tangaradaserra.mt.gov.br - www.tangaradaserra.mt.gov.br
 Fone (65) 3326-1121 – Fax (65)3326-4790

IX - disponibilização de linhas de crédito adequadas às especificidades das cooperativas e das empresas de autogestão, especialmente no que se refere ao valor das taxas de juros, a disponibilização de garantias e a itens financiáveis;

X - cedência, sob a forma de comodato, de máquinas, equipamentos e acessórios, integrantes do patrimônio do Município.

Artigo 5º - A Política Municipal de Fomento às Cooperativas e às Empresas de Autogestão será implementada através de um Sistema Municipal, com a finalidade de planejar e realizar a Política prevista nesta Lei, diretamente ou através de convênios ou instrumentos similares, através das seguintes instituições:

I – Município de Tangará da Serra, através de seus órgãos da administração direta e indireta;

II – Universidades, Instituições Tecnológicas e de Pesquisa;

III - Instituições Financeiras que disponibilizem linhas de crédito;

IV - Entidades de Apoio e outras entidades públicas e entidades privadas sem fins lucrativos, que atuem com os propósitos previstos nessa Lei.

Artigo 6º - Os empreendimentos da Economia Popular Solidária terão prioridade e critérios diferenciados para a obtenção de incentivos ao investimento e à fixação de atividades econômicas, conforme regulamentação, através de decreto expedido pelo Poder Executivo Municipal.

§ 1º – A preferência a que se refere o caput deverá ser especificada nas leis que tratam dos incentivos e suas regulamentações posteriores.

Artigo 7º - O Município apoiará e promoverá pesquisas, desenvolvimento e transferência de tecnologias adequadas às necessidades dos empreendimentos da Economia Popular Solidária.

Artigo 8º - A aplicação da Política Municipal de Fomento às Cooperativas e Empresas de Autogestão que integra a Economia Popular Solidária será organizada e acompanhada por um Conselho Municipal, de composição tripartite e paritária, formada por representantes do Município, das Entidades de Apoio e dos trabalhadores da Economia Popular Solidária, conforme disposto em regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo.

Artigo 9º – O Conselho Estadual da Economia Popular Solidária terá as seguintes atribuições:

Anexo E- Anuncio da intenção de organização da cooperativa



Tangará da Serra
.mt.gov.br

Home | A cidade | Sine | Licitação | Economia | Infra-estrutura | Administração | Contas públicas | História

Home
Samae
Publicações
Orçamento planejamento
Assistência social
Cidadania
Semec
Sec. ind. com. turismo
Cons. intem. de saúde
De olho nas contas públicas
Controladoria interna
Cidade exemplo
Legislação
Consciência fiscal

Notícias

SAMAE quer organizar Cooperativa de Catadores

Foi realizada na noite de ontem, no Centro Cultura, uma reunião entre a direção do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAMAE) e os 30 integrantes da Cooperativa de Catadores de Lixo de Tangará da Serra. Na reunião foi discutido o trabalho que será realizado pela cooperativa no novo Aterro Sanitário. Além de discutir o funcionamento da cooperativa, os participantes da reunião trataram ainda sobre a documentação da cooperativa.

Data: 7 /1 /2005

[< voltar](#)

INTRANET



Faça sua reclamação, denúncia ou solicitação, Com o governo do Município.

Galeria de Imagens



Serviços

- Busca no web site
- Materias em áudio
- Sistemas
- Galeria de Imagens
- Hotéis.Restaurante
- Vídeos
- Imprensa
- Contato
- Eventos

Sistemas

Anexo F – Edital de convocação de assembléia geral



CÂMARA MUNICIPAL
Tangará da Serra Estado de Mato Grosso

PODER/ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
ASSUNTO : RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
PERÍODO : 01/09/2004 a 31/12/2004

Em cumprimento ao que dispõem os artigos 54 e 55 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, publicada no DOU de 5 de maio de 2000, apresentamos o Relatório de Gestão Fiscal, relativo ao 3º. Quadrimestre do exercício de 2004, contendo os dados acumulados, com os respectivos comparativos e demonstrativos a seguir:

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (Base de cálculo)	R\$	48.111.355,74
COMPARATIVOS		
	VALOR - R\$	(%)
- Inscio I, "a"	Despesas Totais com Pessoal	263.916,44
	Limite Legal	2.946.681,35
	Excesso a Regularizar	0,00
	Despesa Líquida com Inativos e Pensionistas	0,00
	Limite Legal	0,00
Excesso a Regularizar	0,00	
- Inscio II	Medidas adotadas ou a adotar diante dos excessos acima demonstrados:	
R\$		
- Inscio III, "a"	Disponibilidades financeiras em 31/12/2004	
	Caixa	187,45
	Bancos - C/Movimento	152.356,54
	Bancos - C/Vinculadas	
	Total	152.543,99
- Inscio III, "b"	Despesas inscritas em Restos a Pagar:	
	Processadas	0,00
	Não Processadas	0,00
	Total	0,00

Rua Júlio Marins Benevides, 185-S - ☎ 65-326-1514 - 78300-000 Tangará da Serra-MT

Tangará da Serra, 31 de Dezembro de 2004



MOYSES SANTOS DURÃES
Presidente



VALDENIR CARLOS ALBERTI
Vice Presidente



SÉRGIO MATTES
1º. - Secretário



ODETE LUIZA FERRAZ RIBEIRO
2º. - Secretário

RESPONSÁVEL (EIS)

#Nome: JOSE LANDIM ANDRADE End. RUA SEBASTIAO MANOEL MAGALHÃES End. AV PIROTELA Nº 1700-1000 Cidade: TANGARA DA SERRA - MT Data 17/01/05 Titulo DPI Nº 11210 Veto 08/01/05 Apres BANCOS CONTINI E CIA LTDA Valor Tit 74,40 Emol 16,10 C

#Nome: DROGARIA TANGARA LTDA End. AV PIROTELA Nº 1700-1000 Cidade: TANGARA DA SERRA - MT Titulo DPI Nº 8054/01 Veto 07/01/05 Apres HSBC BAN DIST DE MEDICAMENTOS CAMPOS LTDA Valor Tit 2,72 Tot a Pagar 778,91.

#Nome: SEBASTIAO MANOEL MAGALHÃES End. CPF/CNPJ: 149.372.719-20 Cidade: TANGARA DA SERRA - MT 01/05 Titulo DPI Nº 704/3 Veto 04/01/05 Apres BANCO ITA TECN E INFORMATICA LTDA Valor Tit 165,00 Emol 23 188,03.

#Nome: MARIA SILVANIA ROZENDO DA SILVA End. CPF/CNPJ: 701.041.311-87 Cidade: TANGARA DA SERRA - MT 01/05 Titulo DPI Nº 30959 Veto 22/11/04 Apres HSBC BAN FORTE COML LTDA Valor Tit 500,59 Emol 61,50 CPME

Os interessados acima relacionados deverão comparecer à W - Centro, nesta cidade, a fim de efetuar o pagamento ou out (1º) dia útil seguinte da data desta publicação, no horário: telefone: 339-1409.

Tangará da Serra -MT 20 de Janeiro de 2005
Rivânia Heleisa de Almeida C. Di
CPF - 569.997.631-00
Tabeliã Substituta

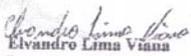


**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2005
PARA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

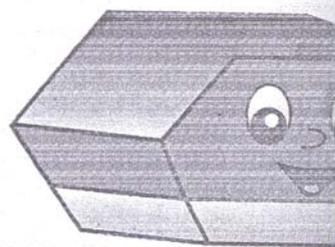
A Diretoria da Cooperativa de Reciclagem do Aterro Sanitário do Município de Tangará da Serra, por intermédio de seu Presidente, Sr. Elvandro Lima Vianna, ora representante legal da Cooperativa acima citada, CONVOCA todos os Catadores de Materiais Recicláveis do Aterro Sanitário para a ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA a ser realizada no DIA 10 DE FEVEREIRO DE 2005, nas dependências da CÂMARA MUNICIPAL de Tangará da Serra, no HORÁRIO DAS 19:00 HORAS, para tratar e discutir a seguinte ordem do dia:

1. Fundação da Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis do Aterro Sanitário;
2. Leitura, discussão e aprovação do Estatuto Social;
3. Eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal; e
4. Assuntos Diversos.

Tangará da Serra, 20 de janeiro de 2005.



Elvandro Lima Vianna
Representante Legal



TIRENTU
LIMPEZA E TRANSPORT




LOCAÇÃO DE CAÇAM
3m³ • 4m³ •

VENDAS DE: AREIA • BRITA

TELEFAX: 326-2

Av. Lions Internacional, n.º 155-W - Bairro C

Anexo G –Jornal Diário da Serra: notícia sobre a cooperativa

Fone (65) 3326-4724
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Jd. do Lago I
www.diariodaserra.com.br

Diário da Serra
Diário da Serra
ON LINE O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

Busca no site:

Clube do Assinante | Espaço da Leitura | Fascivest | Expediente | Contato

Diário da Serra
- GRÁFICA E EDITORA -
IMPRESSÃO COM QUALIDADE GARANTIDA

Cartões
Cartazes
Folders

Panfletos
Pastas
Flyers

Ei
lr
e:

Av. Tancredo Neves, 1247-W, Jd. do Lago

Tangará da Serra-MT, de de | 123 leitores Online.

- Tangará da Serra
- Mato Grosso
- DS Artigos
- DS Cultura
- DS Curtas
- DS Economia
- DS Esportes
- DS Geral
- DS Leitor
- DS Policial
- DS Política
- DS Rural
- DS Social
- DS Educação
- DS Saúde
- DS Cinema
- DS Classificados
- DS Nacionais
- Publicidade Legal
- DS Vídeos

Tangará da Serra

...: Página Inicial | Notícias de Tangará da Serra | Notícia

Associação dos Catadores: o sucesso poderia ser maior

Redação DS - Data do Arquivo: 14/6/2005

Com um quadro de 25 funcionários, a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis Cooperat - é um exemplo de sucesso em Tangará da Serra, que vem confirmar a assertiva: espaço para o trabalho é uma questão de vontade, determinação e cooperação.



Disposição para o trabalho é o que não falta para a equipe dos catadores. Mesmo sem toda a infraestrutura necessária, eles dão sempre um jeitinho para cumprir sua tarefa. Um exemplo: na falta de uma prensa para latas de ferro, os funcionários chegam a colocar as latas na entrada do aterro sanitário e contam com a colaboração dos motoristas dos caminhões, que ajustam a pontaria e passam por cima da lataria vazia.

O presidente da associação, Evandro Lima Viana, disse à reportagem do Diário da Serra que a prensa para latas de ferro seria muito útil pois, além de reduzir o trabalho, uma grande quantidade de latas de ferro deixaria de atulhar o aterro sanitário e seria reaproveitada, promovendo aumento de renda e preservação do meio ambiente. É importante saber que cada quilo desse material gera ganho em torno de R\$ 0,13 e com a prensa seria possível comercializar aproximadamente 5.000 quilos ao mês no comércio local.

O responsável pela associação disse ainda que a maior dificuldade que estão enfrentando é com relação à documentação da empresa e que já cansaram de esperar o apoio do governo municipal e até agora não foi solucionado o problema. Ele disse ainda que todos os catadores aguardam que o projeto do SAMAE seja concretizado na totalidade. Eles sentem falta de um lugar adequado para se alimentarem e de uma cantina, e aguardam o fechamento das paredes do barracão e o plantio de árvores.

MAIS CINCO VAGAS: Com a legalização da documentação, os catadores poderiam ter um vínculo empregatício legal, e poderiam também, representados pelo seu presidente, adquirir recursos junto a alguma entidade financeira para a compra de um caminhão. Esse veículo, que ainda é um sonho, já tem trabalho esperando: catação de recicláveis na cidade e também nas empresas que cooperam doando materiais, e ainda para transporte dos funcionários. Com o caminhão, mais cinco funcionários seriam contratados.

Anexo H – Página municipal: notícia da associação de catadores de resíduos sólidos



Tangará da Serra
mt.gov.br

Home A cidade Sine Licitação Economia Infra-estrutura Administração Contas públicas História

Samae
Publicações
Orçamento planejamento
Assistência social
Cidadania
Semec
Sec. ind. com. turismo
Cons. intem. de saúde
De olho nas contas públicas
Controladoria interna
Cidade exemplo
Legislação
Consciência fiscal

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Associação de Catadores de Material Reciclável de Tangará da Serra - ASCAMARTAS

A realidade social brasileira é caracterizada pela crescente exclusão das camadas menos favorecidas da população ao acesso à educação, à saúde e ao emprego, de forma a suprir as necessidades básicas e imediatas para a sobrevivência. O processo histórico de constituição das relações de trabalho, no Brasil, foi extremamente perverso desde a colonização até a crise estrutural do emprego nas últimas décadas. Essa crise modificou a relação entre emprego e renda caracterizada pela formalização dos postos de trabalho, abrindo espaço para a relação entre trabalho e renda que prima pela informalidade principalmente tributária. A busca pelas diferentes modalidades de trabalho seja individual ou associativo remete a novas reflexões dessa dinâmica da sociedade moderna. Em Tangará da Serra, município localizado no Sudoeste do Estado do Mato Grosso, as questões referentes às relações de trabalho se desdobram no sentido historicamente influenciado pelas transformações estruturais e conjunturais no país.

Um caso de destaque foi o processo de formação da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis do Município. Trabalhadores excluídos do processo formal se auto-organizam buscando, essencialmente, gerar renda e garantir a subsistência de suas famílias. Desde 1997, no Antigo "Lixão" da cidade, a coleta de materiais recicláveis era realizada em condições de trabalho muito difíceis. O "Lixão" era localizado entre 08 e 10 km da cidade e, devido à distância, os trabalhadores tinham que pegar carona ou mesmo caminhar até o local. No "Lixão", os materiais mais coletados eram plástico, latinha de alumínio e cobre, que possuíam maior valor para a venda. Havia muita terra misturada no material dificultando o aumento na quantidade e, principalmente, na qualidade que agregava maior valor. A média de renda naquele período era de R\$ 500,00 a R\$ 700,00. Em novembro de 2004, com a construção do Aterro Sanitário, os catadores foram deslocados do local de origem recebendo estrutura (construída pela Prefeitura Municipal) para melhor aproveitamento dos materiais. Foi construído um galpão para separação do material e dois vestiários (masculino e feminino), para tomarem banho e guardarem roupas. Além disso, foi disponibilizada uma prensa para compactar o material. O SAMAE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto) também disponibiliza caminhão para o transporte do material do Aterro até o galpão, facilitando e otimizando a catação. Mesmo com as melhorias, o transporte para o Aterro Sanitário (6 km da cidade) ainda é feito por carona, à pé ou bicicleta. Devido às melhorias atuais em relação à situação antiga, o trabalho individualizado no "Lixão", transformou-se em trabalho associativo com a participação de 23 pessoas na fundação da Associação de Catadores de Material Reciclável de Tangará da Serra – ASCAMARTAS – que adquiriu legalidade no dia 17 de Julho de 2005. O Aterro Sanitário possibilita maior volume de materiais e, conseqüentemente, o aumento do número de associados. Atualmente, a Associação possui 28 associados, trabalhando com 02 prensas (01 emprestada e 01 fornecida pelo SAMAE), para maior agilidade no processo. Com a criação do Programa de Reciclagem (Tangará Recicla) a qualidade do material e do trabalho está melhorando, pois o material chega mais limpo e direto no galpão diminuindo a necessidade do trabalho direto nas células do Aterro. Apesar da coleta seletiva melhorar as condições de trabalho no Aterro, ela abrange apenas 04 Bairros na cidade. Com menos de um ano no Aterro, a Associação enfrenta vários problemas referentes à comercialização e auto-organização como: faltas frequentes de associados, baixa no preço dos materiais, falta de regras quanto a horas trabalhadas, esforço diferenciado para o trabalho. A Associação espera para o futuro uma melhor perspectiva para os preços dos materiais, que a coleta seletiva se amplie para toda a cidade e que consigam transporte da cidade para o Aterro. Tudo isso visa melhorar as condições de trabalho e gerar mais renda (que varia hoje entre R\$ 300,00 e R\$ 600,00) garantindo melhor qualidade de vida para todos os Associados.

< voltar

INTRANET

Ouve Tangará!

Faça sua reclamação, denúncia ou solicitação, Com o governo do Município.

Galeria de Imagens



Serviços

Busca no web site
Materias em áudio
Sistemas
Galeria de imagens
Hotéis.Restaurante
Vídeos
Imprensa
Contato
Eventos

Sistemas

Anexo I – Primeira registro de reunião dos apoiadores da cooperativa



Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas Sobre o Trabalho
 Universidade do Estado de Mato Grosso
 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
 Núcleo Unitrabalho – Unemat
 Campus Universitário de Tangará da Serra
 Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade no Mundo do Trabalho
NECOMT



Reunião: Desenvolvimento Rural Sustentável/Banco do Brasil S.A

Participantes:

Representante do BB: José Pereira Filho

Representante do Necomt e do Departamento de Administração: prof. Sandro B. Sguarezi

Representante do Departamento de Biologia: prof. Vitor

Representante do SAMAE: Jéferson Luiz Lima da Silva e Elis

Representante da Câmara de Vereadores: Vereador Pedrinho

Representante da D. E. Siebert Consultoria Ambiental e Agrônômica Eng. Décio Siebert

Data: 26/10/2005

Horário: 16:00h

Local: SAMAE - Sala Da diretoria (Escritório: Vila Alta)

Abertura e desenvolvimento da reunião

Na reunião, o representante do Projeto Desenvolvimento Regional Sustentável-DSR, proposto pelo Banco do Brasil/AS, fez uma breve exposição do projeto dizendo que:

São duas as linhas do projeto, uma urbana outra rural. E que o Projeto da linha urbana está voltado para a Reciclagem do Lixo em Tangará da Serra-MT, mais precisamente para a organização dos catadores e a melhoria da infra-estrutura do empreendimento.

Os princípios do projeto são de que esses empreendimentos devem ser: socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente correto e culturalmente diversificado. Não é uma ação filantrópica do Banco do Brasil, é uma parceria com várias instituições no sentido de empoderar os empreendimentos via crédito pago – bancarização – ou seja, a proposta é incubar o empreendimento até o momento em que “ele consiga andar com suas próprias pernas”.

O representante do SAMAE, senhor Jéferson Luiz Lima da Silva expôs a proposta de Reciclagem desenvolvida pela Prefeitura Municipal com apoio de suas secretarias e do SAMAE. Falou que a Associação dos Catadores de Lixo têm aproximadamente 28 associados e que seria interessante eles se organizarem em torno de uma cooperativa. Ressaltou também que o Projeto de Reciclagem atualmente desenvolvido em sete bairros deve ser ampliado ao longo da Avenida Brasil e adjacentes. Ressaltou que o programa de educação e conscientização é a base do projeto e para isso a participação da UNEMAT é extremamente importante.



Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas Sobre o Trabalho
 Universidade do Estado de Mato Grosso
 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
 Núcleo Unitrabalho – Unemat
 Campus Universitário de Tangará da Serra
 Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade no Mundo do Trabalho
NECOMT



O representante da D. E. Siebert Consultoria Ambiental e Agronômica Eng. Décio Siebert, enfocou a importância de trabalhar com uma proposta que considere a reciclagem de todo o tipo de lixo, inclusive pneus – que depois de triturados podem ser utilizados para a construção de asfalto –, bem como, falou da importância de envolver as iniciativas empresariais que atuam com lixo reciclado, como é o caso da Somalux que atua com a produção a partir de alumínio reciclado. Também enfocou a possibilidade de Tangará da Serra, ser beneficiada com a instalação de uma das oito iniciativas que o Governo Estadual está pensando nessa área, frisando que o empresário Antonio Carlos Cabral teria essas informações e está trabalhando nessa possibilidade.

O representante do Necomt e do Departamento de Administração professor Sandro B. Sguarezi, falou que o compromisso do Núcleo é com a incubação de empreendimentos solidários autogestionados e que deve levar a proposta para análise do Núcleo e da Empresa Junior do Departamento de Administração, que pode atuar nas áreas de: planejamento da produção, finanças, contabilidade, desenvolvimento de sistemas gerenciais, qualificação e gestão de pessoas e marketing. Frisou ainda a necessidade de se trabalhar com os princípios da inclusão social, democracia, autogestão, mercado justo e economia solidária. Sguarezi ressaltou ainda que a UNEMAT através do Necomt estará desenvolvendo em parceria com a Prefeitura o Curso de Pós Graduação e Aperfeiçoamento em Economia Solidária, que é uma iniciativa educacional que vai ao encontro dessas demandas.

Representante do Departamento de Biologia: prof. Vitor, falou que o projeto pode ser bom para os Departamentos de Agronomia e Biologia, que entre outras atividades podem estar trabalhando com a reciclagem do composto orgânico, que segundo Siebert pode ser enriquecido e comercializado junto às propriedades da região. Já o professor Sandro ressaltou a possibilidade desse composto estar sendo utilizado pela agricultura familiar na produção orgânica de alimentos.

José Pereira Filho, frisou também que o objetivo do Banco do Brasil não é promover a filantropia, o Banco está à procura de parceiros comerciais, e que deseja uma participação ativa de todos os atores envolvidos, cobrando a participação de todos os Departamentos da UNEMAT, o mesmo sugeriu que irá propor uma reunião entre a Coordenação e os Departamentos para garantir uma participação significativa da universidade nesse Projeto, dada a sua relevância social. Pereira, ficou de encaminhar documentos que versam sobre o DSR para o estudo dos parceiros, também informou que já cadastrou o Projeto na plataforma do Banco e está aguardando o resultado da avaliação, mas acredita que devido a sua importância o projeto deve receber parecer favorável, e



Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas Sobre o Trabalho
Universidade do Estado de Mato Grosso
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Núcleo Unitrabalho – Unemat
Campus Universitário de Tangará da Serra
Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade no Mundo do Trabalho
NECOMT



ainda acredita que dependendo das características e da avaliação da Fundação Banco do Brasil ela pode se tornar parceira.

Encaminhamentos

Ficou definido que logo após a avaliação do Projeto DRS/BB os parceiros vão se reunir novamente para traçar um plano de trabalho, definir o papel de cada um, bem como encaminhar a realização de um diagnóstico que enfoque: a produção, as diferentes iniciativas que atuam no setor e o convite para novos parceiros. Como a Associação Comercial, o Charreteiros e outras pessoas e empresas que atuam na coleta ou transformação de produtos reciclados.

Anexo J –Jornal Diário da Serra: assinatura de termo de compromisso interinstitucional

Tangará da Serra, segunda-feira, 17 de março de 2008

Cidade

Diário da Serra

Escola de Governo forma servidores públicos em Tangará da Serra

A solenidade contou com a presença do diretor da Escola de Governo Almir Balieiro

LUCÉLIA ANDRADE / Redação DS

A Escola de Governo do Estado de Mato Grosso, formou na noite do último sábado, 39 servidores públicos municipais que fizeram o curso de aperfeiçoamento em 'Administração Pública', ministrado no município de setembro de 2007, a este mês. Na solenidade, esteve presente o diretor da Escola de Governo, Almir Balieiro. Além disso auto-

ridades municipais também marcaram presença no evento. O curso que teve como principal objetivo, qualificar os servidores resultando assim em um melhor serviço ao cidadão, foi realizado em três módulos com o auxílio de vários professores, que abordaram o funcionamento da administração pública, em seu núcleo estratégico, tático e operacional.

O diretor geral da Escola de Governo, Almir Balieiro diz que este curso foi feito através de uma parceria com o município. Ele fala ainda que além de Tangará da Serra, outras cidades foram contempladas também com a aplica-

ção do curso, entre elas, Barra do Garça, Sorriso e Cuiabá. O diretor acrescenta que a Escola de Governo, oferece cursos de especialização e extensão, e àqueles realizados à distância, em benefício do servidor.

Uma vantagem em cursos como este apontada por Balieiro, é que a Escola de Governo reconhece a iniciativa do servidor público, onde o grupo desenvolve trabalhos que podem ser aplicados na gestão. Um destes trabalhos, que no final do curso teria que ser apresentado, foi em relação à redução de custos e gastos nas escolas. "A escola reconhece e divulga a produção científica



No total 39 servidores receberam o certificado de conclusão do curso

Palestra da Allata aborda reciclagem do lixo no município

LUCÉLIA ANDRADE / Redação DS

Com o objetivo de treinar os pequenos e médios empresários no setor de reciclagem em Tangará da Serra, é que a Allata realizou na manhã do último sábado uma palestra ministrada pelo empresário Antônio Carlos Cabral, voltada para catadores, compradores e associados do setor de reciclagem. Na palestra, foram abordados assuntos relacionados ao valor do material reciclado, evitando que o mesmo vá para o lixo, além de todo o processo de reciclagem do lixo, e quais são estes materiais. De acordo com Cabral, a intenção da Allata é realizar cerca de 40 palestras nestes anos, à todas as pessoas interessadas no setor de reciclagem.

A ideia, segundo ele é incentivar o setor para a industrialização, e possivelmente montar um parque industrial de reciclagem. O principal propósito, segundo o empresário



A palestra aconteceu na manhã do último sábado

é que as pessoas aprendam na prática, o que é, e o que é feito deste material. "Este processo de reciclagem será ensinado às pessoas interessadas gratuitamente através do Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre)", afirma. Assim como em outros

Estados, o intuito explica Cabral, é formar uma rede de pequenos empresários em Tangará da Serra, para trabalharem com a reciclagem do material. "Queremos ensinar à população toda a rota do lixo. E a verdadeira importância da reciclagem", fala.

de seus alunos", fala. Prova disto, é o lançamento de livros escritos pelos próprios concluintes do curso. A exemplo ele destaca um grupo do município que fez um trabalho de redução de custos na escola, ao qual apresentou soluções reais que solucionaria o problema.

De acordo com a servidora Elariana Cristina Pedroso, como a temática do trabalho seria a redução de custos em

instituições públicas, o assunto foi levantando na escola João Batista. Segundo Elariana, foi feito um questionamento sobre problemas com desperdício, onde constatou-se que o mais comum seria, gastos desnecessários com energia, bebedouros, papel, água, entre outros. Diante disto, ela fala que foi apresentado um estudo à escola, sugerindo medidas para que os gastos fossem diminuídos.

Coopertan e Executivo Municipal assinam hoje Termo de Compromisso Interinstitucional

Atualmente 24 sócios fazem parte da cooperativa

LUCÉLIA ANDRADE / Redação DS

O Executivo Municipal e a rede de parceiros, Banco do Brasil e Unemat, que estão trabalhando para a organização da Cooperativa de Produção de Materiais Recicláveis de Tangará da Serra (Coopertan), assinam hoje às 16h no gabinete do prefeito municipal Júlio César Ladeia, o Termo de Compromisso Interinstitucional, que visa facilitar a consolidação da cooperativa, que garantirá o financiamento de equipamentos, ampliação de serviços e quantidade de material reciclado.

O coordenador do projeto, Sandro Sguarezi explica que atualmente 24 sócios trabalham na cooperativa. O trabalho que antes era realizado no Aterro Sanitário, passa a contar com um novo espaço localizado nas proximidades da Linha 12. Esta mudança, segundo ele teve como principal propósito melhorar as condições de trabalhos dos

cooperados que fazem da reciclagem sua forma de sobrevivência.

Este trabalho de reciclagem destaca Sguarezi, é feito em conjunto com o município, através do caminhão da Coleta Seletiva, que recolhe os materiais e encaminham à Cooperativa para a realização de todo o processo, desde a separação, até a prensa e venda.

O coordenador aponta que 50% da cidade é atendida pelo serviço de reciclagem. A ideia, de acordo com ele, é ampliar o número de cooperados, passando a responsabilidade da coleta em todos os bairros para a cooperativa. "Sendo assim ampliando e melhorando o serviço e aumentando a renda dos mesmos", fala.

Francisco de Assis dos Santos que faz parte do conselho fiscal e Edmilson Lobato, presidente da Coopertan, são um dos responsáveis na organização dos trabalhos da cooperativa. O funcionamento é das 7h às 11h e das 12h30 às 16h30. O grupo, trabalha na catção, separação e prensa do lixo reciclável.

TANGARA
CINEMAIS
Fone: 3902-1102

SALA +1 O Olho do Mal

Censura 14 Anos

Uma mulher recebe um telefonema de uma mulher desconhecida. Refugiada em O Olho, recruta-se Paris.



HORÁRIOS: 2ª, 4ª e 6ª feira: 19h30, 21h30 e 23h30 horas
3ª e 5ª feira: Sábados às 21h30 horas

PROGRAMAÇÃO DE
28/03/2008 À 03/04/2008

SALA +2 Ponto de Vista

Censura 14 Anos

O filme conta a vida de trabalhadores do serviço secreto dos Estados Unidos. Thomas Banister e Kevin Tolan são espiões que protegem a presidente. Porém quando uma imprevista rebelião ocorre a guerra se torna inevitável.

HORÁRIOS: 2ª, 4ª e 6ª feira: 19h30, 21h30 e 23h30 horas
3ª e 5ª feira: Sábados às 21h30 horas

Tudo segundo-feira, quarta-feira, sexta-feira, sábado e domingo em qualquer sessão. PREÇOS: De segunda-feira à domingo em todas as sessões - R\$ 1,00. PROMOÇÃO TODA SEXTA-FEIRA (Sessão Terceira) - R\$ 2,00. PROMOÇÃO QUINTA ESPETACULAR: toda quinta-feira de março de 2008, preços especiais em todas as sessões. meia - R\$ 0,50 / meia - R\$ 1,50.



Anexo K – Jornal Diário da Serra: Coopertan como empreendimento de utilidade pública

05 Tangará da Serra, quarta-feira, 19 de novembro de 2008

Cidade

Diário da Serra

Após 20 anos de trabalho em Tangará da Serra Coopertan é regulamentada

Entidade visa congregar trabalhadores da coleta seletiva de materiais reaproveitáveis

Redação DS / Assessoria

Muitos foram os avanços de Tangará da Serra nos últimos anos. A inovação, o crescimento, a expectativa e esperança de dias melhores estiveram presentes em todos os momentos da atual administração, que sempre buscou proporcionar oportunidades para as pessoas menos favorecidas.

A exemplo disso, em Tangará da Serra, foi criada a Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra (Coopertan), entidade que visa congregar trabalhadores da coleta seletiva de materiais reaproveitáveis,

para fins de geração de trabalho, renda e preservação do meio ambiente.

"Esta cooperativa realiza um excelente trabalho no nosso município, além de gerar renda para sua família, por isso damos todo o auxílio necessário para a realização dos trabalhos desenvolvidos por eles", disse o prefeito Júlio César, o qual juntamente com os integrantes da cooperativa, comemorou mais uma conquista dos associados esta semana.

O prefeito sancionou e foi aprovada na Câmara Municipal a Lei nº 3015, de 13 de novembro de 2008, que declara de utilidade pública a Coopertan.

A partir de agora, com a regulamentação, a cooperativa terá mais credibilidade para a realização de convên-



os, terá amparo legal e o município poderá comprovar que ela realmente existe.", comemorou o prefeito, lembrando que esse trabalho é realizado há mais de 20 anos em Tangará, mas que somente agora, em julho de 2007, ela foi fundada e passou a receber o apoio do município. "Algumas dessas pessoas estão traba-

lhando juntas há décadas e nunca tiveram o apoio do município para a realização dos seus trabalhos, mas que na nossa gestão receberam todo o apoio para sua fundação".

Atualmente aproximadamente 20 pessoas participam da cooperativa e hoje às 8h30, será assinada a lei que regula a cooperativa.

XII 2008 TANFEST

FESTIVAL DA CANÇÃO INÉDITA DE TANGARÁ DA SERRA - MT

20 A 22 DE NOVEMBRO

Inscrições e Regulamento até 12/11 no Deptº de Cultura (067) 3122-8113

Praça dos Pioneiros

Realização

Apoio Cultural

Luciene Ferreira

R\$14.000,00

+ Troféus



Governo de Mato Grosso



PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA



www.tangaradaserra.mt.gov.br

Assistência social realiza reunião sobre arrecadação de alimentos

O encontro será realizada hoje a partir das 9h

Redação DS com Assessoria

A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, através da secretaria municipal de Assistência Social em parceria com o Governo do Estado de Mato Grosso, iniciou a campanha "Natal das Crianças 2008", que visa arrecadar alimentos para mais de 600 mil famílias de todo o Estado, buscando garantir um natal sem fome a todos os cidadãos matogrossenses.

Em 2007 a campanha foi um sucesso e foram atendidas mais de 1000 famílias somente em Tangará da Serra. "A nossa expectativa é superar esse número na campanha deste

ano. Queremos que mais famílias tenham um natal mais farto e feliz na nossa cidade e para isso, nós, com o apoio do prefeito Júlio César estamos fazendo o possível para que mais pessoas participem e doem alimentos esse ano.", afirmou a secretária de Assistência Social, Ângela Louret, que convida a todos, empresas, colaboradores, patrocinadores e também se engajarem neste trabalho, à participarem de uma reunião, hoje, 19, para se discutir ações para a campanha.

O encontro será realizado na Assistência Social, a partir das 9h. "É importante que todos venham somar conosco, para que conheçam esse trabalho e que participem, por isso estão todos convidados.", disse a secretária.

Anexo L – Lei nº 3015/2008: lei municipal que declara a Coopertan como empreendimento de utilidade pública



Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL
Tangará da Serra - Estado de Mato Grosso

Av. Brasil, 50-W - Centro - Telefax (65) 3311-4801

cpd@tangaradaserra.mt.gov.br – www.tangaradaserra.mt.gov.br

LEI Nº 3015, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2008.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “COOPERTAN – COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DE MATERIAL RECICLÁVEL DE TANGARA DA SERRA-MT”.

A Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o que dispõe o Artigo 63 da Lei Orgânica Municipal, aprovou de autoria da **Comissão de Legislação, Justiça, Redação Final e Eficácia Legislativa** e;

O Senhor **JÚLIO CÉSAR DAVOLI LADEIA**, Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - É declarada de Utilidade Pública Municipal a **COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DE MATERIAL RECICLÁVEL DE TANGARÁ DA SERRA-MT**, entidade que visa congregar trabalhadores da coleta seletiva de materiais reaproveitáveis, para fins de geração de trabalho, renda e preservação do meio ambiente, CNPJ - **CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA** - inscrição de n.º 09.166.938/0001-50, cujos documentos de constituição passam a fazer parte integrante da presente lei.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, 32º aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

JÚLIO CÉSAR DAVOLI LADEIA
Prefeito Municipal

ERIKO SANDRO SUARES
Secretário Municipal de Administração e Controle Interno

Registrada na Secretaria Municipal de Administração e Controle Interno e publicado por afixação, em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br

Anexo M – Lei nº 2752/2007: criação do NUPES



Prefeitura Municipal de Tangará da Serra
ESTADO DE MATO GROSSO

Avenida Brasil, nº 50 W - Centro - Cep. 78300-000 - Tangará da Serra - Mato Grosso
Pref www.tangaradaserra.mt.gov.br - Fone (65) 326-1121 - Fax (65)326-4790

LEI Nº 2.752/2007, DE 30 DE AGOSTO DE 2007.

CRIA O NÚCLEO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA – NUPES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o que dispõe o Artigo 63 da Lei Orgânica Municipal, aprovou de autoria do **Executivo Municipal** e,

O Senhor **JÚLIO CÉSAR DAVOLI LADEIA**, Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, sanciona a seguinte Lei ;

Art. 1º - Fica criado o **NÚCLEO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA – NUPES** -, ligado à Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento, obedecendo aos dispositivos da Lei Complementar Nº 120/07 – Plano Diretor Participativo do Município de Tangará da Serra - nos Artigos 175 ao 179, também à Lei 2.460/05, que institui a Política Municipal de Economia Solidária.

Art. 2º - Compete ao Núcleo de Participação Social e Economia Solidária – NUPES:

I – Instituir um espaço de referência à Participação Social e Economia Solidária, com estrutura física e recursos humanos responsáveis pela coordenação dos trabalhos no município.

II – Coordenar o processo participativo e de controle social municipal, incluindo a organização de audiências públicas, seminários e conferências, quando lhe for de competência.

III – Organizar administrativamente os Conselhos Municipais, zelando pela legalidade e participação efetiva da sociedade organizada.

IV – Promover a formação e capacitação de agentes sociais inseridos nos espaços públicos participativos implementados pelo poder público municipal.

V – Realizar a gestão financeira do Programa Municipal de Economia Solidária em Desenvolvimento e Programa Municipal de Gestão Participativa.

VI - Incentivar a organização popular estimulando o associativismo e cooperativismo em seu alcance político, social, econômico e ambiental.

VII – Buscar viabilização de empreendimentos solidários, diagnosticando, planejando e acompanhando as alternativas de fomento.

VIII - Integrar com as Instituições de Ensino Superior, ações para estimular empreendimentos através de pesquisas acadêmicas, Congressos, Fóruns,



Prefeitura Municipal de Tangará da Serra
ESTADO DE MATO GROSSO

Avenida Brasil, nº 50 W - Centro - Cep. 78300-000 - Tangará da Serra - Mato Grosso
Pref www.tangaradaserra.mt.gov.br - Fone (65) 326-1121 – Fax (65)326-4790

Encontros, Seminário e debates, que possibilitem troca de experiências com outras localidades e com profissionais de outras instituições.

IX – Organizar publicações e periódicos científicos para incentivar pesquisas e apresentar as experiências em participação social e economia solidária no município.

X – Criar a Comissão Municipal de Economia Solidária para a avaliação e acompanhamento da aplicação dos recursos disponibilizados na Lei Orçamentária Anual para o associativismo e cooperativismo que gerem trabalho e renda.

XI – Estabelecer os critérios para o fomento a associações e cooperativas de economia solidária no município de Tangará da Serra.

XII – Realizar parcerias para a implantação de incubadora de empreendimentos solidários no município de Tangará da Serra.

XIII - Atender todas as organizações sociais do município, trabalhando no encaminhamento ou resolução de suas demandas.

Art. 3º - Todos os equipamentos e materiais permanentes pertencentes aos Conselhos Municipais serão disponibilizados ao NUPES para desenvolvimentos de suas atividades.

Parágrafo único - Os equipamentos e materiais permanentes utilizados para manutenção dos Conselhos Municipais, pertencentes às Secretarias Municipais, também serão disponibilizados ao NUPES.

Art. 4º - O Município de Tangará da Serra, com o acompanhamento do NUPES, poderá firmar convênios com outras instituições públicas e/ou privadas, com finalidade de viabilizar a execução de suas atividades.

Art. 5º - Poderão fazer parte do NUPES instituições públicas e/ou privadas através de termo de parceria sem ônus para o Município de Tangará da Serra, no desenvolvimento das atividades descritas no Art. 2º.

Art. 6º - O NUPES será coordenado por servidor designado mediante Portaria do Gabinete do Prefeito.

Art. 7º - No prazo de até 01 (um) ano da vigência desta Lei, a Comissão Municipal de Economia Solidária deverá ser transformada em Conselho Municipal de Economia Solidária, através de Lei específica, conforme Lei nº 2.460/05.

Art. 8º - O Núcleo de Participação Social e Economia Solidária – NUPES – terá caráter permanente, como um dos órgãos pertencentes ao Sistema Municipal de Planejamento e Gestão Democrática (SMPGD), conforme Lei Complementar Nº 120/07.



Prefeitura Municipal de Tangará da Serra
ESTADO DE MATO GROSSO

Avenida Brasil, nº 50 W - Centro - Cep. 78300-000 - Tangará da Serra - Mato Grosso
Pref www.tangaradaserra.mt.gov.br - Fone (65) 326-1121 – Fax (65)326-4790

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e sete, 31º aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

JÚLIO CÉSAR DAVOLI LADEIA
Prefeito Municipal

ERIKO SANDRO SUARES
Secretário Municipal de Administração e Controle Interno

Registrada na Secretaria Municipal de Administração e Controle Interno e publicado por afixação, em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site:
www.tangaradaserra.mt.gov.br

Anexo O: relatório apresentado ao curso de formação para formadores em economia solidária

FORMAÇÃO NA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE TANGARÁ DA SERRA-MT

¹ Ana Maria de Lima.

A Cooperativa de Produção de Resíduos Sólidos de Tangará da Serra-MT existe de direito desde julho de 2007. Contudo, pode-se identificar que o trabalho com a coleta de materiais recicláveis no município é uma prática que ocorre a aproximadamente vinte anos.

É um trabalho de relevância ambiental e social. O desenvolvimento dessa atividade ocorre de maneira diferente entre alguns trabalhadores, em especial ocorreram diversas mudanças para o grupo que explora os materiais sólidos do lixo doméstico do município no Aterro Sanitário.

Nesse sentido, o trabalho de mestrado da professora Ana Maria de Lima, sob orientação do professor Dr. Farid Eid, buscou fazer uma análise de que mudanças ocorreram na vida sócio-econômica e de qualidade de vida para os catadores que atuavam individualmente e passaram a trabalhar de forma coletiva.

Esse grupo de pessoas está assistido por diversos órgãos do município, entre eles pode-se citar: a prefeitura municipal através do Núcleo de Participação Social e Economia Solidária (NUPES); Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT); Banco do Brasil através do projeto Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) e outros.

No processo de desenvolvimento do grupo muitos diálogos entre os parceiros são realizados, entre um desses diálogos surgiu o convite do NUPES para a professora Ana Maria fazer o Curso Estadual de Formação de Formadores em Economia Solidária, oferecido pelo Centro de Formação em Economia Solidária – Região Centro-Oeste.

O curso propiciou que a partir do diagnóstico realizado na pesquisa de mestrado, fosse fomentando a pesquisa-ação com o cumprimento das atividades propostas pelo curso de formação. Ocorreu uma interação e complemento para um trabalho de pesquisa que estava configurado até o momento como pesquisa participante.

Assim, entende-se por pesquisa participante aquela que ocorre quando há participação dos pesquisadores nas relações de comunicação com as pessoas ou grupo da situação que se está investigando. Essa metodologia tem o objetivo de tornar os pesquisadores

aceitos pelas pessoas ou grupos pesquisados. A participação dos pesquisadores consiste na busca de identificação do pesquisador com os valores e os comportamentos do grupo, assim a aceitação do grupo em relação ao pesquisador tem maiores possibilidades de ocorrer. (THIOLLENT, 1985).

Nesse sentido a definição da pesquisa participante torna-se adequada para o estudo realizado até o momento do curso, haja vista que existe uma relação ativa do pesquisador com o grupo desde o momento da transição do trabalho individual para a formação da cooperativa (a COOPERTAN), na organização do trabalho e na legalização do empreendimento. No ensejo, foi necessário manter uma relação participativa nas reuniões, no ambiente e no desenvolvimento do trabalho no dia-a-dia, a fim de responder o questionamento elencado na pesquisa, tornando-se imprescindível uma boa interação com o grupo, para alimentar uma relação de confiabilidade na ótica do grupo para com o pesquisador e do pesquisador para com o grupo.

Já a pesquisa-ação “...é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.” (THIOLLENT, 1985, p. 14). O autor ainda reforça que, a pesquisa-ação configura-se quando ocorre uma ação por parte das pessoas ou mesmo do grupo de pessoas que estão envolvidos na problemática observada, e que a ação não pode ser trivial, ou seja do dia-a-dia, deve ser uma ação merecedora de investigação de maneira a ser elaborada e conduzida.

Isso vem a reforçar a aplicabilidade da pesquisa-ação a partir do momento que o pesquisador e os cooperados perceberam as dificuldades do grupo em entender os princípios do cooperativismo e dificuldades de organização do trabalho, motivado pelas dificuldades de relacionamentos interpessoais e falta de clareza no processo de prestação de contas. Com isso, o pesquisador teve a oportunidade de trabalhar junto ao grupo mini-cursos de formação com conteúdos que convergem com as deficiências apontadas pelo coletivo nos instrumentos de pesquisa.

O ponto de partida para trabalhar a formação com os cooperados teve a cerca das dificuldades de entendimento do grupo em relação ao conhecimento dos princípios do trabalho cooperado e da estrutura organizacional de cooperativas, na concepção da Economia Popular Solidária.

O curso foi realizado em duas etapas: 1) no dia 27 de outubro de 2009 e a segunda no dia 04 de novembro de 2009. A escolha da data e horário foi definida na Assembléia Geral que ocorreu dia 22 de agosto de 2009. Foi justificado pelo grupo que o domingo no período da manhã seria mais fácil a participação da grande maioria. Contudo, esteve presente nos dois dias 50% do grupo.

O registro foi feito com de lista de presença, fotos, relatório para o Curso de Formação, confraternização com o grupo e registro dos resultados.

Num primeiro momento foi trabalhado o entendimento do contexto do significado do trabalho, do desenvolvimento e alteração dos sistemas e modos de produção no decorrer da história, de forma que possibilitasse que o grupo se situasse como ocorreu o surgimento do cooperativismo e o porquê desse movimento ter tomado forma, importância e grandiosidade.

As questões que nortearam a construção das discussões foram: O que significa o trabalho para o homem ou mulher?; O trabalho mudou de maneira de ser realizado na história da humanidade?; Como?; Como ocorreu a inserção dos movimentos cooperativistas nesse contexto?; - O que é uma cooperativa?; Todas cooperativas são iguais?

Essas questões serviram como base para a reflexão coletiva sobre a importância do trabalho coletivo e as políticas públicas envolvidas.

As experiências relatadas contribuíram para a percepção de como as pessoas que trabalham no coletivo atualmente estavam organizadas antes da formação da cooperativa. Percebeu-se a partir desse momento o crescimento da autonomia do processo de trabalho e as conquistas sociais vivenciadas pelo grupo nesse processo de transição.

Os aspectos centrais discutidos a partir dessas reflexões foram: O trabalho; Cooperativismo; Organização do trabalho em cooperativas populares; Princípios do cooperativismo; A Economia Solidária como movimento e como surgimento de políticas públicas para empreendimentos populares; A realidade da Cooperativa atualmente; Principais desafios da Cooperativa; Possibilidades de mudanças na prática;

Nesse processo de discussão surgiram fatores positivos e negativos. Pode-se citar como Positivos:

- Emancipação e reconhecimento do grupo pela sociedade e pelo poder público; (Instituição de Utilidade Pública);
- Apoio de Instituições diversas;
- Aprendizado;

E como Negativos:

- Fragmentação do grupo pela imposição do apoio do órgão responsável pela Coleta de resíduos sólidos da cidade em tirar o grupo do local de trabalho (Aterro sanitário);

- Perda de cooperados pela diminuição da retirada mensal;

Pode-se perceber que o grupo está amadurecido, contudo o aprendizado de organização do trabalho e dos princípios do cooperativismo estava insuficiente para que houvesse um desempenho maior do grupo em relação a organização e emancipação através do domínio das ferramentas de controle e de legalidade do empreendimento. Nesse sentido o apoio público deixou a desejar nos requisitos:

- Formação anterior a formalidade de empreendimento cooperativo;

- Livre escolha do local de trabalho: (propiciar condições onde o grupo gostaria de trabalhar, e não impor o local de trabalho);

- Dar apoio de na gestão da contabilidade formal: (a legislação é incoerente com as necessidades dos empreendimentos populares);

- Subsidiar atividades que não dão rendimento para a cooperativa; (empreendimento de utilidade pública; elimina a possibilidade da necessidade da construção de mais aterros no município, o empreendimento precisa praticar a reciclagem de todos os materiais como objetivo principal;

- Tratar melhor a formação na questão segurança do trabalho;

Os resultados alcançados a partir das discussões propostas e atividades em grupo

Pode-se confirmar a partir dos relatos dos cooperados o que havia sido diagnosticado nas entrevistas e observações. Com intuito de que o grupo pudesse formar um panorama da situação atual e construíse de forma coletiva soluções para os problemas vivenciados no dia-a-dia, formou-se três grupos: a) Organização do Trabalho (divisão e controle); b) Informações; c) Liderança. O exercício atribuído aos grupos foi: fazer reuniões durante a semana e apresentarem no módulo II as respostas para as seguintes questões: Como acontece hoje? O que é positivo e negativo? Como poderia ser?

Os resultados foram bastante positivos, com as discussões foi possível esclarecer alguns pontos e construir soluções.

Quanto a escala de trabalho para a atividade principal do grupo que é a reciclagem, pode-se perceber que não há insatisfação de como o administrativo faz a escala quando necessita deslocar algum cooperado de um lugar para outro, ou mesmo de uma atividade para outra. Isso porque os grupos (Aterro Sanitário e Centro de reciclagem) trocam

de lugar de trabalho de 60 em 60 dias, essa decisão ocorreu em assembléia. Nesses dois grupos tem pessoas que preferem trabalhar em um lugar ou outro pela localização de suas residências, e isso é respeitado, assim só troca quando a pessoa não tem preferência, ou os responsáveis pela coleta dos materiais na cidade. Contudo, para as atividades que precisam ser realizadas para o bem estar do grupo havia divergências, essas atividades foram classificadas como: limpeza e organização do pátio; limpeza banheiro; carregamento do caminhão para limpar o pátio do Centro de Reciclagem ou Aterro e limpeza do bebedouro. Para resolver esse problema ficou definido a elaboração de uma escala de trabalho dessas atividades no Aterro Sanitário e no Centro de Reciclagem.

O grupo de informações mostrou que a dificuldade de comunicação é uma deficiência para o coletivo, principalmente quando se fala em acerto mensal. Esse fator foi alegado com mais prejudicial e causador de conversas de descontentamento. O acerto é feito pelo integrante da cooperativa que faz a gestão financeira. O integrante recebe no banco o valor depositado pelo SAMAE que paga as despesas do caminhão, o dinheiro das vendas, diminui desse valor as despesas e vales, e faz o rateio conforme o número de dias trabalhados. Coloca dentro de um envelope um bilhete descrevendo o valor total das vendas, recebimentos, pagamentos e vales e o pagamento do cooperado. O problema desse processo é a falta de clareza da documentação dos materiais vendidos e controles de presenças e faltas que são feitos em uma agenda (no Centro por uma pessoa e no Aterro por outra). Para resolver esse problema a decisão tomada pelo grupo foi de no dia do rateio realizar uma reunião duas horas antes do fim do expediente, assim o financeiro fará a confirmação das diárias, mostrará os documentos de compras, vendas e vales antes de efetuar o pagamento. Para resolver a questão da clareza em relação as diárias trabalhadas, o grupo criou uma ficha para o controle de presença dos trabalhadores. Essa ficha deverá ser preenchida por um responsável no Aterro e outro no Centro de reciclagem, constará a assinatura do responsável e do cooperado diariamente e será levada no dia do acerto mensal.

Durante a condução dos trabalhos a comunicação fluiu bem tanto por parte do grupo com o grupo, como da mediação para com o grupo.

A avaliação do evento foi bastante positiva, em relação ao local, horário, aprendizado e a consciência da participação pequena em relação ao grupo como um todo.

¹ Professora do curso de administração da UNEMAT, acadêmica de mestrado do Programa de Mestrado Interinstitucional de Engenharia de Produção UNEMAT/UFSCar. E-mail: anamaria.lima1@gmail.com ; fones: 65-9621-3841; 65- 9216-0876.